

CADERNOS

www.etm.com.br

DO TERCEIRO MUNDO

R\$ 5,90

ISSN 0101-7993



241



Leia também
**ENTREVISTA COM
LEANDRO KONDER**




As primeiras medidas do
governo Xanana Gusmão

TIMOR LESTE INDEPENDENTE

EXCLUSIVO: Retrospectiva da luta do povo
maubere, a partir da cobertura realizada
pela nossa revista durante duas décadas

EDIÇÃO REVISTA E ATUALIZADA

ENCICLOPÉDIA DO MUNDO CONTEMPORÂNEO

 **ESTATÍSTICAS
E INFORMAÇÕES
COMPLETAS DE** 
TODOS OS PAÍSES
 **DO PLANETA**

EDITORA  TERCEIRO MILÊNIO

PUBLIFOLHA

Lançamento
Junho 2002

PREÇO: **R\$65,00**

Nova edição revista e atualizada **2002/2003**

FAÇA SEU PEDIDO Tel: (21) 2221-7511 Fax: (21) 2252-8455
E-mail: assinaturas@etm.com.br

EDITORA  TERCEIRO MILÊNIO

Parabéns

Como bióloga e assinante, quero parabenizá-los pela qualidade das revistas *Ecologia e Desenvolvimento* e *cadernos do terceiro mundo*.

Lygia Sánchez
ljsanchez@infolink.com.br

Oriente Médio

Gostaria de aproveitar o espaço desta revista para manifestar minha satisfação, no que se refere à matéria de capa da última edição. Diante de tantas informações pró-Israel e outras tantas contra a Palestina, ou seja, notícias que não evidenciam qualquer isenção sobre o assunto, *cadernos do terceiro mundo* vai de encontro à imprensa mesquinha e subordinada aos interesses sabe lá de quem.

Nas páginas da publicação em referência, vislumbram-se fotos e textos que esclarecem aos menos afeitos à complexidade do Oriente Médio os verdadeiros motivos de um conflito desigual e alimentado pelo olho por olho. *Cadernos* faz-nos refletir sobre a verdadeira carnificina empreendida por Israel em nome de um suposto movimento antiterror. Dessa matança, percebe-se que, para os soldados de Sharon, todos os palestinos, incluindo aí mulheres e crianças, são terroristas em potencial. Querem cortar o mal pela raiz? Que loucura!

Parabéns mais uma vez a esta publicação pela lisura com que mostrou um momento tão difícil para a Humanidade.

André Peixoto
Niterói - Rio de Janeiro

Adquiri um exemplar da revista *cadernos* 240, abordando o terrível conflito entre Israel e Palestina.

As chocantes imagens de destruição e morte trazem claramente a mensagem de que algo deve ser



feito imediatamente para que se ponha fim a todo esse caos.

Em pleno século XXI, é absurdo que os homens ainda resolvam os seus problemas pela lei da força, onde a razão, o bom senso, o respeito aos direitos humanos e a convivência pacífica sejam ignorados escandalosamente.

É preciso que se ponha um fim a essa insanidade que ainda povoa as mentes dos homens, que acreditam que a paz será alcançada por meio da guerra.

De nada adianta pregar a *Bíblia*, o *Corão* ou qualquer outro escrito sagrado, se os ensinamentos que eles nos passam são esquecidos ou ignorados quando os interesses pessoais e políticos se sobrepõem aos interesses do ser humano.

Acredito que já é mais do que hora de os homens demonstrarem boa vontade de fato, para resolver os seus mesquinhos problemas.

Tiago Alvarenga
Rio de Janeiro

O grito das Américas

É com grande júbilo que enxergo a luta dos povos latino-americanos contra tudo o que vem sofrendo há séculos. Manifestar nossa inquietude e indignação diante de tudo o que nos impõem é mostrar que não estamos aqui para a subserviência das nações imperialistas. Tornar-se necessária a conscientização imediata das sociedades terceiro-mundistas e o FSM é a prova que estamos no caminho certo para nossa libertação dessa nefasta dominação que nos aprisiona e que tanto compromete nosso futuro como nações soberanas.

A vitória brevemente chegará para aqueles que verdadeiramente lutam e querem o bem comum ou um mundo mais humano e feliz para todos. "O destino é a gente quem faz, quem faz o destino é a gente na mente de quem for capaz", já dizia Raul Seixas.

gfsilveira@ig.com.br

Saudades

O Brasil perdeu este mês um homem histórico, João Amazonas, o velho comunista das terras tupiniquins. Com ele, Ulisses Guimarães, Teotônio Vilela e tantos outros que se transformaram em lendas mais que seus partidos, vão os valores de pessoas sérias comprometidas com a verdadeira política e não com interesses particulares e corruptos.

Claudionor Severo
Especifico@aol.com

O preço da liberdade

Nesta edição, fazemos uma homenagem especial à luta do povo do Timor, que, com sabedoria e coragem, acaba de conquistar sua independência após décadas de luta, primeiro contra o colonialismo português e, depois, contra a ocupação da Indonésia.

Além da cobertura da independência e das primeiras decisões adotadas pelo governo independente, republicamos trechos de matérias da nossa própria revista que abordaram o tema do Timor Leste desde os anos 70. Esse material ganhou relevância à luz da evolução dos acontecimentos e brinda aos leitores, sobretudo aos mais jovens, uma idéia das diferentes etapas pelas quais passou o longo processo independentista.

Aliás, foi uma grande alegria revirar edições antigas e encontrar verdadeiros achados, como a entrevista que, na clandestinidade, Xanana Gusmão concedeu a *cadernos* em 1986, na qual já sentava as bases do que seria a posição da Fretilin nas negociações com a Indonésia: não aceitar nenhuma concessão que não respeitasse a legítima aspiração do povo maubere à independência. Isso que hoje parece óbvio e natural, não o era em um momento de enormes adversidades, com a população isolada politicamente, no marco da Guerra Fria. Uma época em que toda vitória de um movimento de libertação era vista com desconfiança no Ocidente, assimilando-a com um ponto a favor da União Soviética. Lembrar o sofrimento do povo do Timor Leste permite dar a real dimensão à sua independência.

Os editores

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

FUNDADOR: Neiva Moreira
DIRETORA: Beatriz Bissio
DIRETOR-ADJUNTO: Pablo Piacentini
EDITOR: Procópio Mineiro
CONSULTORES: Darcy Ribeiro (in memoriam) Henry Pease Garcia (Peru); Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan Somavia (Chile)

ASSINATURAS
Tel.: (21) 2221-7511 - Fax: (21) 2252-8455
E-mail: Assinaturas@etm.com.br

Pagamentos: Cheque nominal à Editora Terceiro Milênio e todos os cartões de crédito

NÚMEROS ATRASADOS
Ao preço do último exemplar. Solicitar envio ao Departamento de Assinaturas, acrescentando 30% ao valor do pedido para postagem ou adquiri-los diretamente na sede da Editora.

PUBLICIDADE
Gerente: Kleber Saboya
Rua Conde de Lages, 44 / 509 - CEP 20241-080 - Lapa - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: (21) 2221-7511 - Fax: (21) 2252-8455
Correio Eletrônico: etm@etm.com.br
Rio de Janeiro/RJ: LJS Alves Representações
Rua Teófilo Otoni, 15 - sala 913 - CEP 20090-080 - Centro - Tel.: (21) 2283-1661
São Paulo/SP: J.R. Comunicação e Publicidade Ltda.

Publicação com informação e análise das realidades dos países emergentes

Rua Coronel Ferreira Leal, 201 - 1º andar - Jd Esmeralda - CEP 05589-090 - Fone/Fax: (11) 3735-4541 / 3731-5114
Correio eletrônico: janio_oliveira@uol.com.br
Belo Horizonte/MG: KSD Publicidade Ltda.
Rua Catete, 979 - sala 103 - Barroca - CEP 30430-520 - Tel.: (31) 9618-7417
Fortaleza/CE: AJS Assessoria e Marketing Ltda.
Rua Guilherme Rocha, 218/503 - Centro - CEP 60030-140 - Tel.: (85) 226-7560/999-9924
Brasília/DF: JCZ Comunicações
SRTVS - Quadra 701 - Bloco C - sala 330 - Centro Empresarial - Brasília - CEP 70340-907 - Tel.: (61) 3222034
Porto Alegre/RS: RS Mídia
Rua Lloyd de Andrade Polidoro, 15 - Aberta dos Morros - CEP 91751-620 - Tel.: (51) 248-3514

DISTRIBUIÇÃO/BRASIL
Fernando Chinaglia - Tel.: (21) 3879-7766
VENDA NO URUGUAI: Kiosko Salvador
Av. 18 de Julio y Paraguay - tel: 901-5459
FOTOS: Agence France Presse (AFP), Agência Brasil e Centro de Documentação (Cedoc).
PUBLICAÇÕES DA EDITORA TERCEIRO MILÊNIO
Cadernos do Terceiro Mundo (temas políticos e sociais); *Ecologia e Desenvolvimento* (assuntos ambientais); *Revista do Mercosul* (informação do bloco econômico); *Almanaque Brasil e Enciclopédia do Mundo Contemporâneo* (obras de referência)

Impressa em Impressores de América

EDITORA  TERCEIRO MILÊNIO

Rua Conde de Lages, 44 - Grupos: 508/510 - CEP 20241-080 - Lapa - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel.: (21) 2221-7511 - Fax: (21) 2252-8455
E-mail: etm@etm.com.br - Internet: www.etm.com.br

Filiada à **ANER**

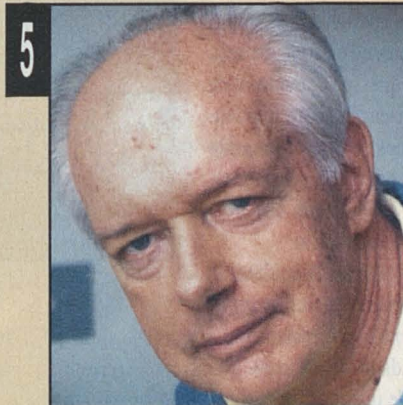
Sumário

Maio / Junho 2002 • Nº 241 • Ano XXVI

ISSN 0101-7993



Foto de capa: AFP



ENTREVISTA
Um filósofo democrático
Leandro Konder apresenta a importância da cultura como instrumento de transformação social

1 **CARTAS**

4 **FRASES**

8 **PLANALTO**

TIMOR LOROSAE Finalmente livre



CAPA 40

Depois de pagar um altíssimo preço com mais de um terço de sua população massacrada pelas tropas de ocupação da Indonésia, o povo do Timor Leste conquistou seu Estado independente em 20 de maio de 2002

BRASIL/SAÚDE

- 10 **Fiocruz atinge excelência na produção de medicamentos**
Consolidado como maior produtor de vacinas no Brasil, instituto também exporta remédios

BRASIL/EDUCAÇÃO

- 13 **Sociedade discute educação**
Congresso Nacional de Educação promove reflexão sobre o setor educacional no país

BRASIL/COMUNICAÇÃO

- 14 **Contra a exclusão digital**
Fórum apresenta Software Livre como uma alternativa contra o monopólio na indústria da informática

BRASIL/CULTURA

- 18 **Herança cinematográfica**
Filho de Glauber Rocha resgata acervo histórico sobre exílio do pai

BRASIL/HISTÓRIA

- 20 **Recordações do exílio**
Livro de José Maria Rabêlo apresenta memórias de 16 anos de exílio

22 ECONOMIA

26 LIVROS

28 PANORAMA INTERNACIONAL

33 GENTE

EUROPA/FRANÇA

- 34 **Guinada à direita**
Apesar da derrota de Le Pen, extrema-direita ainda representa uma ameaça nas eleições legislativas

AMÉRICA LATINA/ARGENTINA

- 38 **Bodas de resistência**
Mães da Praça de Maio completam 25 anos de participação na vida pública da Argentina

O que eles dizem...

"Nesta luta (para a vitória), de salto alto e com maquiagem, só eu."

*Rita Camata, deputada federal (PMDB-ES),
escolhida como vice na chapa de Serra*

"Se a decisão foi do Nizan (Guanaes, publicitário da campanha de Serra), ele demonstrou que tem bom gosto."

Pedro Simon, preterido como vice na chapa de Serra

"O PFL não embarca no Titanic nem se o timoneiro for uma bela loira."

*José Thomaz Nonô, deputado federal (PFL/AL),
afastando a idéia de seu partido apoiar a chapa*

"Jamais senti que o povo francês fosse anti-semita."

*Woody Allen, cineasta norte-americano judeu,
que foi ao Festival de Cannes, contrariando orientação
do Congresso Judaico americano de boicotar o evento*

"Realmente me incomoda ter votado no Chirac. Foi a primeira vez que votei na direita. Mas simplesmente não havia alternativa."

*François Tournafond, de 61 anos, que integra grupo de 48%
dos franceses que dizem não confiar no presidente reeleito, segundo
pesquisa do instituto Ipsos divulgada ontem. Até entre os eleitores
de Chirac, o que importava era a derrota de Le Pen*

"Nossa independência não terá nenhum valor se o povo de Timor Leste continuar a viver na pobreza e sofrendo todos os tipos de dificuldades."

Xanana Gusmão, presidente do Timor Leste

"Xanana Gusmão foi carinhoso ao receber o abraço que lhe transmiti (no dia seguinte à independência) dos brasileiros que torcem pelo futuro glorioso do seu país e do seu povo. Ele retribuiu mandando-me trazer um grande abraço dele para o Brasil. Está dado. Com todo o meu carinho e respeito por Timor Leste, agora livre."

*Lucélia Santos, atriz, em matéria que assina no Jornal do Brasil
de 30/05/2002, com o título "Uma festa da liberdade"*

"Não podemos excluir do debate em Johannesburg a discussão dos padrões de produção e consumo das economias industrializadas, maior causa da poluição."

*José Carlos Carvalho,
novo ministro do Meio Ambiente*

"Quem não levar em conta, como marco geral, as relações imperiais, não poderá compreender nada do que se passa no mundo de hoje. Um presidente que se equivoque numa avaliação dessas, leva o país à situação de subordinação em que se encontra o Brasil. Um intelectual, se condena à impotência. Uma força política ou um candidato à Presidência de um país como o nosso, ao fracasso político."

Emir Sader, cientista político

"Estamos herdando uma situação gravíssima. Houve descaso por muito tempo e a cidade caminhou para a barbárie."

*Roberto Aguiar, secretário de Segurança Pública
do Estado do Rio de Janeiro*

"O PCC só vai acabar com o bloqueio do sinal dos telefones celulares nos presídios. Os líderes vão ficar isolados e não vão ter como organizar rebeliões."

Roberto Porto, promotor

"Nós não estamos pedindo ajuda. Dizem que, no setor aéreo, somos chorões, mas não temos condições compatíveis com as de nossos competidores."

Ozires Silva, presidente da Varig

"Há uma tentativa de criar um clima de terrorismo na sociedade brasileira por parte de setores contrários à candidatura, tentando associá-la a recentes problemas da economia do país. As afirmações de que nosso avanço nas pesquisas tem causado a piora do Brasil nas classificações de risco dos bancos e agências internacionais e aumentos nos saques de poupança e fundos cheiram a 'mutreta' e 'especulação'."

*Luiz Inácio Lula da Silva,
candidato do PT à Presidência*

"Minha prisão foi política. Não fui eu quem foi levado para a prisão, mas sim o MST."

*José Rainha Júnior, líder do Movimento
dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)*

"Há uma parcela da população, dos 53 milhões de miseráveis, que não acredita em nada. Um terço do povo é descrente, desiludido."

*Dom Mauro Morelli, bispo de Caxias,
em entrevista à revista Carta Capital*

Um filósofo democrático

Leandro Konder apresenta a importância da cultura como instrumento de transformação social

Alvaro Neiva

O FILÓSOFO E PROFESSOR LEANDRO KONDER recebeu este mês o Prêmio Darcy Ribeiro como intelectual do ano, concedido pelo recém-fundado Fórum do Rio de Janeiro, espaço criado para estimular a discussão sobre os problemas que afligem o país. Além disso, foi homenageado com o lançamento do livro *Leandro Konder: a revanche da dialética*, coletânea de artigos de outros intelectuais brasileiros a respeito de seu trabalho.

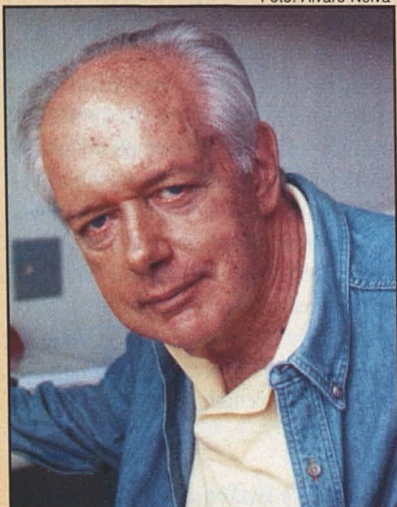
Humilde, questiona-se sobre o real merecimento de todas essas homenagens. Apesar de sincera, essa humildade exagerada é infundada. É inquestionável a importância de Konder, um dos principais teóricos marxistas da América Latina, cuja extensa obra influenciou gerações de estudiosos e militantes.

Comunista desde cedo, o jovem Konder abandonou o Direito Trabalhista forçado pela ditadura. Porém, isso o levou a dedicar-se mais à produção acadêmica, mesmo durante o período em que passou exilado na Europa e, ainda mais, após a anistia, quando se tornou também professor universitário. Sempre questionador, costumava contestar os rumos tomados pelo chamado socialismo real, defendendo um marxismo aberto, democrático e humanista.

Querida que o senhor contasse como começou a se interessar pelas questões sociais e, a partir daí, como foi seu contato inicial com o marxismo.

LEANDRO KONDER - Meu pai era um médico sanitaria, comunista, e, quando era garoto, eu o via, e a seus amigos também, serem presos. Eu achava isso muito

Foto: Alvaro Neiva



Leandro Konder: 'A cultura fundamenta as decisões tomadas na política econômica'

curioso, pois sabia que eles não eram más pessoas. Eu tinha clareza de que de eles eram pessoas generosas, tinham preocupações sociais. Como eu não entendia por que eles foram presos, resolvi, ainda jovem, estudar o marxismo.

De que forma sua militância política influenciou sua produção acadêmica?

LK - A minha militância política faz parte da minha visão do mundo: eu acho que a gente tem que tentar corrigir o que está errado, interferir na realidade, não pode ficar numa postura puramente contemplativa. Então, nesse sentido, minha produção acadêmica é marcada por essa consciência da necessidade de transformar o mundo.

*O seu primeiro livro publicado é *Marxismo e alienação*. Como o senhor analisa a questão da alienação na nossa sociedade?*

LK - Eu tento apresentar a alienação como o fenômeno no qual o sujeito humano, apesar de estar sempre interferindo na realidade, não reconhece o que ele faz como obra dele. A alienação seria, portanto, um desperdício de criatividade. A minha energia criadora se manifesta em coisas nas quais eu não reconheço a minha ação. Eu acho que esse é um conceito fundamental do Marx. Apesar de achar o livro um pouco ingênuo, acho que foi um acerto eu ter escolhido esse tema.

E como o senhor encara, hoje, a questão do conformismo, da resignação diante da realidade?

LK - Eu acho que o lado conservador sempre tenta aproveitar tudo o que pode, todas as nossas possíveis deficiências. Então, eles aproveitam o conformismo, a passividade, o desânimo. Eles trabalham no sentido de promover uma desarticulação dos movimentos de massa, tentando enfraquecer os movimentos sociais através da infiltração do desânimo. Acho que a gente tem que reagir contra isso. Esse é um dos campos de batalha nos quais a gente tem que marcar presença.

Um tema muito presente em toda a sua obra é a cultura. Querida que o senhor explicasse a importância da cultura para uma sociedade.

LK - Na medida em que os movimentos da economia não são automáticos, que a economia não tem uma dinâmica própria, imune à ação dos homens, eu me questiono sobre de onde vem a fundamentação das decisões tomadas na política

econômica. Eu acho que vem da cultura. A cultura é, portanto, o terreno onde as escolhas subjetivas se fortalecem ou se enfraquecem. Então, é um campo de batalha política decisivo.

Nesse sentido, como o senhor acredita que a cultura pode contribuir para a transformação social?

LK - O velho Lukács¹ dizia: "A política é o meio; a cultura, o fim". Isso, justamente por que a política pode transformar as instituições em um ritmo mais rápido, mas as mudanças mais profundas, que necessitam de mais tempo e dependem de embasamento, da consciência das pessoas, acontecem no campo da cultura. Cabe à cultura dar solidez às convicções.

O senhor fala desta importância, mas é notório que o senhor nutre grande admiração por artistas – mais especificamente falando da literatura – que não demonstram claramente essa preocupação. Como o senhor explicaria isso?

LK - Eu acho que isso pode acontecer independente das intenções dos artistas, dos escritores. Balzac, por exemplo, era muito reacionário, mas a obra dele não é. Quando Balzac cria, no livro *Ilusões perdidas*, um diálogo entre um pai avarento e um filho poeta, e mostra o pai dando um golpe horrível em cima do filho, ele está expondo mecanismos da sociedade burguesa que na época ainda eram levados muito a sério, como os valores da família. Mostrar isso em um romance é muito mais revolucionário do que fazer um discurso de agitação.

Brecht defendia a importância de a arte ser engajada; o senhor diz que isso pode surgir em uma obra mesmo inconscientemente. O senhor acha que facilita, se o artista for uma pessoa engajada?

LK - Eu acho que pode facilitar ou atrapalhar. No caso do Brecht, por exemplo, a sinceridade no engajamento facilitava para ele escrever obras de crítica social ou política. Mas outros autores podem ser influenciados por um clima momentâneo, e fazer obras de esquerda pouco aprofundadas e demagógicas. O engajamento não garante qualidade estética, e o ponto de vista conservador não é incompatível com a produção de um conhecimento artístico rico e às vezes até muito crítico. Quero lembrar que o Brecht, por exemplo, gostava muito de Kafka.

Como o senhor analisa a sociedade atual, a partir da ascensão do neoliberalismo na política e do pós-modernismo na cultura?

LK - Eu acho que é uma época de um certo embananamento. Uma época marcada por um refluxo dos movimentos sociais, uma estagnação das manifestações de massa, uma grande eficiência de manipulação do consumo e uma grande dificuldade de ação política contestadora, que teve como consequência um certo crescimento do conformismo.

Queria que o senhor comentasse especificamente o papel do consumismo na sociedade atual.

LK - Houve um crescimento muito grande das forças produtivas. De acordo com o esquema clássico do velho Marx, as relações de produção deveriam ter entrado num período de turbulência até chegar a uma crise revolucionária, na qual o modo de produção precisaria ser transformado. Mas Marx não previa que o capitalismo, como modo de produção, manifestasse tanta capacidade de auto-renovação. E um dos principais fatores dessa auto-superação do capitalismo é a indústria cultural. Ela deu lucros adicionais aos capitalistas e revitalizou seu modo de produção. Tudo isso através da manipulação do consumo.

Se no século XIX o capitalismo dominava a produção, a partir do século XX ele podia fazer concessões ao trabalhador na produção porque em seguida ele explorava o trabalhador no consumo.

Que papel a publicidade desempenha nessa sociedade de consumo?

LK - Nunca uma sociedade investiu tanto em publicidade e propaganda como no capitalismo. Existe a manipulação do desejo, o condicionamento do apetite, do tédio. Tudo é muito condicionado pela indústria cultural. Ao mesmo tempo, a indústria cultural não é onipotente. Há sempre brechas para a gente entrar e tentar reanimar as inquietações, o espírito crítico.

Qual o papel da cultura nesse processo de globalização?

LK - A cultura deixou de ser uma forma de produção que comportava determinadas características artesanais, tornando-se uma forma de produção que é claramente industrial. Então, a cultura passou a ser um dos pilares da arquitetura dessa ordem mundial, na qual se fala muito em diversidade de culturas, mas, na verdade, criam-se condições para que algumas culturas prevaleçam sobre as outras. Assim, as desigualdades sociais internas são completadas com desigualdades culturais internacionais.

“A política pode transformar as instituições em um ritmo mais rápido, mas as mudanças mais profundas, que necessitam de mais tempo e dependem de embasamento (...), acontecem no campo da cultura”

O cientista político Carlos Nelson Coutinho, seu grande amigo, define o senhor como "um filósofo democrático", devido a essa preocupação em socializar sua produção. Queria que o senhor explicasse um pouco de onde vem essa motivação.

LK - Tem coisas que são escritas que são inevitavelmente complicadas. Eu nunca condenaria Hegel por ter escrito livros de Filosofia tão complicados. Eu acredito que aquela era a única maneira de dizer o que ele queria. Então temos que nos esforçar e estudar Hegel na linguagem dele. Eu jamais cobraria das pessoas todas que elas tivessem uma linguagem acessível.

Eu adoro quando eu sou entendido pela maioria. Acho que é uma coisa de professor, e a minha vocação é essa. Se eu falo alguma coisa e percebo que os olhos dos meus alunos estão opacos, eu mudo de orientação na hora. Mas isso é uma coisa pessoal minha, eu não cobro que os outros intelectuais sejam como eu.

O senhor considera que a filosofia é "de quem" e "para quem"?

LK - Eu acho que, como dizia o Gramsci², tem níveis e níveis de filosofia. Há a filosofia do homem comum que, muitas vezes, sem necessidade de erudição, faz comentários e observações de caráter filosófico. Ao mesmo tempo, para discutir de maneira profunda determinadas questões, é preciso conhecer o material que foi elaborado em torno delas. Isso exige um preparo maior. Nesse caso, seria a filosofia dos filósofos profissionais, voltada inicialmente para eles mesmos, mas com repercussão na vida cultural como um todo: no trabalho dos artistas, dos historiadores, dos cientistas. Então é uma produção que pode ter um impacto mais amplo, inclusive sobre o homem comum.

Aproveitando que o senhor falou no Gramsci: como o senhor vê a questão do senso comum e do senso crítico, tão presente em sua obra?

"O capitalismo não resolveu nenhum dos problemas denunciados pelo velho Marx. Nesse sentido, a possibilidade do socialismo continua inteiramente válida"

LK - Essa distinção é muito útil, porque ele lembra que já no senso comum, que é alienado, existe um caroço de bom senso e o bom senso, que é crítico, desenvolve-se a partir do senso comum. Quer dizer, ele evita criar uma dicotomia entre os que sabem e os que não sabem. Isso nos obriga a uma atenção maior que nós devemos ter no diálogo com as massas, sem cair naquela postura hiper-sofisticada do sujeito que tem uma verdade a dizer e o povo que tente entender o que ele diz.

Mudando um pouco de assunto, como o senhor vê a transição para a democracia na América Latina?

LK - Na América Latina, mais do que em qualquer outro lugar, há uma conexão entre democracia e transformações sociais. Os liberais criaram um conceito de democracia, que torna a democracia uma coisa "bonitinha, mas ordinária", com eleições, partidos políticos, igualdade perante a lei. Mas os democratas têm consciência de que democracia é mais do que isso: democracia também é um controle do processo de agravamento das desigualdades sociais e um combate efetivo a essas desigualdades. Se você convive resignadamente com as enormes desigualdades sociais que temos na América Latina, você nunca será um verdadeiro democrata.

O que o senhor pensa a respeito da democracia participativa?

LK - Eu acho que é um terreno onde ainda temos muita coisa para aprender, e muita coisa a desenvolver. Não vejo como uma solução para todos os problemas, mas

um campo importante, onde é preciso avançar. De qualquer maneira, eu constato que o conceito de participação é nosso. Os liberais adorariam liberdade sem participação, e nós sabemos que liberdade só se conquista aumentando a participação.

O senhor acredita que ainda hoje é possível uma transição para o socialismo?

LK - Não de imediato. Mas eu acho que todos os problemas que Marx denunciou como problemas estruturais do capitalismo continuam existindo e são muito fáceis de serem percebidos na nossa sociedade. O capitalismo não resolveu nenhum dos problemas denunciados pelo velho Marx. Nesse sentido, a possibilidade do socialismo continua inteiramente válida. Agora, os caminhos vão ter que ser inventados, porque os caminhos que foram tentados não me parecem suficientemente eficazes.

Falando um pouco mais a curto prazo, qual a perspectiva que o senhor vê para melhorar a situação social e política do Brasil?

LK - O PT pode estar meio diluído, mas ainda tem um peso grande. Eu acho que o Lula, se eleito, fará reformas importantes, apesar de limitadas. Mas o fato de elas serem limitadas não quer dizer que elas não tenham importância. O Brasil é uma sociedade estruturada de forma tão rigidamente conservadora, que mesmo reformas limitadas teriam uma consequência muito positiva sobre a nossa história. ■

¹Georg Lukács, filósofo húngaro

²Antonio Gramsci, filósofo italiano

Alterações no sigilo bancário

Já está sendo analisado pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara o projeto do deputado Doutor Hélio (PDT-SP) que promove mudanças na lei de sigilo bancário, prevendo penas de prisão para quem violar o sigilo. Na sua argumentação, o deputado explica que sua proposta surgiu depois de ter observado que empresas terceirizadas que prestam serviços de processamento de dados para bancos comerciais “não vêm tendo o devido cuidado de proteger o sigilo bancário dos clientes”.

O projeto inclui controladores e funcionários das empresas contratadas para os serviços de processamento de dados entre aqueles que podem ser punidos pela quebra de sigilo. As sanções, até agora, incluíam apenas os bancários. A pena prevista aos infratores varia de um a quatro anos de prisão, além de mul-



Deputado Doutor Hélio (PDT-SP)

ta. Caso seja aprovado, o projeto segue para a Comissão de Constituição e Justiça, última etapa antes de chegar ao Plenário de votação. ■

Governo quer mudar Licitação Pública

O governo está preparando um projeto que vai alterar a Lei de Licitações, tornando o processo mais simples. De acordo com informações do deputado Paulo Octávio (PFL-DF), o projeto do Executivo terá “plena aceitação no Congresso”, porque vai simplificar as licitações, com redução de prazos.

O projeto, que deve ser encaminhado à Câmara antes do recesso parlamentar, vai garantir – espera o governo – maior transparência nas licitações que serão divulgadas pela internet. Com isso, o governo pretende reduzir os custos porque não terá mais necessidade de divulgar as licitações nos jornais de grande circulação.

A lei vai regulamentar também o pregão eletrônico que já vem sendo praticado. Com a regulamentação, as empresas interessadas nas licitações podem participar das compras sem deslocamento. Caso seja aprovada, a lei terá validade também para a área de construção. ■

Moradia na agenda do Senado

Os senadores estão promovendo uma série de debates com os candidatos à Presidência da República para discutir o problema habitacional brasileiro. O primeiro a participar foi o candidato do PSB, Anthony Garotinho (foto), que esteve na Subcomissão de Moradia e Desenvolvimento da Casa. Autor da proposta, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) quer apresentar, no final das audiências públicas, o quadro do sistema habitacional brasileiro que, disse o senador, “é um quadro dramático para o qual estamos buscando uma solução”. Um dos convidados para os debates é o campeão mundial de boxe,

Acelino Freitas (Popó), que falou a respeito de sua experiência de ex-morador de rua.

As audiências acontecem no momento em que a Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça aprecia o projeto do senador Antonio Carlos Junior (PFL-BA), autorizando ao governo a criar o Programa Especial de Ressocialização dos Moradores de Rua.

De acordo com o projeto, os moradores de rua receberão alimento, abrigo, assistência psicológica e jurídica, além de cursos profissionalizantes. Na defesa de seu projeto, Antonio Carlos Junior disse que o programa tem como princi-



Foto: Divulgação/Marco A Rezende

pal objetivo “gerar condições que permitam a inclusão desses cidadãos no mercado de trabalho e na sociedade”. O programa a ser criado terá recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. ■

Integração Araguaia-Tocantins



A deputada Socorro Gomes defende a criação de um conselho administrativo na Região Integrada

O presidente Fernando Henrique Cardoso está planejando criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Araguaia-Tocantins. O projeto, que já teve tentativa semelhante durante o governo do general João Baptista Figueiredo (1979/85), contempla 111 municípios de Goiás, 42 do Pará, 35 de Mato Grosso e 20 do Maranhão, além de todos os municípios do estado do Tocantins.

A proposta para esta integração, apresentada pela deputada Socorro Gomes (PCdoB-PA), prevê a criação

de um conselho administrativo, com a participação dos governos federal e estadual, além de representantes da sociedade.

No projeto, a deputada prevê projetos de desenvolvimento sustentável, com conservação do equilíbrio socioambiental, geração de emprego e renda e implantação imediata de infra-estrutura.

Com 935 mil km² e população de cinco milhões de habitantes, a região é reconhecida como área de extensão da fronteira agrícola. ■



Consulado brasileiro na Palestina

O Brasil deve abrir um consulado "itinerante" na Palestina. A proposta feita por um grupo de deputados já está sendo analisada pelo Ministério de Relações Exteriores e é o primeiro resultado da viagem feita por uma comissão parlamentar que visitou o líder Yasser Arafat durante o cerco a seu quartel-general.

Um dos autores da proposta, deputado Milton Temer (PT-RJ), que integrou a comissão parlamentar, disse que "a situação dos brasileiros é precária e preocupante", informando que, quando os documentos permitindo o trânsito de estrangeiros perdem a validade, os brasileiros ficam impedidos de se locomover entre as cidades palestinas porque não existe representação diplomática brasileira no país. Temer disse ainda que a situação dos brasileiros descendentes de palestinos é ainda mais grave, porque eles correm sério risco de serem mantidos presos, porque não contam com apoio oficial. ■

Retaliação a produtos importados

Foi aprovada pela Comissão de Relações Exteriores da Câmara a proposta do deputado Abelardo Lupion (PFL-PR) proibindo a importação de alguns produtos estrangeiros, fabricados por países que tratam com discriminação os produtos brasileiros. Na lista dos proibidos encontram-se os produtos agrícolas, de pecuária, agroindustrial, bebidas alcoólicas, insumos, fertilizantes e outros.

A proibição será imposta a partir do reconhecimento público de que determinado país esteja adotando tratamento discriminatório das exportações brasileiras. A partir daí, a decisão será publicada no *Diário Oficial* em forma de decreto que pode ser tanto do Executivo quanto do Legislativo. ■

Venda de mapas

As empresas Geograph Informática e a Serviços Multiespectral estão vendendo mapas produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A denúncia foi feita pelos líderes sindicais da Associação dos Servidores do IBGE e o deputado Walter Pinheiro (PT-BA) (foto) quer ouvir o presidente da fundação para apurar as denúncias de mau uso de dinheiro público.



Foto: Rose Brasil - ABr

Disse Pinheiro que o IBGE facilitou um contrato entre as empresas para venderem produtos do instituto, principalmente mapas cartográficos. Além disso, os funcionários do órgão – informou o deputado – têm utilizado sua estrutura para atender os pedidos da Fundação Cesgranrio, instituição que trabalha na elaboração do Provão e do Enem.

Enquanto espera o depoimento dos responsáveis pelas irregularidades, Walter Pinheiro encaminhou ao Ministério Público uma representação para que o caso seja investigado. "Não é possível que dirigentes, chefes de postos ou de unidades e até mesmo funcionários sem cargo algum que tenham participado dessa empreitada continuem no serviço público", disse o deputado petista, que quer o afastamento dos envolvidos enquanto a investigação estiver em curso. ■

Fiocruz atinge excelência na produção de medicamentos

Consolidado como maior produtor de vacinas no Brasil, instituto também exporta remédios

Carlos Silva Miranda

MAIOR PRODUTOR MUNDIAL DE VACINA CONTRA A FEBRE AMARELA, o Brasil exportará o medicamento através de um convênio entre o Instituto Bio-Manguinhos, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), e a Organização das Nações Unidas (ONU), que o repassará a países afetados por esta doença. De acordo com o diretor do centro, Akira Homma, técnicos da Organização Mundial da Saúde (OMS) inspecionaram, recentemente, as instalações do Bio-Manguinhos e aprovaram o padrão de qualidade do produto.

O Bio já exportou vacinas para países da África, mas em situações emergenciais e em atividade não-comercial. O diretor assinala que ainda não está decidida quando será enviada a primeira partida, pois isso depende da ONU, mas garante que o Instituto está preparado para qualquer emergência.

Desde a década de 80, o Bio-Manguinhos pro-

duz mais de 60% das vacinas utilizadas no Brasil, algo em torno de 130 a 110 milhões de doses anuais. Além da febre amarela, o instituto é o único fabricante nacional de imunos contra poliomielite, sarampo e caxumba, entre outras. Também produz 19 kits de reagentes para testes, como o do HIV-1, para detectar a Aids.

“Estamos dando um grande passo, mas isso não quer dizer que atingimos o grau de eficiência máxima. O trabalho de nosso instituto é importante, mas o país precisa criar uma política de desenvolvimento científico e tecnológico mais consistente”, diz Homma.

O Far-Manguinhos, outro importante instituto da Fiocruz, também comemora números de eficiência. Segundo sua diretora, Eloan Pinheiro, diante da queda-

de-braço entre o Ministério da Saúde (MS) e o Laboratório Roche, fabricante do Nelfinavir – importante componente no tratamento da Aids – a Fiocruz poderá produzir um genérico do medicamento. O instituto espera o resultado do teste de bioequivalência, que averigua se o remédio

corresponde à fórmula original, e é realizado pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Caso o Roche e o MS não cheguem a um entendimento sobre o preço do remédio, o governo poderá quebrar a patente do Nelfinavir, expediente facilitado pela deliberação da última reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada mês passado em Doha, no Catar. A decisão permite, em caso de abuso dos preços pelos laboratórios, de epidemias e catástrofes, a fabricação de similares de qualquer medicamento, por governos de países afetados pelo problema. Se o Far-Manguinhos fabricar o genérico do Nelfinavir, a União fará uma economia de 200 milhões de reais por ano.

Auto-suficiência

O laboratório produz mais de 50 tipos de remédios e tem capacidade instalada para 100 milhões de unidades farmacêuticas mensais. Atualmente, fabrica genéricos de sete dos 12 medicamentos do coquetel anti-Aids. O Brasil é o quinto maior mercado consumidor de remédios no mundo e gasta 10 bilhões de dólares anuais no setor. No entanto, importa 80% dos princípios terapêuticamente ativos, numa grande dependência externa de um setor dominado por grandes corporações.

A produção de vacinas e remédios, além de propiciar o desenvolvimento



Akira Homma, diretor do Bio-Manguinhos

Foto: Carlos da Silva Miranda



Foto: Aristóteles Brito

Há décadas a Fundação Oswaldo Cruz vem desempenhando um importante papel na produção científica nacional, principalmente na área da saúde pública

científico, tecnológico e economizar divisas, é uma atividade estratégica para o Estado brasileiro. Os dois centros desenvolvem pesquisa científica, tecnológica, dão suporte a cursos técnicos e universitários de graduação, pós-graduação, e sustentam projetos de extensão comunitária. Junto a outros 14 institutos da Fiocruz, formam o mais importante complexo não-privado de pesquisa e produção de medicamentos da América Latina, e administram orçamentos anuais superiores aos de grande parte dos municípios brasileiros.

No caso do fabricante de imunos, 60% de seus 350 funcionários são pagos com recursos próprios e os 40 % restantes recebem diretamente do Ministério da Saúde, mas o dinheiro é depois devolvido ao órgão. O Bio-Manguinhos trabalha também em parceria com laboratórios privados e públicos, como o Butantã (SP), e o Tecpar (PR). O instituto existe desde a criação da Fiocruz e há 60 anos desenvol-



Foto: Carlos da Silva Miranda

ve imunos, mas o incremento de sua produção ocorreu quase ocasionalmente.

No início da década de 80, a multinacional Sintex detinha 80% do mercado brasileiro de vacinas e soros de uso tera-

pêutico. Repentinamente, resolveu sair do mercado, deixando o governo com estoques reduzidos, e o Ministério da Saúde foi obrigado a criar o Programa Nacional de Auto-suficiência em Imunobiológicos.

“Um país de 170 milhões de habitantes não pode depender apenas da produção externa de imunos, isto o deixa muito vulnerável. O mercado de medicamentos é um oligopólio e as grandes multinacionais só produzem o que tem valor comercial. Há vacinas que custam US\$0,30 e são desprezíveis do ponto de vista comercial, mas são imprescindíveis para a população brasileira”, diz Homma. Ele destaca ainda que a capacidade terapêutica de certos imunobiológicos depende de características muito específicas. Por exemplo: o soro antiofídico, produzido a partir do veneno de uma cascavel norte-americana, não tem eficácia para quem é picado por uma cascavel brasileira.

De acordo com a vice-diretora do Bio-Manguinhos, a farmacêutica Maria da Luz Fernandes Leal, em junho do ano passado, o Instituto inaugurou a Central de Armazenamento de Vacinas e Agentes para Diagnósticos. São três câmaras frigoríficas que podem acondicionar 30 milhões de doses por três meses. E está reformando o Centro de Produção de Antígenos Bacterianos para a produção de vacinas contra a *Hemophilus influenzae* e a meningite.

Além disso, constrói os Centros de Produção de Antígenos Virais e de Controle de Qualidade. No primeiro, serão produzidos e armazenados os imunizantes antivírus e, no segundo, será feito o controle de qualidade. Leal acrescenta que atingir a excelência no padrão de qualidade é decisivo para o instituto, lembrando que a Associação Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) fiscaliza sistematicamente as suas instalações. As obras estão orçadas em 35 milhões de reais.

Propriedade intelectual

O Far-Manguinhos existe há 45 anos e somente em 1996 foi incorporado à Fio-cruz. Emprega 710 profissionais técnicos e 262 pesquisadores na produção de fármacos. Nos projetos que desenvolve, atua também resgatando o saber popular, estudando plantas usadas como remédios pela popula-



Foto: Carlos da Silva Miranda

Eloan Pinheiro, diretora do Far-Manguinhos

ção. Neste campo da fitoterapia, criou hortas medicinais em assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e universidades estaduais, com financiamento do Ministério da Saúde.

Sobre a política de Ciência e Tecnologia do governo brasileiro, Eloan Pinheiro aponta alguns aspectos positivos e negativos. Para a diretora do Far-Manguinhos, uma medida correta é o investimento na formação de recursos humanos. Mas considera que o Brasil tem de definir prioridades, relacionando as necessidades mais urgentes para a saúde pública do país.

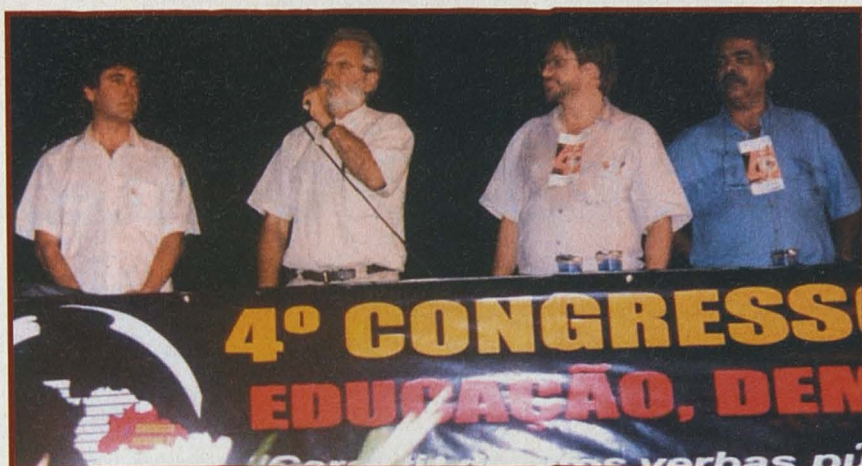
Akira Homma, por sua vez, admite que a pesquisa científica nacional é boa, embora tenha reservas quanto à tecnologia. Entende que o país é pouco desenvolvido tecnologicamente na área de biologia, em parte por causa dos limites das verbas empregadas no setor. Concorde que é preciso definir prioridades, e aconselha o direcionamento para pesquisa e produção de uma linha de produtos, evitando que investimentos sejam pulverizados em uma grande gama de projetos que não avancem. Ele cita a experiência no combate à doença de Chagas, no passado, como um bom parâmetro.

Eloan Pinheiro lista uma série de medidas que considera fundamentais para a

implantação desta política. Entre outras, a necessidade de criação de um orçamento totalmente voltado para pesquisa e desenvolvimento de fármacos e imunobiológicos, o estreitamento de parcerias entre as instituições públicas, e entre as públicas e as particulares em níveis nacional e internacional, facilitando o intercâmbio de conhecimentos, serviços e tecnologia. Sugere ainda a ampliação das relações com países em desenvolvimento que realizam pesquisa e produção industrial nas áreas de fármacos e imunos.

Por fim, considera importante que o governo crie política de incentivos fiscais e juros subsidiados para o setor privado que produz medicamentos. Quanto à questão da propriedade intelectual, que garante o monopólio de descobertas científicas e tecnológicas a uma empresa por 20 anos, Pinheiro e Homma assinalam que há pontos interessantes e controversos nela. O lucro com a produção e a exploração comercial permite o reinvestimento em outras pesquisas, descobertas e invenções. Porém, este expediente é utilizado, muitas vezes, apenas com fim comercial. “Deve haver regras para o patenteamento de invenções e descobertas científicas que levem em conta a questão do mercado, mas temos que considerar o uso social desses produtos”, pondera Homma.

Os cientistas lembram que a Lei de Propriedade Industrial (Lei 9.279/96) afirma que “não são considerados invenções ou modelos de utilidade o todo ou parte de seres vivos naturais e materiais isolados encontrados na natureza, ainda que dela isolados, inclusive genoma ou germoplasma de qualquer ser vivo”. Por essa lei, só são patenteáveis microorganismos transgênicos. A diretora defende a utilização de regulamentos da proteção intelectual para proteger a biodiversidade e os conhecimentos tradicionais sobre ela. “O Brasil possui uma extraordinária biodiversidade. A lei de propriedade intelectual será um poderoso instrumento para sua proteção, além de grande incentivo à pesquisa científica na área de medicamentos”, diz Eloan Pinheiro. ■



Congresso Nacional de Educação promove reflexão sobre o setor educacional no país

O deputado federal Ivan Valente (PT/SP), entre o vereador Carlos Gianazzi (PT/SP) – eq. – e o presidente do Andes-SN, Roberto Leher, fala para uma grande plenária durante o Coned



Fotos: Arquivo Adufrj-Sessão Sindical

blica de boa qualidade, é necessário “um amplo financiamento estatal”. Paralelamente, professores e estudantes decidiram desmistificar as políticas e discursos governistas “que encobrem a redução das verbas de educação, por não reconhecerem os déficits educacionais em todos os níveis e modalidades de ensino”.

Polêmica

Marcado por algumas disputas internas entre professores da rede pública e rede particular de ensino, a abertura do Coned provocou polêmicas partidárias, porque decidiu homenagear o vereador Carlos Gianazzi, que havia sido expulso dias antes do Partido dos Trabalhadores por ter votado contra sua companheira de partido, a prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, que reduziu o orçamento do setor de Educação de 30% para 25%.

Em defesa do vereador – que reverteu sua expulsão para uma pena de afastamento do partido por um período de um ano –, o deputado Ivan Valente (PT-SP), depois de criticar os ex-prefeitos paulistas Paulo Maluf e Sérgio Pitta, porque nunca gastaram os 30% garantidos na Constituição, afirmou que Gianazzi jamais poderia ter sido punido “porque votou de acordo com os princípios partidários”. Valente fez uma velada crítica à prefeita afirmando que gastos com uniforme e merenda escolar (alegação para reduzir o orçamento) “não são gastos com a melhoria de qualidade do ensino”. (Memélia Moreira) ■

Sociedade discute educação

GARANTIR ACESSO, PERMANÊNCIA E SUCESSO DE TODOS em todos os níveis e modalidades de ensino; defender a constituição do Fórum Nacional de Educação; estimular discussões, envolvendo os movimentos sociais, populares e outros setores da sociedade, visando à elaboração coletiva e democrática dos Planos Estaduais de Educação e combater propostas e programas que comprometam a qualidade social e técnica da educação são algumas das propostas aprovadas pelo IV Congresso Nacional de Educação (Coned) que reuniu, em São Paulo, professores e estudantes de todo o país na última semana de abril.

O documento aprovado reafirma a decisão de professores e estudantes de defender o Plano Nacional de Educação-Proposta da Sociedade Brasileira, no qual a educação

é entendida como “instrumento de formação ampla, de luta pelos direitos de cidadania e de emancipação social, preparando as pessoas e a sociedade para a responsabilidade de construir, coletivamente, um projeto de inclusão e de qualidade social para o país”.

A *Carta de São Paulo* – como ficou conhecido o documento – diz ainda que “cabe ao Estado a responsabilidade de assegurar e a cada cidadão de exigir o direito de ter acesso a uma educação de qualidade social, igualitária e justa”. Para isso – afirma o documento –, o Estado deverá “munir-se de órgãos e estratégias, eficientes e transparentes, para cumprir seu dever, atribuído pela própria Constituição”.

Os participantes do Congresso debateram também o problema de financiamento educacional, quando ficou evidenciado que, para garantir uma educação pú-

Contra a exclusão digital

Fórum apresenta software livre como uma alternativa contra o monopólio na indústria da informática

Ivan Trindade

A TERCEIRA EDIÇÃO DO FÓRUM INTERNACIONAL DO SOFTWARE LIVRE (FISL) pareceu ser regida pelos mesmos princípios do Fórum Social Mundial, realizado poucos meses antes, no mesmo Centro de Eventos da PUC, no Rio Grande do Sul (RS). O evento discutiu a adoção e utilização do Software Livre, considerando, além do aspecto técnico, fatores sociais, políticos e econômicos.

O Software Livre (SL) é o nome genérico de um programa de computador desenvolvido por usuários ou empresas que é disponibilizado na rede para aquisição livre mediante taxa de contribuição. Uma vez comprado, o SL pode ser usado, estudado, modificado e distribuído livremente pelos usuários. Esta liberdade tem origem no código fonte aberto, que possibilita aos próprios usuários melhorarem a programação. Por ser aberto, o SL só exige o pagamento da licença da primeira aquisição, o que o torna infinitamente mais barato do que os softwares comerciais. O exemplo

mais popular de SL é o sistema operacional Linux, idealizado e desenvolvido inicialmente pelo finlandês Linus Torvalds. Este sistema foi lançado na rede e, hoje, é usado em todo o mundo para o gerenciamento de redes de computadores de alta capacidade e necessidade de operação.

Desde a cerimônia de abertura, as discussões giraram em torno da necessidade de se consolidarem alternativas para os grandes monopólios da indústria da informática. O SL e as soluções operacionais e de redução de custo que ele proporciona foram apontados como o caminho para a democratização das tecnologias da informação. O representante da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), Cláudio Menezes, frisou que as tecnologias devem possibilitar a integração e o desenvolvimento social em âmbito global e não aumentar as distâncias entre os mais ricos e mais pobres. O governador gaúcho, Olívio Dutra, classificou o Fórum como "um passo importante para o uso dos computadores no reforço da cidadania e no fortalecimento da democracia". As autoridades concordaram que o SL

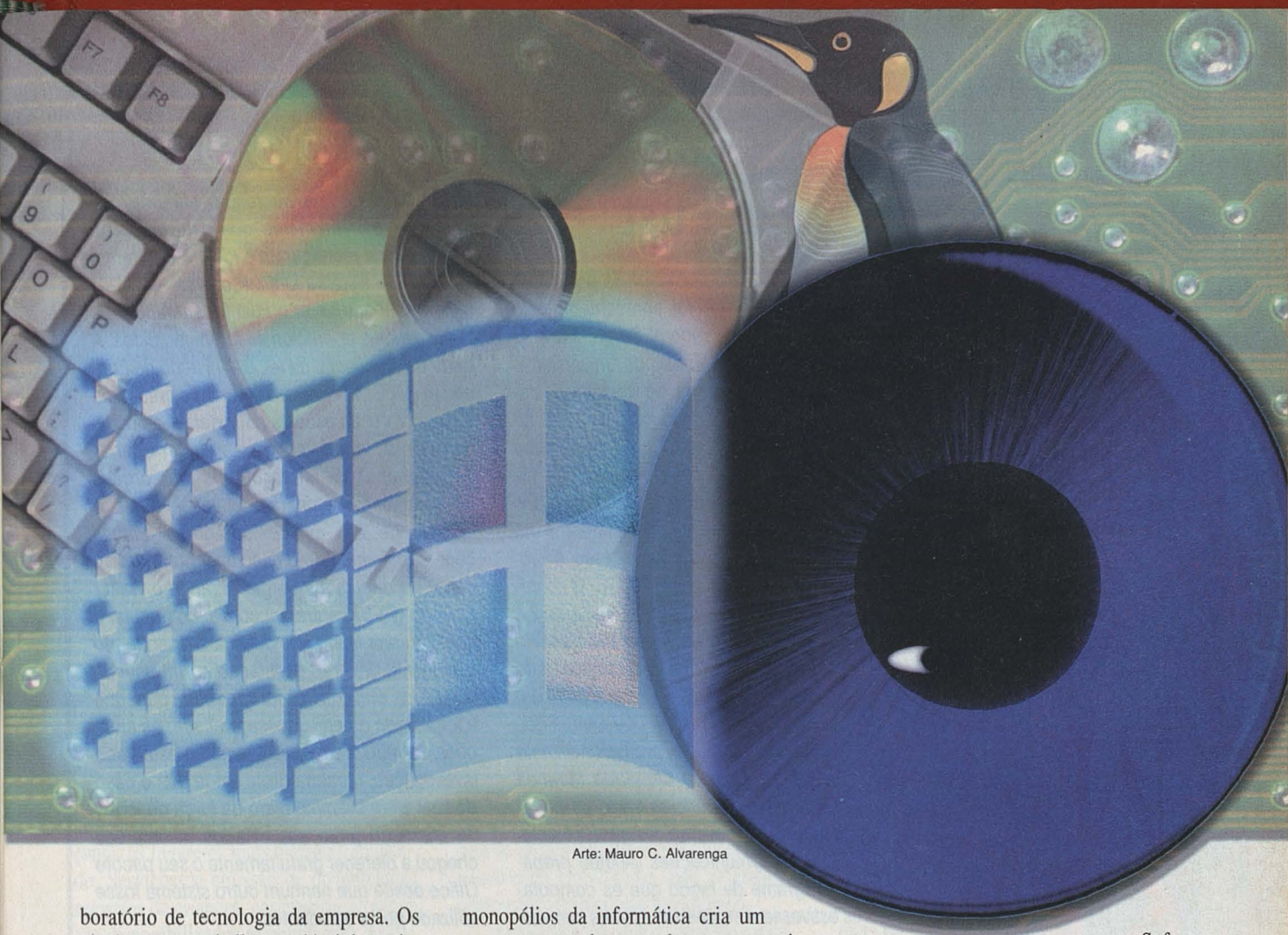
servirá como meio de popularização da computação. Por isso, sabem que o movimento recebe e receberá críticas dos representantes das grandes empresas do ramo da informática. O sentimento de embate entre a sociedade civil e os grandes monopólios esteve presente em todos os momentos do evento. Em quase todas as palestras, até as mais técnicas, foram citadas iniciativas de pequenos grupos ou mesmo individuais de se quebrar o controle de empresas como a Microsoft e a Apple.

Luiz Captulino, usuário e desenvolvedor de SL e membro da ONG Quilombo Digital, disse que as tecnologias de informação são vitais para o desenvolvimento do país. Ele entende que apenas com a democratização do acesso será possível alavancar o crescimento brasileiro. O técnico da Companhia de Processamento de Dados do Rio Grande do Sul (Procegs), Cláudio Dutra, concorda com a visão de Captulino. Ele citou um exemplo de como a entrega do capital tecnológico aos grupos estrangeiros pode ser prejudicial ao Brasil. Dutra disse que, na venda da Telebrás, foi eliminado o la-

A mesa do Consórcio de Desenvolvedores e Usuários de Software Livre, que pretende estimular iniciativas de produção e utilização do SL na América Latina



Fotos: Ivan Trindade



Arte: Mauro C. Alvarenga

boratório de tecnologia da empresa. Os técnicos que trabalhavam lá vinham desenvolvendo sistemas e equipamentos que destacavam o país no cenário internacional.

O professor Robert Johannes Cassel (foto), vice-presidente da Free Software Foundation (FSF), fundada em 1981, abriu sua palestra, intitulada "Os deveres e direitos do Software Livre e como viver trabalhando com eles", com a frase: "As empresas de informática são monopolistas e entendem que para ter sucesso no mercado devem eliminar a concorrência". A partir deste pensamento, Cassel elaborou as respostas que o Software Livre oferece para a competição neste mercado. Competição que para ele só traz benefícios. Ela possibilita o desenvolvimento de produtos com maior qualidade e com preço reduzido. Para Cassel, a postura dos grandes



monopólios da informática cria um engessamento do mercado e o encarecimento dos programas e computadores.

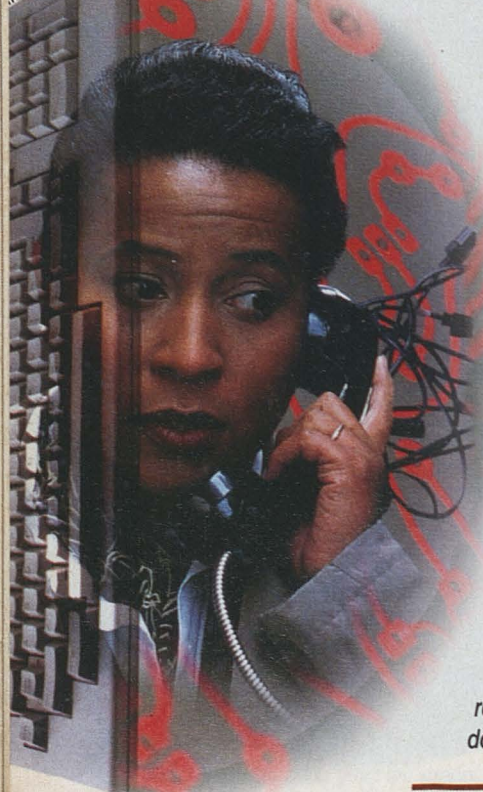
O professor apresentou as diferenças entre esta realidade e a dinâmica do SL. Com o código fonte aberto e a permissão para a distribuição, os SL incentivam a colaboração entre os usuários na busca de um produto que atenda melhor às necessidades de cada um. Cassel demarcou a diferença entre pirataria e SL. O primeiro é a distribuição não autorizada de cópias de programas de marca. No caso do SL, trata-se da propagação de versões melhoradas de programas desenvolvidos por programadores ou empresas independentes. Ao contrário do primeiro caso, onde as empresas pressionam os governos a aumentar a repressão, os Softwares Livres são legais e baratos.

Cassel falou ainda sobre como se pode ganhar dinheiro trabalhando com

Software Livre.

Uma vez que funcionam através do intercâmbio entre usuários, os SL são desconhecidos do grande público. A área de treinamento no uso destes programas é uma das atividades que o mercado oferece. Junto com o treinamento, vêm os serviços agregados aos programas, a venda de literatura sobre os SL e a produção de hardwares compatíveis com os novos softwares. Todo este mercado depende, porém, na visão de Cassel, do direito assegurado de usar, estudar, modificar e distribuir livremente os programas. Direitos que estão sendo ameaçados nos Estados Unidos e estão relativamente garantidos na Europa e no Brasil. O vice-presidente da FSF encerrou sua participação dizendo que os governantes devem defender os Softwares Livres e incentivar a disseminação e a produção destes programas, assim como garantir uma legislação que suporte os estudos sobre eles.

imagem: Photodisc



O caso Fust

Uma das questões mais polêmicas do III FISL foi apresentada pelo deputado federal Sérgio Miranda (PCdoB-MG), o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), criado pelo governo federal e aprovado pelo Congresso Nacional. O plano vai destinar 1% do valor das contas de telefone dos brasileiros para investimentos na democratização do acesso à tecnologia da informação. O orçamento previsto para o Fust é de 2,4 bilhões de reais. A primeira parte do programa prevê a informatização de escolas públicas em todo o país. Um total de sete milhões de alunos dos ensinos médio e profissionalizante seria atendido. O deputado Miranda listou as divergências entre os parlamentares e o governo. A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) preparou o programa de modo que os computadores estivessem equipados apenas com sis-

temas Windows, da Microsoft. Miranda e o grupo de parlamentares que estavam estudando o Fust rechaçaram a idéia e exigiram a inclusão de sistema Linux (Software Livre). O texto da lei que criou o Fust foi alterado e os dois sistemas operacionais foram incluídos. A partir da aprovação da lei, o Ministério da Educação (MEC) e a Anatel adotaram a prática de desencorajar as escolas na instalação do sistema Linux, incentivando-as a adotar apenas os programas da Microsoft. Os dois órgãos governamentais lançaram edital licitando a compra de 290 mil computadores apenas com o sistema da multinacional norte-americana. Os deputados Sérgio Miranda e Walter Pinheiro (PT-BA) entraram com ação popular e conseguiram liminar na Justiça suspendendo a licitação. Uma representação no Tribunal de Contas da União (TCU) foi impetrada para que a legalidade do edital fosse avaliada. As atuações do MEC e da Anatel também estão sob investigação. Miranda disse ainda que o caso do Fust é um exemplo claro da força do lobby da Microsoft junto aos estados. A empresa chegou a oferecer gratuitamente o seu pacote Office desde que nenhum outro sistema fosse utilizado pelos estudantes.

Software Livre no setor público

A mesa-redonda "Software Livre favorecendo a inclusão digital" deixou as questões técnicas um pouco de lado e tratou do uso dos SL na democratização das tecnologias da informação. A mesa foi formada pelo engenheiro Dani Buralli Meissner, da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (Prodesp); pelo presidente da Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (Procergs), Marcos Mazzoni, e pelo membro da Associação Brasileira de Entidades Públicas de Informática (Abep), Carlos Farache. Cada um deles apresentou iniciativas que reduzem a distância social no país através da informática.

O paulista Dani Buralli Meissner falou sobre o Programa Povo na Internet, do governo de São Paulo. O projeto prevê três formas de ação para a inclusão digital. Os Pontos de Acesso Público à Internet (Poapi) seriam um grupo de computadores colocados em locais de grande fluxo de pessoas para que os cidadãos possam usá-los. Segundo Meissner, algumas estações do metrô da capital paulista já contam com terminais. Além disso, há a proposta de construção de Infocentros Comunitários, que contariam com pessoal treinado e capacitado para dar suporte à população no uso das máquinas. E, por último, Meissner falou dos Infocentros Municipais, centrais de atendimento e prestação de serviços para o povo. Mas a grande novidade do programa Povo na Internet seria o Flash Card. Es-

tes minidisquetes seriam vendidos à população para que cada pessoa pudesse armazenar seus dados pessoais. Com o cartão, cada cidadão teria sempre à mão seu currículo, fotos etc. Estas informações poderiam ser acessadas de qualquer computador da rede montada pelo Estado. Meissner garantiu à platéia que os SL são a base do programa paulista. A redução de custos é vista como vital para o funcionamento do projeto.

O governo do Rio Grande do Sul também apresentou seus programas de inclusão digital. O principal deles é o Rede Escolar Livre RS. Segundo o presidente da empresa, Marcos Mazzoni, o custo com o SL está estimado em 37 milhões de reais em contraponto aos 87 milhões que seriam necessários para o uso de software proprietário. O projeto visa à informatiza-

ção das 3.300 escolas estaduais gaúchas. Atualmente, 2.200 já são atendidas pelo programa. Através do sistema GNU/Linux e do programa Star Office, as escolas ganham laboratórios com dez máquinas e os professores recebem treinamento para orientar os alunos no uso dos computadores. Cada estudante teria uma pasta para armazenar seus trabalhos e informações escolares. Estes dados ficam em rede e podem ser acessados em qualquer ponto do sistema. Também estão instalados nas máquinas programas geradores de páginas da Web. Com isso, cada colégio pode ter sua home page. A tecnologia do programa Rede Escolar Livre RS foi toda desenvolvida pela Procergs.

A Abep também apresentou iniciativas no campo da Inclusão Digital. Carlos Farache citou o projeto Navegar, implantado no estado do Amapá. Neste programa, computadores ligados à internet, através de satélites, são colocados em barcos que navegam pelos rios da região alcançando os lugares mais distantes do estado. Serviços de emissão de documentos, registros de crianças, casamentos e outros são disponibilizados às populações. O Pará também aproveitou a idéia e lançou um

programa semelhante. No caso paraense, há também cursos de informática nas embarcações.

Durante o FISL, foi aprovado o Estatuto do Consórcio de Desenvolvedores e Usuários de Software Livre. Liderados pela Unesco, grupos de usuários e empresas que utilizam e desenvolvem SL na América Latina firmaram acordo de cooperação e apoio às suas atividades.

A idéia, lançada no Fórum de 2001, foi sacramentada nesta edição do evento. A organização vai atuar na coordenação das iniciativas que busquem promover e desenvolver a produção e o uso dos Softwares Livres em todo o continente. O consórcio é destinado apenas à sociedade civil organizada. Governos podem apenas colaborar com recursos financeiros, físicos e técnicos. O grupo vai atuar ainda na defesa jurídica de usuários ou desenvolvedores que se envolverem em disputas com as grandes companhias do mercado tecnológico.

Ficou decidido que o conselho executivo se reunirá a cada ano em assembléias



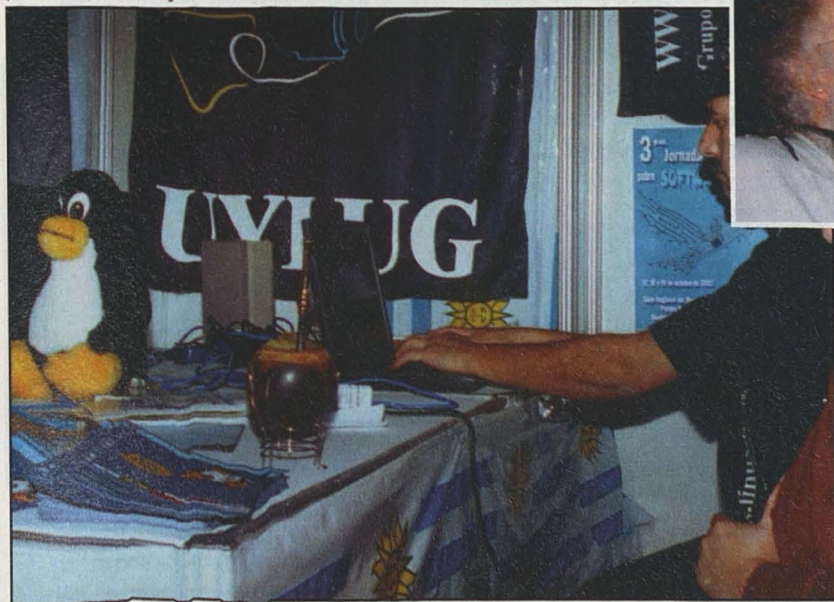
gerais e eventualmente em reuniões extraordinárias para discutir assuntos pertinentes ao tema do Software Livre. O conselheiro da Unesco em Montevideo, Cláudio Meneze (foto ao lado), foi eleito secretário-geral, cargo que ocupará até maio de 2003.

Importante é difundir o SL

Todos os participantes compartilharam do mesmo ideal no Fórum. Por vezes, este fenômeno criou a impressão de que se estava pregando para convertidos. O que não deixa de ser verdade, mas não retira a relevância do evento. Como disse John "Maddog" ("Cachorro Louco") Hall, presidente da Linux Internacional e tratado quase como uma santidade pelos usuários do sistema, se cada um dos participantes do FISL conseguir durante 2002 converter duas outras pessoas a usarem SL, no evento do ano que vem teremos mais de seis mil usuários na PUC. Maddog encerrou o evento dizendo que a sociedade civil mundial tem que continuar lutando para que o SL seja cada vez mais difundido. Com mais usuários, haverá mais desenvolvimento dos programas e custos mais baixos para as pessoas que desejam entrar no mundo da informática. O presidente da Linux afirmou que há, hoje, cerca de 40 mil projetos de SL em andamento no mundo e perto de 400 mil pessoas envolvidas neles.

A última frase de Maddog resumiu bem o pensamento dos participantes do Fórum: "Nós não temos que perguntar se o SL vai à frente e sim quão rápida será esta evolução." Em 2003 eles estarão novamente em Porto Alegre dizendo não aos monopólios e sim ao direito de escolha. ■

John 'Maddog' Hall, presidente da Linux Internacional, alimenta esperanças positivas com relação à difusão do Software Livre



Herança cinematográfica

Eryk Rocha, filho de um dos principais ícones do Cinema Novo, resgata acervo histórico que narra o exílio de Glauber em Cuba

Tetê Duche

“**F**ILHO DE PEIXE, PEIXINHO É”, diz o ditado popular. É exatamente o que se começa a perceber com Eryk Rocha, filho do cineasta Glauber Rocha, morto em 1981. Herdeiro biológico e cultural de um dos maiores ícones do Cinema Novo, Eryk vem colecionando elogios por *A rocha que voa*, documentário que o apresenta ao público, à crítica e ao mercado cinematográfico. O filme foi considerado a melhor produção da competição brasileira de longas e médias-metragens da sétima edição do “É tudo verdade”, Festival Internacional de Documentários, recebendo um prêmio de sete mil reais, mais quatro mil em equipamentos de luz e filmes para a próxima realização. Nada mal para quem dá os primeiros passos na estrada.

A rocha que voa aborda um dos períodos menos conhecidos da vida de Glauber: o exílio em Cuba entre os anos de 1971 e 1972. Sua fala convulsiva e ao mesmo tempo poética beirando o barroco está presente em todo o filme. Também é possível perceber a inspiração do Cinema Novo, como o estilo “uma idéia na cabeça, uma câmera na mão”. Segundo o júri do festival, o jovem cineasta “devolve um personagem da história do cinema nacional de forma viva, com emoção, evitando armadilhas da nostalgia e do sentimentalismo”.

Eryk resgata um acervo inédito de imagens da ilha de Fidel Castro permeado de depoimentos sonoros, tanto do pai, quanto de outros intelectuais latino-americanos que conviveram com Glauber em seu exílio em Havana. “Tratei de conciliar

o aspecto didático-biográfico a uma reflexão visual daquilo que está sendo dito. Daí nasce a linguagem do filme”, explica.

Eryk Rocha nasceu em Brasília, em 1978, durante as filmagens de *A idade da Terra*, último filme de Glauber Rocha. Morou um tempo no Rio e depois na Europa. Aos três anos e meio seu pai morre deixando sua mãe, Paula Gaitán, viúva. “Guardo alguns fragmentos de memória que, ao longo do tempo, foram se misturando e se confundindo aos diversos relatos sobre meu pai que chegaram até mim. É difícil identificar o limite entre minha própria memória e essa construção afetiva da figura do meu pai. Sem dúvida minha avó tem um modo muito especial de trazer à tona todas essas lembranças e isso colaborou na formação do meu imaginário em relação ao Glauber e me ajudou a entender minhas raízes baianas”, afirma Eryk, tentando explicar a presença paterna em sua trajetória.

O projeto de *A rocha que voa* nasce um ano após a chegada de Eryk Rocha a Cuba, onde foi estudar cinema na Escola de San Antonio de los Baños, em 1998.

Fotos: Cedoc



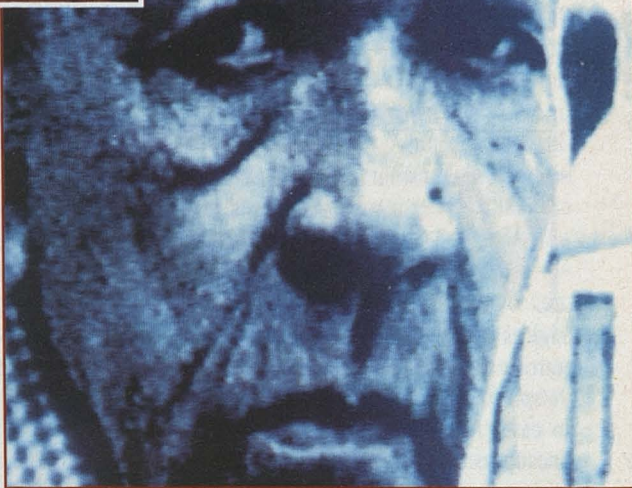
“Estudar e viver em Cuba era um sonho que eu vinha alimentando há algum tempo, pois unia a paixão cinematográfica a uma nova experiência cultural e política. Na origem da Escola de San Antonio de los Baños está um projeto de reflexão e formulação de alternativas para a prática do audiovisual nos países do Terceiro Mundo. Infelizmente, por diversos motivos, a escola foi aos poucos se afastando dessa idéia inicial”, lamenta ele. O filme é uma co-produção do Instituto Cubano de Arte e Indústria Cinematográfica (Icaic), do Labocine e do Grupo Novo de Cinema, sob a responsabilidade do produtor executivo Tarcísio Vidigal e ficou pronto apenas no início deste ano. Foram oito meses só na mesa de montagem.

“A urgência do projeto vinha do fato de que muitas das pessoas que conviveram e trabalharam com Glauber já morreram e outros não vivem mais em Cuba. Algo que expressa muito essa situação foi



Eryk Rocha (acima) admite a influência de seu pai, Glauber (ao lado), na estética de seu documentário

Fotos: Divulgação / Tiago Rivaldo



Imagens de 'A rocha que voa' (em sentido horário, a partir do alto): uma panorâmica da cidade de Havana, um anônimo cubano prestando depoimento sobre cinema e o 'Toque de santo', um ritual afro-cubano

‘É tudo verdade’

Considerada a mais significativa competição de documentários da América Latina, o “É tudo verdade” contemplou, em sua edição deste ano, Agosto - um momento antes da explosão, uma co-produção franco-israelense, dirigida por Avi Mograbi, como o melhor filme internacional. O cineasta mostra um mês de agosto em Israel, por considerar que tudo que é detestável em seu país pode ser metaforizado neste mês.

A diretora brasileira Sandra Kogut, atualmente radicada na França, mereceu menção especial por *Um passaporte húngaro*, filme onde narra seus próprios obstáculos diante da burocracia para conseguir um passaporte naquele país. Neste processo, Sandra se confronta com questões essenciais, como: o que é nacionalidade? Como construímos nossa história e nossa identidade?

A sétima edição do “É tudo verdade” exibiu 93 trabalhos divididos entre as salas do Centro Cultural Banco do Brasil e da Casa França Brasil, no Rio de Janeiro. No total foram 18 documentários presentes na competição internacional, representando 14 países de quatro continentes. “Nunca antes havíamos reunido tantos mestres na mesma competição internacional”, afirmou o fundador e diretor do Festival, Amir Labaki, que menciona ainda a exibição das mostras retrospectivas dos filmes de Orson Welles, cineasta das décadas de 40 e 50, cultuado até hoje. Outra mostra paralela apresentou os 10 primeiros anos do Globo Repórter, período em que o programa tinha um formato muito próximo do documentário, e que contou com a participação de cineastas que viriam a se tornar referência, como Walter Lima Júnior e Eduardo Coutinho.

a morte de Mirita Lores, montadora cubana que havia trabalhado com meu pai em *História do Brasil*, projeto que ele montou parcialmente em Cuba. Também a morte de Santiago Alvarez - um grande mestre do documentário cubano e que teve uma relação importante com Glauber - acabou evidenciando ainda mais a urgência de concretizar aquele projeto naquele momento. Estávamos lidando com uma geração de sobreviventes”, argumenta.

O que assistimos em *A rocha que voa* é um relato de uma sociedade sociocultural com particularidades únicas no continente. Para Eryk Rocha, Cuba conseguiu resistir e preservar algumas bases do que se teve de mais positivo no socialismo, mesmo após a queda do Muro de Berlim e da dissolução da União Soviética. “Uma das coisas que se manteve foi a acessibilidade dos ingressos de espetáculos em geral, inclusive os de cinema”, enaltece Eryk. ■

Recordações do exílio

Livro apresenta memórias de dezesseis anos de exílio, incluindo uma reflexão sobre os acontecimentos mais marcantes deste período

Nestor Cozetti

MEMÓRIAS DE UM PASSADO QUE INCLUEM COISAS COMO O FUZILAMENTO simulado de seu filho menor de idade, entre outras menos trágicas e até anedóticas acontecidas com outros exilados, estão presentes no livro *Diáspora, os longos caminhos do exílio*, do casal José Maria e Thereza Rabêlo, lançado recentemente. Para além de memórias vividas em países diversos, a obra é também uma reflexão sobre os acontecimentos históricos, em articulação com o que pode ou poderá acontecer no Brasil.

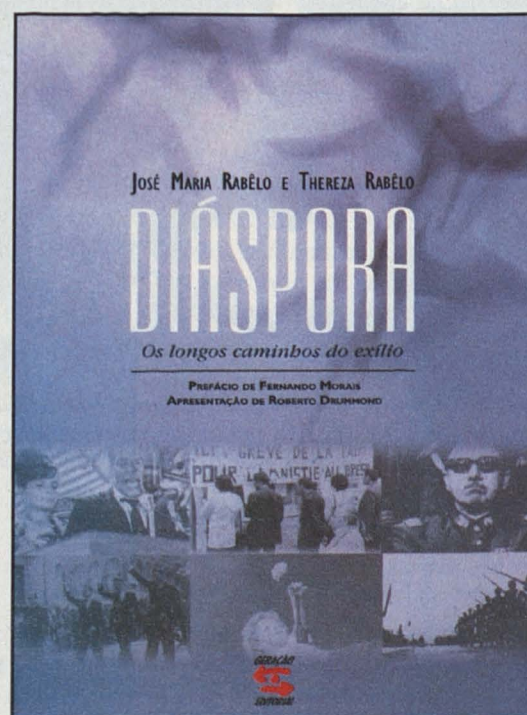
Um dos aspectos bonitos da história é o familiar, não apenas do casal com seus sete filhos menores indo de um lado ao outro do mundo, vítimas de três golpes de Estado em menos de dez anos, mas também o de muitos exilados brasileiros que se uniram lá fora, casando-se com nacionais dos países, retornando com companheiras uruguaias, chilenas ou peruanas. José Maria lembra que a integração com a sociedade onde eram estrangeiros era facilitada. Para ele, os filhos podem ter ajudado o entrosamento de sua família, mais fácil no Chile e na França, na sua opinião.

Thereza recorda algumas dificuldades na vida em família: "Eu tinha sobre meus ombros, mesmo sem deixar de trabalhar fora, a responsabilidade da educação de nossos meninos, todos menores ao sairmos do Brasil. No Chile, dois fatos me marcaram terrivelmente. A inclusão do nome do Zé Maria na lista das pessoas mais procuradas pela Junta Militar e o

cercos à nossa casa para capturá-lo; depois, a prisão de nosso filho Pedro, então um jovem de apenas 17 anos. Foi uma luta para o Zé Maria conseguir escapar e entrar numa embaixada. Mais difícil ainda foi retirar o Pedro das garras da ditadura, que o submeteu até a fuzilamento simulado."

José Maria fala que não quis fazer de *Diáspora* "um muro das lamentações, através do qual desfilam as angústias e sofrimentos do exílio. O livro contém esse lado dramático, pungente, que nos marcou profundamente, mas têm também muitas coisas positivas, da maior importância para todos nós". E lembra outros aspectos do livro, como "o lado político, que está muito relacionado com o que poderemos ter no Brasil, no caso de elegermos um presidente de esquerda, e um lado humano, dos sentimentos no exílio".

Além dos aspectos políticos do exílio, *Diáspora* enfoca também, em detalhes, o cotidiano dos exilados, como a difícil luta pela subsistência, a necessidade de domínio da língua local, a educação dos filhos, em uma realidade tão distinta; a relação com a sociedade em geral e entre os próprios companheiros, seus sonhos, suas frustrações. "Tudo isso num quadro de permanente insegurança, pois aonde íamos lá chegava a mão da repressão e da espionagem brasileira", afirma José Maria. O



autor cita o conhecido exílio do presidente Fernando Henrique Cardoso. "Ele nunca foi exilado. Esteve no Chile como funcionário de um organismo internacional ligado à ONU. Aliás, muito bem pago."

Thereza afirma que o que mais a impressionou lá fora foi "a constatação de que a miséria e a fome não constituem uma fatalidade, uma espécie de maldição bíblica. Conhecemos muitas nações em que as pessoas nascem e vivem com a segurança de uma existência digna, com escola e assistência médica para todos, com salários suficientes para terem sua casa, criarem seus filhos e não temerem as vicissitudes da velhice. Será que um dia alcançaremos alguma coisa parecida no Brasil?"

O livro demonstra como se efetuou o meticuloso trabalho de desestabilização das administrações de Goulart e Allende, incluindo até dados do Congresso norte-americano, quanto ao dinheiro enviado por Washington para financiar a conspiração chilena.

“O exílio é, antes de tudo, um teste para nossas forças. Lá, todos nos igualamos. Na realidade cotidiana, não existe presidente, senador ou deputado. E muito menos jornalista, por causa do idioma. É preciso recomeçar a vida do zero, partindo da planície da nova situação. Muita gente não entendeu essa verdade e entrou em parafuso”, afirma Thereza. “O exílio pode nos engrandecer, mas também nos levar para o fundo do poço.”

Exilados na Bolívia, Chile e França, José Maria e Thereza Rabêlo reconstituem em *Diáspora* um pedaço importante da nossa história. Em torno destas experiências pessoais, iniciadas com a saída de Belo Horizonte depois do golpe e que só terminam com a anistia em 1979, o casal analisa os diversos momentos do exílio. Por tudo isso, o livro é “um roteiro de cinema prontinho para ser filmado”, como afirma o escritor Fernando Morais no prefácio.

A conclusão de tudo, segundo Thereza, foi terrível. “Mas o importante é tirar as lições de cada experiência, como procuramos fazer no livro. Sem isso, não haveria sentido em publicá-lo.” José Maria completa: “Nos dois casos, foi uma experiência brutal, a sensação de que tudo estava sucumbindo. Em seguida, a fuga, a clandestinidade e o exílio. Depois tivemos a vitória socialista na França, com a eleição de Mitterrand, que representou, até certo ponto, uma compensação por aquelas derrotas e outras sofridas na América Latina.”

Para ele, a lição mais importante do livro “é o fato de nos permitir, hoje, a análise daquelas experiências na perspectiva da atual situação brasileira. Vimos, com toda a sua intensidade, a violência de que são capazes as

oligarquias locais e seus sócios estrangeiros, quando sentem que seus privilégios estão ameaçados. Os golpes do Brasil e do Chile não representaram simples intervenções militares, mas, sim, formas de contra-revolução. As forças armadas brasileiras e chilenas agiram para preservar os interesses dominantes, e para isso contaram com amplos apoios, de dentro e fora do país.”

Do livro surge com clareza que há extremas semelhanças entre os dois golpes. Ambos foram desferidos contra governos populares que propunham, em diferentes graus, uma série de transformações em suas sociedades e por isso atingiam poderosos interesses. “Aqui como lá, toda a crosta conservadora se uniu pa-

ra impedir a marcha do processo”, afirma o autor.

A atualidade e pertinência do assunto são vistas da seguinte maneira: “Com a possibilidade da eleição de um candidato de esquerda no Brasil, torna-se oportuno reexaminar o que se passou aqui, em 1964, e no Chile, em 1973. É o que procuramos fazer, ao abordar os dois episódios de forma original e com grande volume de informações inéditas e até hoje não devidamente avaliadas. Aqueles dois episódios adquirem enorme atualidade, ao ensinar-nos, entre outras lições, que mais difícil do que chegar ao governo é saber administrar a vitória. Ainda mais agora, quando se observa um recrudescimento das forças conservadoras em nível mundial. Nesse ponto, cabe ressaltar, principalmente no caso chileno, os erros cometidos pelos partidos e movimentos populares: sua desunião, suas disputas e conflitos internos, a falta de um projeto político definido foram fatos que contribuíram de modo decisivo para a derrota.”

José Maria afirma que é muito importante fazer esta análise neste momento, “porque ela vai nos dar orientações sobre quais os rumos a seguir”. Por isso, eles procuram apresentar no livro dados desconhecidos no Brasil. “Nós não abordamos esse tema no livro, porque este não era seu papel, mas eu posso dizer que o caminho é o da união das forças progressistas, uma aliança ampla que vá desde a extrema-esquerda, se for possível controlá-la, até setores progressistas do centro.”

Do papel fundamental representado por Thereza – sua companheira e co-autora do livro –, José Maria diz o seguinte: “O depoimento dela é lindo. É o outro lado, embora ela também tenha formação política, senão não teria enfrentado as diferentes situações com a coragem e a bravura com que o fez, mantendo a unidade da família. Com isso, não quero dizer que o depoimento dela não é também essencialmente político, pois tudo ali é político, inclusive o comportamento dos meninos”. ■

Imagem: extraída do livro *Diáspora*



Thereza, José Maria e a filha Patrícia visitam a Catedral de Notre Dame, em Paris, durante o exílio

Empresários temem a Alca

O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) colheu as opiniões dos seus 50 conselheiros sobre a participação do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca), em pesquisa realizada nos meses de março e abril últimos. A maioria (72%) acha que o Brasil, hoje, não reúne condições de competir em pé de igualdade com a maior parte dos países do bloco, principalmente com os Estados Unidos.

Na visão de 91% dos conselheiros (todos são empresários), o mercadão das Américas oferecerá a oportunidade para empresas brasileiras comercializarem os seus produtos em novos mercados, mas 70% dos que assim se manifestaram identificam como o maior obstáculo a essa conquista o fato de a economia brasileira ser pouco competitiva. Para os demais, a competitividade é "nula". A exceção é o setor de agronegócios, classificado como "muito competitivo". Na categoria "competitivos", sobressaem cimento, cervejas e refrigerantes, cosméticos, siderurgia e embalagens. Bens de capital, componentes eletrônicos, metalurgia, alimentos e química são "pouco" ou "não competitivos".

Entre os fatores que contribuem para tais desvantagens, os empresários, na sua unanimidade, citam o custo do capital como inibidor de novos investimentos, o peso da carga tributária, deficiências na infra-estrutura e a falta de investimentos em pesquisa e desenvolvimento de produtos.

A entidade vai promover reuniões com o objetivo de recolher sugestões e subsídios para orientação dos representantes brasileiros nos diversos grupos negociadores. Os resultados das reuniões estarão contidos em documento que será encaminhado ao governo e aos candidatos à Presidência da República.

Escassez de informações

A pesquisa do Iedi mostra que os empresários brasileiros dispõem de escassas informações sobre o que se discute, negocia e delibera em cada grupo, o que deixa ampla margem para dúvi-

das quanto à qualidade das versões que o governo faz repassar à sociedade. Nem mesmo o Congresso Nacional, ao qual incumbe apreciar, aprovar ou rejeitar acordos, tratados e quaisquer convenções internacionais de que o Brasil seja signatário, mostra-se adequadamente informado do que se desenrola no processo de formalização do bloco.

O resultado da pesquisa revela, por outra parte, que o conhecimento dos empresários sobre a Alca se restringe a questões meramente comerciais, o que poderá excluir dos debates exigidos pela sociedade itens de maior relevância incluídos na pauta, elaborada e imposta pelo governo norte-americano, e diretamente relacionados com a própria soberania nacional de cada país latino-americano envolvido nas conversações. Entende o empresariado que a Alca poderá abrir novos mercados para os nossos produtos, mas acha uma temeridade o Brasil lançar-se no que já se considera uma aventura, ou uma armadilha, devido às nossas reconhecidas desvantagens competitivas.

A formação do grande mercado americano, de fato, a cada dia se torna mais inconveniente para os países em desenvolvimento, na medida em que os Estados Unidos, inspirador da iniciativa, acirram o seu protecionismo, através, por exemplo, de obstáculos à importação de aço e de subsídios bilionários a produtos agrícolas que sem esses benefícios não reúnem condições de competir com vantagem nos mercados externos.

A via rápida (*fast track*), tão reclamada pelos exportadores fascinados diante do grande mercado norte-americano, acabou por retirar poderes do presidente dos Estados Unidos para negociar acordos de comércio sem vetos do Poder Legislativo. Transformou-se, afinal, em grande armadilha, uma vez que o Congresso arrogou-se o poder de alterar ou revogar tratados em que hoje os Estados Unidos concedem algumas vantagens aos seus parceiros comerciais, mas que no futuro deputados e senadores, sob a alegação de lesões à legislação comercial do país, podem desfazer a qualquer momento.

Diante de tamanha frustração, o Brasil não tem razões plausíveis para perder mais tempo com negociações que só visam a propiciar vantagens para o parceiro mais poderoso do bloco. ■

A pesquisa do Iedi mostra que os empresários brasileiros dispõem de escassas informações sobre o que se negocia e delibera em cada grupo de trabalho sobre a Alca



Foto: Photodisc

Muito além do livre comércio

Alca vai muito além de uma simples área de livre comércio de bens. O acesso ao seu endereço eletrônico mostra quase 600 páginas nas quais estão contidos itens de uma extensa pauta que incorpora, entre outros temas de maior relevância, compras governamentais, mercado de serviços, patentes e proteção aos investimentos estrangeiros. É difícil imaginar uma empresa brasileira a disputar, com possibilidade de sucesso, mercados governamentais de bens sofisticados num país como os Estados Unidos, cujo desenvolvimento científico e tecnológico não encontra paralelo na América Latina. Internamente, se abriremos os nossos serviços às empresas estrangeiras, podemos perguntar, desde já: o que será das empresas de capital brasileiro?

A experiência que a abertura radicalizada nos tem proporcionado até agora não recomenda a ampliação para outras áreas. As desvantagens competitivas das empresas brasileiras no setor secundário repetem-se, certamente, no setor terciário da economia nacional.

No que diz respeito ao item patentes, é inevitável o estrangulamento do desenvolvimento do país, se viermos a aceitar novas restrições. A questão dos medicamentos genéricos é um exemplo do que poderá acontecer em outras áreas, com força e intensidade redobradas.

Quanto à proteção aos investimentos aí se reproduzem as cláusulas mais draconianas do Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), que veio à luz no final dos anos 90 e escandalizou o mundo com a pretensão de se impor às legislações nacionais.

São questões que o Congresso Nacional, o empresariado, os trabalhadores, economistas, sociólogos e servidores públicos têm de debater exaustivamente, caso contrário o governo cuidará de impor ao Congresso a aprovação de tudo na calada da noite, conforme acon-



Foto: Divulgação



Foto: Elza Fluzza - ABr

O presidente FHC afirmou que a Alca representa 'vantagens recíprocas de comércio', mas ignorou que nas cláusulas do acordo estão previstas condições mais draconianas ainda que as do AMI, que escandalizou o mundo no passado.

O Congresso brasileiro não pode deixar de estudar a fundo todas as implicações da eventual decisão do Brasil de aderir à iniciativa

teceu com o Tratado de Não Proliferação Nuclear.

É incrível que o presidente da República, em declarações recentes à imprensa italiana, tenha afirmado que a Alca representa "as vantagens recíprocas de comércio que podem ser dadas entre o Nafta, que reúne Estados Unidos, Canadá e México e o Mercosul". Talvez ao presidente tenha passado despercebido que a Alca nunca vai tráfegar pelo caminho das sonhadas "vantagens recíprocas". ■

Impasse nos investimentos induz nova crise de energia

Se o governo mantiver a orientação neoliberal para o setor hidrelétrico, o que se pode esperar para mais adiante é a desarticulação total na produção deste insumo, hoje submetida a um preconceito ideológico que opõe “mercado livre” ao “Estado forte”.

A tentativa de substituir o modelo de gestão pública pelo de gestão internacionalizada teve como resultados dois apagões de abrangência quase nacional e mais tarde severa restrição do consumo seguida de absurdas majorações de tarifas a partir de 2001. O governo apostou firme na transferência das grandes geradoras para o capital estrangeiro, a preços módicos, mas a grande quantidade de ações na Justiça retardou o processo até que sobreveio a crise. Furnas, Hidrelétrica do São Francisco, Copel e outras de porte semelhante que estavam expostas na vitrine da desestatização tiveram suspensa a sua venda, embora o governo freqüentemente se revele disposto a retomá-la. Quanto à Cemig, cujo controle era exercido pela norte-americana AES, sócia minoritária, graças a um acordo de acionista, teve esta situação revertida devido à intervenção do governador Itamar Franco na Justiça.

Quase um ano depois da grande crise de oferta – faltaram investimentos na geração e em linhas de transmissão, enquanto baixavam os níveis dos reservatórios –, o governo ainda não definiu a solução para o problema. A construção de novas usinas, termelétricas e hidrelétricas, praticamente ainda não saiu do papel, o que reforça a previsão de nova crise para até 2006, em meio às seqüelas deixadas pela crise de 2001. A mais grave é a balbúrdia reinante no setor, a partir do imobilismo do governo alimentado pelo preconceito ideológico que exclui o Estado nos investimentos e até em empreendimentos de infra-estrutura e pela proibição de investimentos das empresas estatais feita pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) ao governo, a pretexto do equilíbrio nas contas públicas. Deliberadamente, o Fundo Monetário confunde investimento com gasto. É uma forma de inviabilizar um setor vital da economia, para colocá-lo na dependência de recursos externos. Aí, entra a internacionalização, atualmente muito difícil.

Na avaliação de técnicos que participaram recentemente do IX Congresso Brasileiro de Energia, no Rio de Ja-

neiro, aqueles que investiram na compra de empresas brasileiras do setor hidrelétrico encontram dificuldades para fazerem novos investimentos no país, em face dos prejuízos que tiveram com a crise argentina: é o caso das espanholas Endesa, que absorveu a Coelce, e a Iberdrola, proprietária da Coelba, da Celpe e da Cosern. As norte-americanas AES, dona da Metropolitana e de geradoras no Sul e a Enron, ambas às voltas com sérios problemas nas respectivas matrizes, não têm recursos para investimentos fora dos Estados Unidos.

Pretexto superado

O governo tentou justificar a privatização das hidrelétricas com alegações de que elas não tinham recursos para investir e só o capital estrangeiro poderia superar a crise do setor, aumentando a capacidade de geração. Na verdade, as multinacionais nunca cogitaram de se lançar em investimentos de maturação longa – retorno em seis, oito e até mais de 10 anos. Seu objetivo era a compra de unidades geradoras já amortizadas, rentáveis e altamente lucrativas. Instruído por consultorias internacionais, inglesas em particular, e por pressões da Enron, o governo resolveu subverter a matriz energética do país, atribuindo peso mais significativo às termelétricas movidas a gás natural importado da Bolívia, inicialmente. Como a energia térmica tem custo quase três vezes mais elevado que a de origem hídrica, as empresas que comprassem as geradoras hidrelétricas tenderiam a nivelar as suas tarifas às tarifas das térmicas, beneficiando-se dos custos marginais destas últimas.

O agravamento da crise frustrou essa jogada e colocou o governo no impasse que persiste hoje, entre os investimentos das estatais, proibidos pelo Fundo Monetário Internacional, e os investimentos das multinacionais, no momento quase impossíveis.

Os projetos continuam no papel, o governo nada decide à espera de nova ajuda de São Pedro, e mantém o suspense na expectativa de nova crise que, para sorte do atual presidente, só deve acontecer em 2006.

O problema será transferido para o próximo governo. ■



O governo justificou a privatização das hidrelétricas alegando que só o capital estrangeiro poderia superar a crise do setor. Na verdade, as multinacionais nunca cogitaram de se lançar em investimentos de retorno em até 10 anos

Foto: Divulgação

RENDIMENTO DO TRABALHADOR NO PERÍODO DO PLANO REAL



Plano Real devora os salários

O trabalhador vai continuar pagando a conta do Plano Real até o último dia do mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. O gráfico mostra a involução dos salários desde 1995 até 2001, tendência que será mantida até o final de 2002 (-3,3%), segundo projeção feita recentemente pela MB Associados. De 1998 a 2001, o salário médio real acusou variação negativa acumulada de 10,9%.

A compressão da renda disponível para consumo agravou-se por efeito do maior dispêndio com serviços públicos de tarifas e preços administrados – de 13,5%, em 1995, para 30,5% (mais que o dobro) da renda familiar nos primeiros quatro meses de 2002. Essas tarifas e preços – de telefonia (fixa e celular), energia elétrica, água e esgoto, transportes coletivos e combustíveis – foram majorados em percentuais mais elevados que a inflação no período.

No intervalo entre 1994 e 2001, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulou alta de 81%, enquanto preços e tarifas administrados subiram 198%. Já os preços dos produtos industrializados foram majorados em 56,1%, de 1995 ao primeiro trimestre de 2002.

Na Grande São Paulo, maior centro industrial do país, o rendimento médio dos trabalhadores ocupados caiu 11,7% de 1998 a 2001, maior queda entre as seis regiões metropolitanas nas quais o IBGE realiza pesquisas com regularidade. O levantamento em São Paulo foi feito pelo Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS). O declínio da renda na Grande São Paulo de quatro anos para cá foi quase 25% superior à queda da renda média no restante do país.

Se associados os elevados índices de desemprego às perdas de renda vistas no gráfico, o resultado é uma compressão da massa de salários de magnitude só percebida nas economias estagnadas ou em processo recessivo. ■

Postal Norte-Sul

AUTO-AJUDA



A PAZ DE TODO DIA
Cláudia Nogueira e Sandra Nedopeltzski
Cód. 85-86448-08-7
Com os olhos voltados para a força íntima é que nos revestiremos da capacidade de enxergar a verdadeira essência. 203págs. (15cmx11cm). R\$10,00 - Editora Brahma Kumaris



MINUTOS DE SABEDORIA
C. Torres Peixoto Cód.: 0491-9
Ensinos que contribuem para a elaboração de um novo mundo mais pacífico e mais humano. 288 páginas. Dimensão: 11,5cm x 8cm - R\$5,50 - Editora Vozes

BIOGRAFIAS



FIDEL CASTRO - Uma biografia consentida Tomo I - Do menino ao guerrilheiro
Claudia Furiati Cód. 85.7106-327-4
A chegada do pai espanhol de Fidel a Cuba, no início do século XX, até a vitória da Revolução naquele país, em janeiro de 1959. Ilustrado com fotos e mapas. 576 págs. R\$54,00 - Ed. Revan



FIDEL CASTRO - Uma biografia consentida Tomo II - Do subversivo ao estadista
Claudia Furiati Cód. 85.7106-328-2
A formação do novo poder em Cuba, a "crise dos mísseis" de 1962, o apoio de Cuba à luta de libertação em Angola, e outros países que se batiam contra o imperialismo. A confirmação de Fidel como um dos grandes estadistas do mundo. Com fotos e mapas. 496 páginas. R\$46,00 - Editora Revan



JOÃO GOULART - Lembranças do exílio
Jorge Otero Cód.: 3531-1
Este livro mostra a vida de um líder que jamais perdeu a simplicidade. Transigente e pacífico em um contexto de intolerância e belicoidade daqueles tempos de Guerra Fria. 272 páginas. R\$30,00 - Casa Jorge Editorial



PRESTES - Lutas e autocríticas. Edição Comemorativa dos 100 anos de Luiz Carlos Prestes
Dênis de Moraes e Francisco Viana Cód. 020015
Este é o livro para o qual, em vida, Prestes deu o seu melhor depoimento. Para esta edição, a família Prestes abriu seus arquivos de fotos (quatro cadernos de fotos, 32 páginas). 324 páginas. R\$39,00 - Ed. Mauad

DICIONÁRIOS



DICIONÁRIO DO BRASIL COLONIAL (1500 - 1808)
Ronaldo Vainfas (direção) Cód. 85 7302 320-1
Primeiro dicionário crítico sobre as nossas raízes coloniais. Os primeiros séculos de nossa história estão representados de A a Z, em forma de verbetes atraentes e concisos. Mostra todos os personagens que nos ajudam a compreender melhor os sentimentos e o modo de vida de uma sociedade meio encantada e meio diabólica como a colonial. 599 páginas. R\$53,90 - Ed. Objetiva

FILOSOFIA



O DESPERTAR DA ÁGUA
Leonardo Boff Cód. 5-326-1977-0
O livro continua o anterior A águia e a galinha, e relaciona a dimensão-águia e a dimensão-galinha com o Universo, a história e a pessoa humana. 176 páginas. R\$16,50
Editora Vozes



A ÁGUA E A GALINHA
Uma metáfora da condição humana
Leonardo Boff Cód. 85-326-1845-6
Uma história africana proposta ao leitor como reflexão de sua própria condição, origem e destino. Segundo o autor, é preciso que se busque o equilíbrio. 208 páginas. R\$19,80
Editora Vozes

HISTÓRIA



A ERA VARGAS
José Augusto Ribeiro Cód. 83528-1
Uma coleção em três volumes, que aborda acontecimentos em mais de setenta anos de História do Brasil - de 1882 a 1954. O primeiro volume começa pelos antecedentes da Era Vargas e por todo o debate da campanha presidencial de 1929-1930, com três capítulos sobre a questão social. O segundo volume cobre o período que vai do lançamento da candidatura de Vargas à Presidência, em abril de 1950. O terceiro volume é inteiramente dedicado aos acontecimentos desencadeados pelo chamado atentado de Toneleros, em 5 de agosto de 1954, até sua morte, na manhã do dia 24. Total de 971 páginas. R\$60,00. (Os livros não serão comercializados separadamente.) - Casa Jorge Editorial



PETRÓLEO - A maior indústria do mundo
Roberto Minadeo Cód. 7585-9
Estudo histórico e informativo, que apresenta fatos da indústria petrolífera mundial, fatos estes restritos ao século XX, período de grandes acontecimentos e transformações nessa indústria. 436 págs. R\$48,00 - Editora Thex



HISTÓRIA DA IMPRENSA NO BRASIL
Nelson Werneck Sodré Cód. 0100-68
O livro vem preencher a necessidade de profissionais e estudantes em suas teses, pesquisas, estudos, ensaios e trabalhos dos mais diversos. 501 páginas. R\$59,00 - Editora Mauad



O EXÉRCITO SOVIÉTICO NA II GUERRA
Leonid Ieremeev Cód. 0084
Relato dramático e fartamente documentado que revive momento crucial para a sobrevivência dos valores humanitários. 128 páginas. R\$14,00 - Editora Revan



CIDADANIA E GLOBALIZAÇÃO
Liszt Vieira Cód. 4775-9
O livro aborda com profundidade e competência os desafios trazidos pela globalização, em particular o papel das organizações da sociedade civil na promoção da democracia na esfera global. 142 páginas. R\$22,00 - Editora Record

A REINVENÇÃO DO SERTÃO



Paulo Emilio Matos Martins
Cód. 0349-4

O trabalho particularmente interessante aos euclidianistas que nestas páginas aprendem mais um pouco sobre a face oculta da História do Brasil e recebem sugestões das mais valiosas para futuras aplicações das pesquisas sobre Os Sertões e o pensamento social de Euclides da Cunha. 276 páginas. R\$39,00 - Editora FGV



A LUTA PELA BORRACHA NO BRASIL
Warren Dean Cód. 0592-3

O livro conta a antiga história da domesticação da borracha tem sido freqüentemente contada, nunca, porém, como neste livro. Esta obra constitui-se, com certeza, no trabalho definitivo sobre o tema. 296 páginas. R\$25,00 - Editora Studio Nobel



MINAS DO OURO E DO BARROCO
Washington Albino Cód. BA 7014

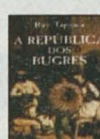
O livro reconstitui o barroco mineiro, a primeira manifestação artística autenticamente nacional. Imprescindível para o conhecimento da História do Brasil. 248 páginas. R\$38,00 - Barlavento Grupo Editorial



NAS FRONTEIRAS DO PODER
Márcia Maria M. Motta Cód. A-025

O livro permite compreender a complexidade das relações sociais e de poder no mundo agrário fluminense de meados do século XIX. 247 páginas - R\$21,00 - Arquivo Público

LITERATURA



A REPÚBLICA DOS BUGRES
Ruy Tapioca Cód. 85.325.1028-0

O livro surge em um momento oportuno para uma reflexão sobre a História do país e a nossa formação como povo. 532páginas. R\$40,00 - Editora Rocco



O LIVRO DO GENTIO E DOS TRÊS SÁBIOS (1274-1276)
Raimundo Lúlio Cód. 2653-X

O livro conta a história de um filósofo gentio e ateu, e a de três sábios, um judeu, um cristão e um muçulmano, que o ajudam e consolam em seus momentos de depressão, através do método de argumentação. 248páginas. R\$25,00
Editora Vozes

POLÍTICA



A FORMAÇÃO DO MST NO BRASIL
Bernardo Mançano Fernandes Cód. 85.326.2345-X

O autor analisa os processos de formação e territorialização do movimento, desde sua origem - em 1979 - até 1999, em 22 estados, onde o MST está organizado. Importante referência para se compreender a trajetória dos sem-terra em todas as regiões brasileiras. 318 páginas. R\$28,60 - Editora Vozes

Faça também o seu pedido online: www.etm.com.br



A CARAVANA DA MORTE

O livro que levou Pinochet ao banco dos réus
Patricia Verdugo Cód. 85.7106.224-2
O livro, obviamente, foi silenciado na época pela imprensa no Chile. Mesmo assim, rendeu vários prêmios. págs. R\$28,00 - Ed. Revan



BRIZOLISMO

João Trajano Sento-Sé Cód. 225.02862
Leitura indispensável para quem se interessa pela história contemporânea do Brasil. 365 páginas. R\$31,00 - Editora FGV



CAPANEMA

O ministro e seu ministério
Angela de Castro Gomes
Cód. 85.225.0323-0

O livro retoma eventos e debates ocorridos no primeiro governo Vargas e tudo o que ele marcou nas complexas áreas da saúde, da educação e da cultura em nosso país. 276págs. R\$25,00 Editora FGV



DESMONTE DA NAÇÃO

Ivo Lesbaupin (Org.) Cód. 85.326.2174-0
O governo FHC prometia levar o Brasil à modernidade e ao desenvolvimento, mas vem produzindo um desastre - é a análise da obra. 200 páginas. R\$19,40 - Editora Vozes



O APAGÃO

Por que veio? Como sair dele?
Luiz Pinguelli Rosa Cód. 6227-7
O livro reúne vários artigos publicados pelo autor sobre a gestão da crise de energia que atinge hoje a população brasileira, afogando as famílias e abalando a perspectiva de desenvolvimento econômico e social do país. 125págs. R\$15,00 - Ed. Revan



DOIS ESTUDOS PARA A MÃO ESQUERDA

Cabanagem - Guerrilha ou luta de massas
Renato Guimarães Cód. 0205
O autor apresenta dois ensaios sobre episódio marcante da história brasileira do século passado, como reflexão dirigida aos jovens. 112págs. R\$16,00 - Editora Revan



O FIM DA URSS E A NOVA RUSSIA

De Gorbachev ao pós-Yeltsin
Angelo Segrillo Cód. 85.326.2393-X
As fases da Perestroika, o processo de privatização e ida ao capitalismo da Rússia na década de 1990, além de diversas outras informações da época atual. 152págs. R\$13,80 - Ed. Vozes



DIÁSPORA

Os longos caminhos do exílio
José Maria Rabêlo e Thereza Rabêlo
Cód. 85-7509-019-4

Mostra o dia-a-dia dos exilados, com as dificuldades de adaptação a realidades tão diferentes, a luta pela subsistência, a educação dos filhos, a necessidade de dominar uma nova língua imediatamente, as relações de cada um dentro e fora do grupo, seus sonhos, êxitos ou frustrações. 280 páginas. R\$28,00 Geração Editorial



O LIBERALISMO NO BRASIL IMPERIAL

Origens, conceitos e prática
Lúcia M. P. Guimarães & Maria Prado
Cód. 85.7106-228-5

A obra reúne estudos sobre a difusão no Brasil das idéias liberais vindas da Europa às vésperas da Independência, focalizando sua repercussão na imprensa, na literatura e nos debates políticos do país na época. 192 págs. R\$24,00 - Editora Revan



DEPOIS DE 500 ANOS

Que Brasil queremos?
Leonardo Boff Cód. 85.326.2328-X
A forma como o novo Brasil trabalha criativamente esse drama poderá colaborar para unificar a Humanidade na casa comum, o planeta Terra. 128 páginas. R\$14,30 - Editora Vozes



A DEMOCRACIA INTERROMPIDA

Gláucio Ary Dillon Soares Cód. 0356-7
Um clássico da análise política no Brasil, influenciado pelos estudos pioneiros de Orlando de Carvalho sobre política eleitoral no nível municipal e pela sociologia política de inspiração estruturalista, o autor promoveu pela primeira vez no país o estudo sistemático sobre o sistema partidário nacional, aplicando técnicas de pesquisa hoje de uso obrigatório em determinadas áreas da disciplina. 390 páginas. R\$39,00 - Editora FGV



SISTEMAS PARTIDÁRIOS EM NOVAS DEMOCRACIAS

O caso do Brasil
Scott P. Mainwaring Cód. 0534-8
O livro apresenta uma ampla discussão sobre o sistema eleitoral brasileiro, as regras e mecanismos do Congresso, as produções do Legislativo, as ações do Governo e a Constituição dos ministérios. Trata da democracia representativa e da estrutura dos partidos como solidez, coesão e disciplina. 424 págs. R\$45,00 - Editora FGV



POLÍTICAS PÚBLICAS

A AMERICANIZAÇÃO (PERVERSA) DA SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL
Estratégias de bem-estar e políticas públicas
Maria Lúcia W. Vianna Cód. 0156

As ações políticas da ditadura de 1964 a 1985 revelaram-se perversas pelo seu caráter anti-democrático. A autora identifica os fatores que produzem barreiras para a implantação do modelo universalista que embasa a Constituição de 1988. 256págs. R\$35,00 - Ed. Revan



HAVANA - DEZEMBRO DE 1999

Emílio Azevedo Cód. M 0268
Conheça a vida comum na capital cubana, em uma reportagem competente e atrativa. 145 páginas. R\$19,00 - Editora Multitexto



SAÚDE

A VITALIDADE SEXUAL DO HOMEM

Uma Abordagem Natural
Michael T. Murray Cód. 20310-0
O autor diagnostica distúrbios da próstata, detecta efeitos colaterais de determinados procedimentos e relaciona virilidade e reeducação alimentar aos exercícios físicos e a um programa de combate ao estresse. 188págs. R\$29,00 - Editora Campus



O LIVRO DA SAÚDE DAS MULHERES NEGRAS

Várias Autoras Cód. 2210
Um instrumento na coordenação de ações conjuntas entre mulheres que trabalham por justiça social. 356págs. R\$29,00 - Ed. Pallas



SOCIOLOGIA

GLOBALIZAÇÃO

Teoria social e cultura global
Roland Robertson Cód. 85326.2247-X
Mostra como a cultura tornou-se questão contestada globalmente. Por que concepções rivais de uma "ordem mundial" têm consequências políticas e econômicas. 312págs. R\$35,20 - Ed. Vozes



A TEORIA DA REVOLUÇÃO NO JOVEM MARX

Michael Löwy Cód. 2687-4
O livro tem seu centro no conceito de revolução e no momento em que Marx o elabora, entre 1844 e 1846, caracterizando um ruptura com sua posição teórica e política anterior. 245 páginas. R\$25,00 - Editora Vozes

Preencha em letra de forma e envie para a Editora Terceiro Milênio Ltda. ou faça o seu pedido online: www.etm.com.br

Nome: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Cidade: _____
Estado: _____ CEP: _____ Profissão: _____
Tel.: _____ Fax: _____ E-mail: _____

Assinale a forma de pagamento de seu pedido:

- () Cheque(s) nominal(is) à Editora Terceiro Milênio Ltda, em anexo
() Autorizo débito no meu cartão pelo valor total de R\$ _____

Cartão Validade até ____/____/____

Nº _____

ACEITAMOS TODOS OS CARTÕES DE CRÉDITO

Data: ____/____/____ Assinatura do comprador _____

CADERNOS 241
Os preços estão sujeitos a alteração
VALIDADE:
até durar o estoque

Rua Conde de Lages, 44 - Gr. 508 / 510 - Lapa
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20241-080
Tel.: (21) 2221-7511 - FAX: (21) 2252-8455
E-mail: etm@etm.com.br - <http://www.etm.com.br>

ATENÇÃO: O frete será cobrado à parte no valor de R\$3,00 por livro e o prazo máximo de entrega em 20 dias. Consulta prévia nas remessas rápidas, para o exterior e nos pedidos acima de 10 exemplares.

Fotos: AFP

Myanma

Retomada do diálogo

A libertação da líder da oposição, Aung San Suu Kyi, no dia 6 de maio, representou uma retomada nas relações entre a oposição e o regime militar de Myanma (Birmânia). Suu Kyi, filha do herói anticolonialista Aung San e principal líder da Liga Nacional Pró-Democracia (LND), passou 19 meses em prisão domiciliar.

Apesar da sua libertação, a democratização do país ainda é vista como uma coisa distante. "Minha libertação não representa um grande avanço para a democracia. O grande avanço seria que todo o povo de Myanma pudesse gozar de um mínimo de liberdade", afirmou Suu Kyi em seu primeiro pronunciamento público.

O Conselho de Estado para a Paz e o Desenvolvimento, como se autodenomina a junta militar que governa o país, indicou que a dirigente poderia retomar suas atividades à frente da LND. "Nos comprometemos a permitir novamente que todos os nossos cidadãos participem livremente do processo político, dando prioridade à unidade nacional, à paz e à estabilidade do país e da região", disse o porta-voz governamental, coronel Hla Mi.

Na opinião do pesquisador birmanês Tin Maung MaungThan, do Instituto de Estudos do Sudoeste Asiático, isto cria um âmbito mais democrático, ao reconhecer que as pessoas que não estão de acordo com o governo não serão necessariamente encarceradas. "Mas não devemos alimentar falsas expectativas", adverte.

Esta não é a primeira vez que o governo militar liberta Suu Kyi sem que isto represente uma verdadeira mudança política. Ela foi presa pela primeira vez em 1989 e a sua libertação, em 1995, não foi acompanhada de nenhuma reforma real.

Governos ocidentais aprovaram a recente libertação de Suu Kyi, mas não mencionaram a possibilidade de levantar o embargo econômico e político imposto ao país. As sanções incluem a proibição de investimentos, suspensão de ajudas bilaterais e restrição de vistos. O governo norte-americano havia prometido, em fevereiro, considerar o fim do embargo se o governo militar realizasse "progressos significativos" em suas negociações com Suu Kyi, visando a sua libertação.

O secretário de Estado norte-americano Colin Powell manifestou satisfação com a libertação, mas não esclareceu se permitirá o fim das sanções. O comissário de Relações Exteriores da União Européia (UE), Chris Patten, considerou o fim da prisão de Suu Kyi como um primeiro passo e manifestou sua esperança na libertação imediata dos demais presos políticos de Myanma.



Aung San Suu Kyi comemora a liberdade voltando à sede do seu partido, a Liga Nacional Pró-Democracia

A Liga Nacional Pró-Democracia obteve nas eleições de 1990 uma expressiva vitória, alcançando 80% dos votos. Contudo, os militares não reconheceram o resultado, proibindo as atividades da oposição, e prendendo ou exilando seus líderes. Suu Kyi, que havia sido condenada à prisão domiciliar em julho de 1989, foi agraciada com o Prêmio Nobel da Paz em 1991 por sua resistência.

Além da questão da democracia, existem outros aspectos complexos como os conflitos étnicos, que vão além do diálogo entre o governo e a LND. Muitas vezes o movimento opositor e as organizações étnicas não conseguem estabelecer posições comuns. Grande parcela da LND defende que a questão étnica deveria esperar seu tempo, pois a tarefa prioritária é recuperar a democracia no país, opinião que, obviamente, desagrade às minorias étnicas. ■

ÍNDIA E PAQUISTÃO

À beira da guerra

O conflito entre Israel e Paquistão, na região da Caxemira, agravou-se durante o mês de maio, levando a comunidade internacional a temer uma guerra na região. Três aldeias já foram arrasadas pela troca de tiros entre combatentes. Mais de um milhão de soldados de ambos os países estão na fronteira. Desde a década passada, os dois países contam com pesado arsenal, incluindo armas nucleares.

O acirramento dos conflitos teve origem em um atentado suicida que matou 34 pessoas em meados de maio. Poucos dias depois, foi assassinado um líder moderado da Caxemira, Abdul Ghani Lone. Os indianos atribuem à organização fundamentalista paquistanesa Lashkar-e-Toiba (Soldados de Deus) a responsabilidade pelo atentado e pelo assassinato.

O primeiro-ministro indiano, Atal Bihari Vajpayee, recomendou, em visita à região, que seus soldados se preparassem para uma batalha decisiva. O Paquistão respondeu automaticamente, cancelando viagens de funcionários e oferecendo cursos de combate e primeiros-socorros a voluntários da defesa civil.

O subsecretário de Estado norte-americano, Richard Armitage, e o chanceler britânico, Jack Straw, foram enviados à região, para tentar diminuir as tensões e evitar um conflito que certamente afetaria toda a região e possivelmente o mundo todo, caso os países resolvessem utilizar suas armas nucleares.

O conflito pelo controle da região da Caxemira começou em 1947, data da independência da Índia e do Paquistão do império britânico. A região, rica em petróleo, já foi palco de duas guerras entre os dois países. A maioria da população da Caxemira é muçulmana, assim como no Paquistão. Cerca de 45% da região estão integrados à Índia; 35% ao Paquistão, e há ainda quase 20% em território chinês. ■



O presidente russo, Vladimir Putin (centro), entre o primeiro-ministro italiano, Silvio Berlusconi (esquerda), e o secretário-geral da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), George Robertson, em uma base militar na Itália. Os líderes dos 19 países-membros da Otan e Putin assinaram um acordo estabelecendo um conselho conjunto Otan-Rússia, no qual o governo russo terá igual poder em decisões sobre diversos temas, como terrorismo, proliferação de armas e reformas militares. A Rússia só não tem poder de veto, como os Estados que compõem a Otan

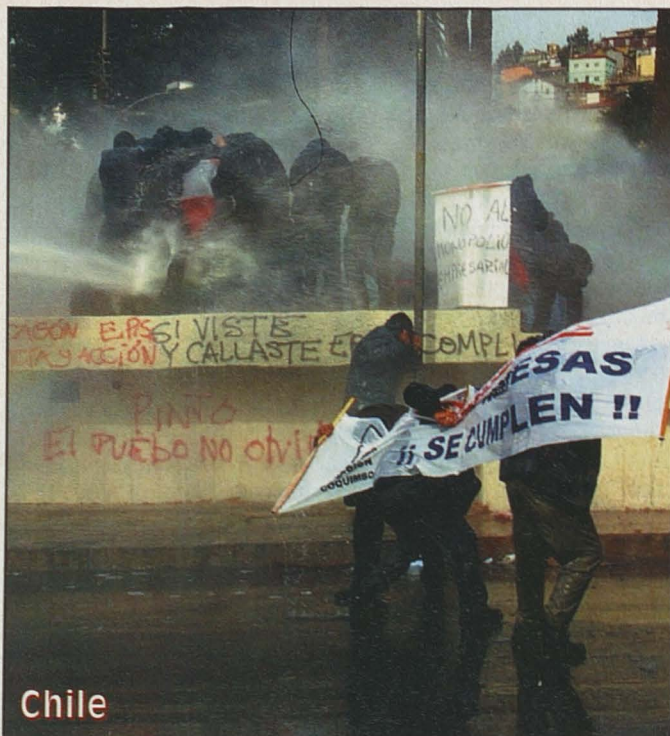
IRAQUE

Mudanças no embargo

O Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) decidiu, dia 14 de maio, aliviar o embargo comercial e endurecer o embargo de armas imposto contra o Iraque, há doze anos. O Conselho aprovou um documento de 300 páginas que apresenta todos os produtos cuja compra pelo Iraque está proibida, incluindo material bélico e bens de "uso dual" – aplicáveis tanto em áreas civis como militares. Todas as mercadorias que não figuram nesta lista podem ser adquiridas por Bagdá sem restrições.

A resolução foi co-patrocinada por todos os membros permanentes do Conselho de Segurança (China, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha e Rússia). A Síria, um dos dez membros não permanentes do Conselho, apresentou uma proposta alternativa, que foi arquivada por falta de apoio. O representante sírio, Mijail Wehbe, defendeu que é chegada a hora de levantar completamente as sanções contra o Iraque. Percebendo, porém, a falta de apoio, e prevendo a possibilidade de algum membro permanente (provavelmente os Estados Unidos) exercer seu direito de veto, o representante sírio optou por votar a favor da proposta vitoriosa.

A decisão vai possibilitar uma melhora na qualidade de vida da população civil iraquiana, facilitando o acesso a alimentação e medicamentos. Entretanto, o representante iraquiano na ONU, Mohammed Aldouri, se mostrou insatisfeito com a medida. "Este é um novo ataque ao Iraque. Queremos o levantamento de todas as sanções", afirmou. ■



Chile

Polícia usa jatos d'água para dispersar manifestação nas imediações do Congresso Nacional chileno, em 21 de maio. Milhares de estudantes e trabalhadores participaram do protesto contra as medidas anunciadas pelo presidente Ricardo Lagos

Argentina

Duhalde sob pressão

O presidente argentino Eduardo Duhalde encontra-se entre a cruz e a espada. Submisso aos interesses do Fundo Monetário Internacional (FMI), ele corre contra o tempo para cumprir suas exigências. Internamente, também tem que se preocupar com a governabilidade, pois governadores de diversas províncias começam a concordar (em grande parte dos casos, por oportunismo) com o clamor popular pela convocação de eleições.

"Sem o acordo com o FMI, o povo argentino sofreria um drama muito pior do que estamos vivendo hoje", justifica-se Duhalde. Entretanto, os organismos internacionais, que apostaram no país na década de 90, apresentando-o como exemplo bem-sucedido do modelo neoliberal, parecem tê-lo largado à própria sorte.

Já estão avançadas as negociações para que as eleições sejam realizadas em dezembro deste ano ou março de 2003. Começaram especulações sobre o quadro sucessório, que aparenta ser bem fragmentado. O Partido Justicialista é o mais dividido, com vários dirigentes desejando participar da disputa. A oposição deve ter pelo menos dois candidatos: o deputado socialista Luis Zamora e a deputada Elisa Carrió, de centro-esquerda. ■

Brasil

Ciência e Universidade rompendo fronteiras

A 54ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que será realizada de 7 a 12 de julho, na Universidade Federal de Goiás, terá como tema "Ciência e Universidade Rompendo Fronteiras". Este tema está relacionado com o impacto causado pelo desenvolvimento científico nas últimas décadas. As novas tecnologias, principalmente no terreno das comunicações e da genética, tornam a ciência cada vez mais global.

A Universidade brasileira, com a função social de formar cidadãos capazes de defender a democracia e os direitos humanos, tem um importante papel nesta discussão. Cabe a ela pensar uma ciência voltada para o desenvolvimento do homem, longe de atender a interesses meramente mercantilistas.

O encontro contará com a participação não apenas de universidades, mas também de centros tecnológicos, indústrias e empresas, que apresentarão sua produção científica. Além disso, a SBPC propõe também romper fronteiras sociais e chamar para o debate diversos grupos que não costumam dialogar com a comunidade acadêmica para contribuir na formulação de um projeto coletivo, visando a uma sociedade mais justa. Para mais informações, consulte a página www.ufg.br/54ra ■

Nicarágua

Luta contra a corrupção

"Como em todo o mundo, a corrupção na Nicarágua tem sido nos últimos anos um problema muito grave", revela Alejandro Fiallos, secretário de Comunicação do governo da Nicarágua. Fiallos, considerado a mão direita do atual presidente Enrique Bolaños, sinaliza que seu governo tem dado todo o apoio às instituições judiciais para que ajam com independência para julgar os acusados de corrupção.

Vários ex-funcionários abandonaram a Nicarágua fugindo da Justiça, que tenta, com o apoio do governo, acabar com uma rede de corrupção instalada durante a anterior presidência de Arnoldo Alemán (1997-2002).

As transgressões praticadas pelos fugitivos não eram desconhecidas. "Nos últimos anos parece que houve licença para delitos. A corrupção foi superlativa", afirmou o vice-presidente Virgilio Godoy. O que a polícia investiga agora é apenas a ponta do iceberg. Entre os foragidos estavam a ex-ministra Salud Mariángeles Argüello e seu marido, Silvio Argüello, ex-diretor da Empresa Nicaragüense de Alimentos Básicos, além de outros diretores de empresas estatais.

O presidente Bolaños, que pertence ao direitista Partido Liberal Constitucionalista, o mesmo de Alemán, alcançou uma popularidade maior a que lhe permitiu ganhar as eleições de 2001. ■

Peru



Um homem exibe cartaz contra o presidente peruano Alejandro Toledo, durante protesto realizado em Lima, em 23 de maio. Milhares de pessoas aderiram à manifestação, criticando a política de Toledo, que agora está privatizando as empresas de água

PAZ E JUSTIÇA
Internacional

Uruguai



Trabalhadores do transporte aderiram à greve mobilizou milhares de pessoas contra o ajuste fiscal anunciado pelo governo. Entre outras coisas, as novas medidas econômicas aumentam os impostos sobre os salários

DIREITOS HUMANOS

Tribunal Penal Internacional consolidado

O Tribunal Penal Internacional para julgar genocídio e crimes de guerra contra a Humanidade começará a atuar dentro de um ano, apesar da oposição dos Estados Unidos. O processo de integração à corte de 18 juízes prosseguirá normalmente, ainda que Washington tenha renunciado às suas obrigações contraídas como signatário do Tratado de Roma, que estabeleceu este órgão em 1998, afirmou o coordenador para o Tribunal Penal Internacional, William R. Pace.

Os Estados Unidos comunicaram recentemente ao secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Kofi Annan, sua renúncia formal à assinatura do tratado, feita em dezembro de 2000 pelo governo de Bill Clinton. Agora, George W. Bush prefe-

re continuar com o mecanismo atual de criar tribunais especiais para casos específicos, como os da Iugoslávia e Ruanda, que dependem do Conselho de Segurança da ONU, um organismo sujeito ao poder de veto de seus cinco membros permanentes.

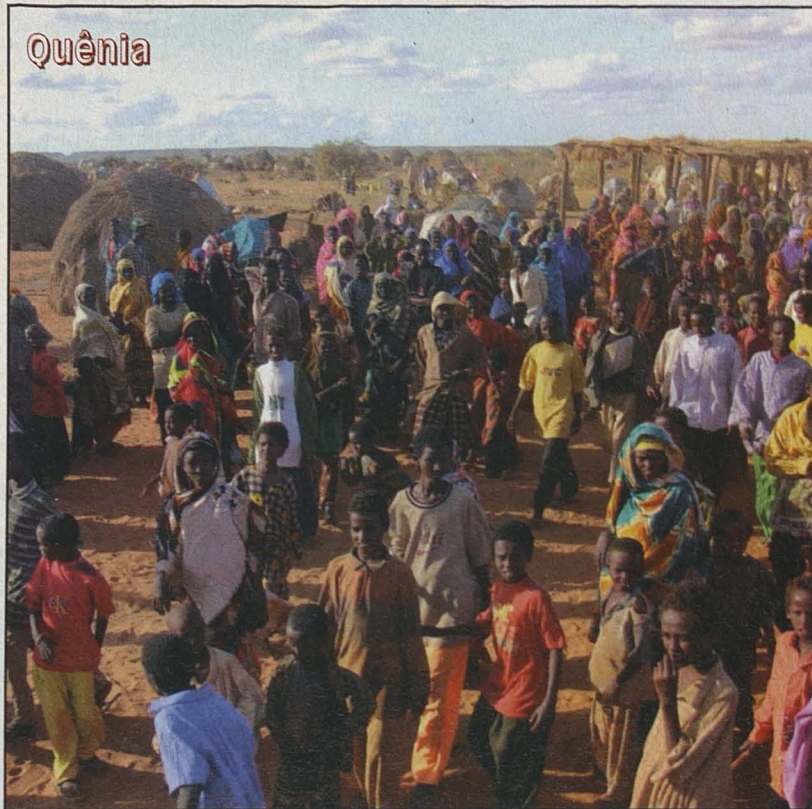
O tratado de criação do novo tribunal, conhecido como o Estatuto de Roma, onde foi adotado por uma conferência da ONU em 1998, entrará em vigor em 1º de julho, depois de ser ratificado por pelo menos 66 países. Mas o funcionamento do tribunal só vigorará depois de um ano, pois a assembleia dos Estados que assinaram o tratado, que se reunirá pela primeira vez em Nova Iorque em setembro, deverá aprovar o programa para a corte, cuja sede será estabelecida na cidade de Haia, Holanda, em janeiro de 2003.

A União Européia (UE), que apóia firmemente a criação do tribunal, sustenta que este deverá ser integrado por juízes e advogados de elevada reputação e com conhecimento em direito penal, internacional e internacional humanitário. Em um comentário dirigido aos Estados Unidos, a UE observou que o Tribunal Penal Internacional fará desnecessários os processos caríssimos e volumosos de novos tribunais especiais.

Os Estados Unidos voltaram a integrar a Comissão de Direitos Humanos da ONU, da qual tinham saído no ano passado, por não terem recebido os votos necessários para continuar. Os outros três novos integrantes são Alemanha, Irlanda e Austrália. Todos foram eleitos por aclamação, por falta de concorrência.

Itália e Espanha retiraram sua candidatura, despertando suspeitas de terem sofrido alguma forma de pressão, para não ameaçarem a volta dos Estados Unidos à Comissão. ■

Quênia



Centenas de refugiados somalis chegam à cidade queniana de Mandera, próxima à fronteira. Estima-se que desde abril 10 mil pessoas já tenham deixado suas casas em Bulo Hawo, na Somália, em função dos conflitos entre a milícia somali, apoiada pela Etiópia, e grupos favoráveis ao governo de transição. Segundo testemunhas, a polícia queniana vinha ameaçando centenas de refugiados somalis, pressionando-os a voltarem para seu país

LIBÉRIA

Rebeldes ameaçam tomar a capital

As forças rebeldes na Libéria ameaçam tomar a capital do país, Monróvia. O governo de Charles Taylor, cercado, pediu calma aos moradores. Milhares de habitantes fugiram da cidade, onde se sentia o fogo da artilharia do grupo guerrilheiro Liberianos Unidos para a Reconciliação e a Democracia (Lurd).

A Lurd garante que pode tomar Monróvia quando quiser, pois controla a cidade de Gbarnga, um antigo reduto de Taylor ao norte da capital, além de "várias cidades estratégicas na Libéria central". O movimento rebelde descartou qualquer diálogo com o presidente, qualificado como um "fantoche sustentado pela Líbia" e de "problema número um da Libéria".

"O secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, condena todas as tentativas da Lurd ou de qualquer facção armada de tomar o poder pela força", afirma um comunicado divulgado pela ONU. Annan manifestou-se "profundamente consternado" pelo sofrimento humano causado por mais um conflito na Libéria.

Na primeira metade da década de 90, o país viveu uma sangrenta guerra civil que provocou cerca de 200 mil mortes e centenas de milhares de refugiados. Taylor, um ex-chefe guerrilheiro, tornou-se presidente em 1997, em eleições consideradas legítimas pelas forças de paz internacionais enviadas para pacificar o país. Em agosto de 1999, foi decretado estado de emergência no norte do país para combater os guerrilheiros do Lurd que, segundo Taylor, são apoiados pelo governo da Guiné. ■

MADAGASCAR

Acordo de paz fracassa

A trégua acordada em Dakar, com a mediação da Organização da Unidade Africana (OUA), entre os partidários do ex-presidente Didier Ratsiraka e do milionário Marc Ravalomanana, que organizou um governo paralelo, não durou muito. Os conflitos voltaram a acontecer e ameaçam causar uma fragmentação do país. Os governadores das províncias de Toliara, no sudoeste, e de Antsiranana, no norte, afirmam que, se não resolverem o conflito, irão declarar a independência de suas respectivas jurisdições.

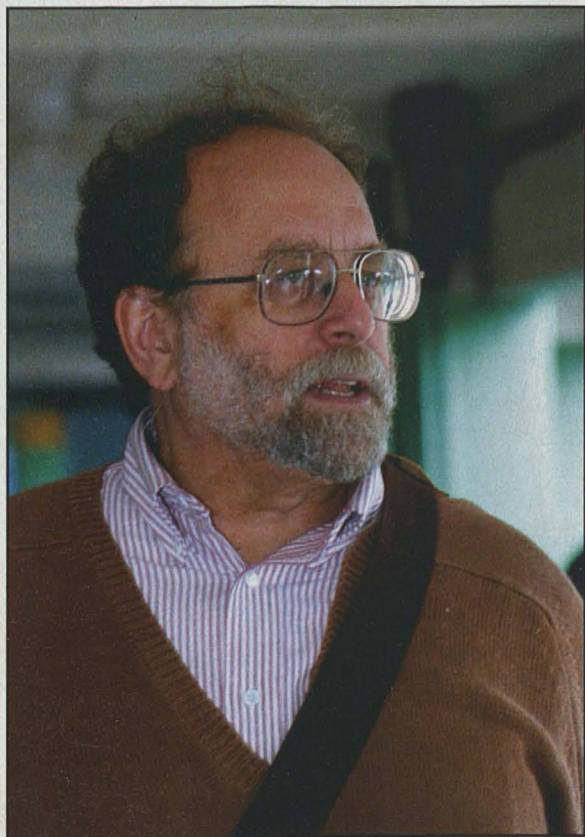
Madagascar está envolvida em uma guerra civil desde fevereiro. Nessa ocasião, Ravalomanana – empresário e ex-prefeito da capital Tananarive – negou-se a aceitar a decisão do Supremo Tribunal Constitucional, que consagrava Ratsiraka – que governou o país como presidente de fato (1975-1993), foi eleito depois presidente constitucional em 1996 e reeleito em 1998 – como vitorioso nas eleições presidenciais de dezembro, quando procurou sua reeleição para um terceiro mandato (ver **cadernos** nº 240).

Ravalomanana afirmou ser vítima de uma fraude, proclamou-se presidente e designou os integrantes de um governo paralelo ao de Ratsiraka, que se dirigiu à cidade portuária de Tamatave, seu feudo político. Ratsiraka ordenou fechar o acesso a Antananarivo, para tanto explodindo as duas principais auto-estradas do país, arruinando toda a atividade comercial e industrial, assim como a estação das colheitas. Declarou ainda o estado de emergência, assumindo poderes especiais para controlar os meios de comunicação, diversos serviços estatais e proibindo qualquer tipo de manifestação pública.

Desde então os combates entre os opositores intensificaram-se, mergulhando o país no caos. Um relatório do Bird mostra que a desnutrição em Madagascar afeta 75% dos 14 milhões de habitantes, e que se perderam 150 mil empregos desde o início dos conflitos. Agências humanitárias internacionais calculam que cerca de 7.500 crianças e 400 mulheres morreram de fome e em função do fechamento dos serviços de saúde. ■

Gente

Fotos: AFP

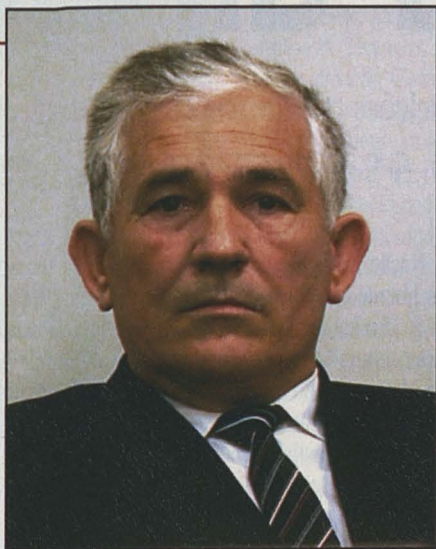


O norte-americano Adam Schesch saindo do Estado Nacional de Santiago, Chile, depois de prestar depoimento ao juiz Juan Guzman Tapia. Schesch é uma testemunha-chave no processo que busca esclarecer o assassinato do jornalista norte-americano Charles Hirman, executado no Chile por agentes da ditadura do general Augusto Pinochet. Historiador e especialista em Ciências Políticas, Schesch participou de uma reconstituição no Estádio Nacional, onde Horman estava detido antes de ser morto. Seu assassinato inspirou o filme 'Desaparecido', do cineasta grego Costa Gavras



A foto acima mostra Mohamed Jihad Jibril, morto quando uma bomba explodiu seu carro em Beirute, capital do Líbano, em 20 de maio. Jihad Jibril era chefe militar da Frente Popular pela Libertação da Palestina-Comando Geral (FPLP-CG), e filho de Ahmad Jibril, fundador e líder da organização

O general retirado do Exército iugoslavo Mile Mrksic no Tribunal de Crimes de Guerra das Nações Unidas, em Haia, Holanda. Mrksic é indiciado pela execução sumária de mais de 200 croatas em 1991, em Vukovar



O primeiro-ministro do Nepal, Sher Bahadur Deuba, discursa na 26ª Conferência Regional da Organização para Alimentação e Agricultura (FAO) da Ásia e Pacífico. No discurso, Deuba defendeu a necessidade de unir esforços para vencer a guerra contra a miséria no mundo





Chirac (à esquerda) contou com a ajuda de diversos setores da sociedade francesa para derrotar a ameaça da extrema-direita, representada por Le Pen (à direita). Na foto ao lado, manifestantes de esquerda exibem cartaz, dizendo: 'Votem no escroque, mas não no fascista'

Guinada à direita

Apesar da derrota de Le Pen no segundo turno das eleições presidenciais, extrema-direita ainda representa uma ameaça nas eleições legislativas, que acontecerão em junho

Edouard Bailby

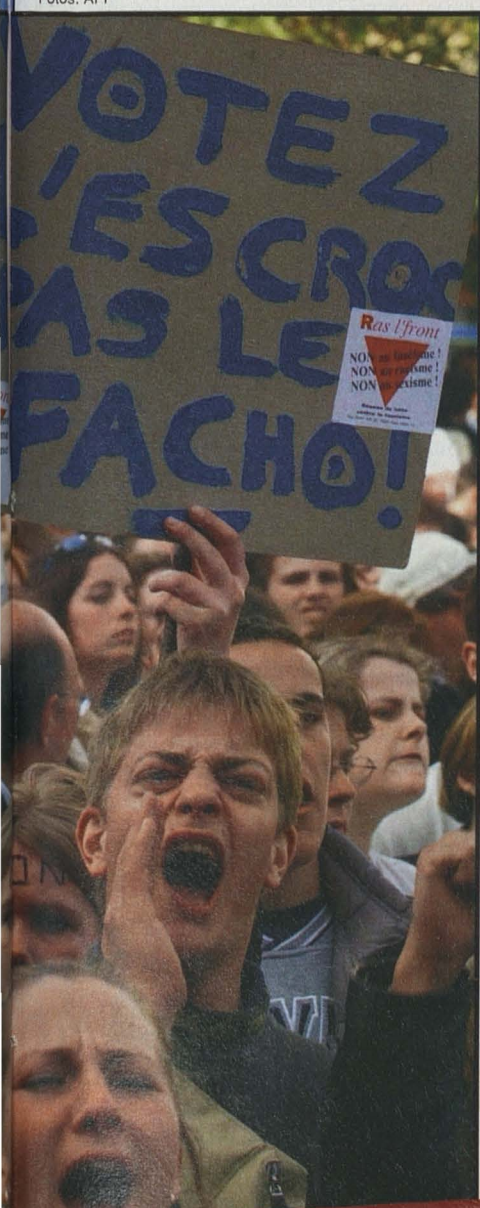
PARA VENCER O LÍDER DA EXTREMA-DIREITA **JEAN-MARIE LE PEN**, a França teve de mobilizar o máximo das suas energias entre o primeiro e o segundo turno da eleição presidencial. Durante duas semanas, entre 21 de abril e 5 de maio, todos os partidos de esquerda e extrema-esquerda, as forças do centro e da direita, os sindicatos, as organizações populares, a imprensa, a Igreja, os artistas e os intelectuais, a seleção francesa de futebol e, sobretudo, os estudantes expressaram por todos os meios a sua oposição decidida, como nunca antes, à política racista e xenófoba do homem que enfrentou no segundo turno Jacques Chirac. A manifestação popular do 1º de maio, em Paris, foi particularmente espetacular. Durante sete horas, 500 mil pessoas desfilarão pacificamente entre as praças da República e

da Nação passando pela histórica praça da Bastilha, símbolo das liberdades. Ausentes dessa passeata antilepenista, os líderes da direita declararam: "Manifestar na rua não faz parte da nossa cultura". No entanto, presidente da França pela segunda vez, Jacques Chirac agradeceu, depois do segundo turno, o entusiasmo da juventude pela causa da democracia.

Graças à mobilização da maioria esmagadora dos franceses, em torno do seu nome, para derrotar o candidato da extrema-direita, o presidente da República conseguiu ser reeleito com 82% dos votos, quando no primeiro turno teve menos de 20%. Para os franceses de esquerda, inclusive os comunistas, foi um drama de consciência colocar na urna uma cédula a favor de um homem de direita acusado, quando prefeito de Paris, de malversações. Apenas a trotskista Arlette Laguiller preferiu dar a consigna de voto branco ou nulo para o segundo turno: 5,38% no total, com 20,29% de abstenções.

A batalha, no entanto, ainda não terminou. Nos dois turnos das legislativas, em 9 e 16 de junho, os 41 milhões de eleitores franceses terão de eleger os seus deputados para os próximos cinco anos. Se os dois partidos da extrema-direita, um, majoritário, dirigido por Jean-Marie Le Pen, e outro por Bruno Mégret, que era o seu braço direito, totalizarem juntos cerca de 20% dos votos, haverá novo perigo à vista. Frente às esquerdas divididas entre numerosas correntes ideológicas, a Frente Nacional poderá chegar a ser o segundo ou o terceiro partido político da França. Tudo dependerá da votação do Partido Socialista, principal força das esquerdas até o momento.

Fotos: AFP



Todas as sondagens provam que os franceses estão cansados da coabitação entre a direita e a esquerda. Querem um governo com opções claras, sem divergências entre o chefe de Estado e o primeiro-ministro. Como será a escolha dos eleitores? Só haverá duas opções para Jacques Chirac na hora de formar o governo: uma nova coabitação com a esquerda, que inevitavelmente levará o país a uma crise, caso não haja uma política conjunta decidida sobre a segurança pública, a imigração e o desemprego, ou a formação de um governo com o centro e as forças políticas mais retrógradas, inclusive elementos disfarçados da extrema-direita. Em ambos os casos o presidente da República dará uma guinada à direita seguindo o exemplo de outros países da União Européia. No entanto, ele foi eleito no segundo turno graças aos votos maciços das esquerdas que, sem apoiar o seu programa político e econômico, quiseram dar uma demonstração inequívoca de sua oposição à Frente Nacional.

Como explicar o inesperado avanço da extrema-direita na última eleição presidencial? Não é um caso único no Velho Continente. Mas na França, pátria dos Direitos do Homem, elemento motor com a Alemanha da Construção Européia, o fenômeno assumiu proporções dramáticas.

Ninguém imaginava, dez dias antes do escrutínio, que Le Pen pudesse ser um dos vencedores do primeiro turno em 21 de abril. Todas as sondagens, todos os comentários políticos, todos os canais de televisão davam por certo um enfrentamento entre o presidente Jacques Chirac, da direita, e o primeiro-ministro Lionel Jospin, da esquerda. A única personalidade que advertiu o chefe de Estado sobre o perigo de Le Pen foi Bernadette Chirac, a sua esposa. Milhões de franceses se desinteressaram por esse duelo, considerando que nada mudaria com Chirac ou Jospin, e deixaram de votar. Na campanha eleitoral, com efeito, parecia que os dois pensavam mais ou menos da mesma maneira sobre as opções do futuro.

Obcecados pelo problema da segurança pública, martelado dia após dia pela extrema-direita, ambos deixaram de lado os

grandes problemas da atualidade no campo social, econômico e internacional. Certo de que a lei das 35 horas, a diminuição do desemprego, a Previdência Social para todos, inclusive os desempregados e os sem-teto, a ajuda financeira do Estado às pessoas maiores de 60 anos e o exemplar crescimento econômico da França dentro da União Européia iria lhe dar a vitória, o próprio primeiro-ministro se esqueceu de dar realce às realizações da esquerda plural. Perdeu tempo em discursos abstratos. O choque do primeiro turno foi brutal.

Como se essas conquistas fossem secundárias, mais de 5,5 milhões de eleitores franceses manifestaram na verdade, com os seus votos a favor de Jean-Marie Le Pen e Bruno Mégret, a sua exasperação com os crescentes problemas de segurança pública. Seria errôneo concluir que a maioria deles tem tendências neofascistas.

Revoltados

O problema é mais complexo. Um fato entre outros, no entanto, teve uma influência enorme sobre os resultados do primeiro turno. Dois dias antes do escrutínio, os canais de televisão mostraram, em Orleans, um homem pobre de 72 anos aos choros que havia sido espancado barbaramente por quatro jovens. Como não tinha dinheiro, botaram fogo na casa destruindo tudo o que possuía. De um ano para cá casos como esses têm se repetido na França. Desempregados ou abandonados pelas famílias, vítimas de discriminações raciais, sem rumos, muitos delinquentes são filhos ou netos de imigrantes árabes do Magreb (Argélia, Marrocos, Tunísia). Do Leste europeu, principalmente Moldávia, Albânia e Kosovo, chegaram milhares de jovens obrigadas a se prostituir. Nas cidades, romenos de 12 ou 13 anos, manipulados por adultos, assaltam sem que a polícia tenha a possibilidade de intervir por serem menores. Muitos estrangeiros, radicados há anos na França, que trabalham e vivem honestamente, estão entre os mais revoltados.

Jean-Marie Le Pen, xenófobo, racista, brilhante orador populista falando nu-



Lionel Jospin não conseguiu se diferenciar da direita, utilizando discurso parecido com o de Jacques Chirac, e isto foi determinante para sua derrota no primeiro turno

ma linguagem simples e colorida, diferente dos tradicionais líderes políticos, soube capitalizar essa exasperação geral contra a insegurança. "Sou socialmente de esquerda, economicamente de direita e nacionalmente francês", repete, criticando o governo por não ter tomado medidas drásticas contra a violência num país que até recentemente era muito tranquilo.

Consequência: partindo do problema da falta de segurança pública, não vacilou em acusar os imigrantes estrangeiros, principalmente os árabes, porque são muçulmanos. Ele os acusou de alimentar a delinquência, ocupar postos de trabalho que deveriam ser dos franceses, receber alojamentos e ajudas financeiras do Estado. Cercado de velhos nostálgicos da Argélia francesa e de partidários dos métodos do regime nazista, prometeu restabelecer a pena de morte e abrir "campos de trânsito" para os imigrantes indesejáveis antes de sua expulsão do território francês. Para lutar contra as consequências perversas da globalização, Le Pen afirmou que retiraria a França da União Européia, fecharia as fronteiras e restabeleceria o franco como moeda nacional. O homem é um louco varrido.

Em vários países da União Européia a extrema-direita está conquistando espaço. Em geral, o tema principal das suas críticas diz respeito à imigração e à delinquên-

cia procurando ligar os dois problemas. No entanto, não se entendem entre si. Por ser arrogante e muito gaulês, o próprio Le Pen não tem aliados fora da França. Líder da extrema-direita na Áustria, Jörg Haider, cujo partido participa do governo, opõe-se à presença do Estado na economia, ao contrário do número um da Frente Nacional. Na Itália, na Suíça, nas províncias flamengas da Bélgica, nos Países Baixos, na Dinamarca e na Noruega, Le Pen é visto como um aliado indesejável. Porém, graças à sua alta porcentagem de votos na eleição presidencial num país-chave, é considerado como a alavanca do poder no continente europeu pela extrema-direita.

Assassinado uma semana antes da eleição parlamentar de 15 de maio nos Países Baixos, quando pretendia se tornar um dos principais líderes políticos do seu país, Pim Fortuyn, 54 anos, criou uma enorme surpresa nas eleições municipais de 6 de março. A sua lista conquistou 34% dos votos em Roterdã, um dos maiores portos do mundo.

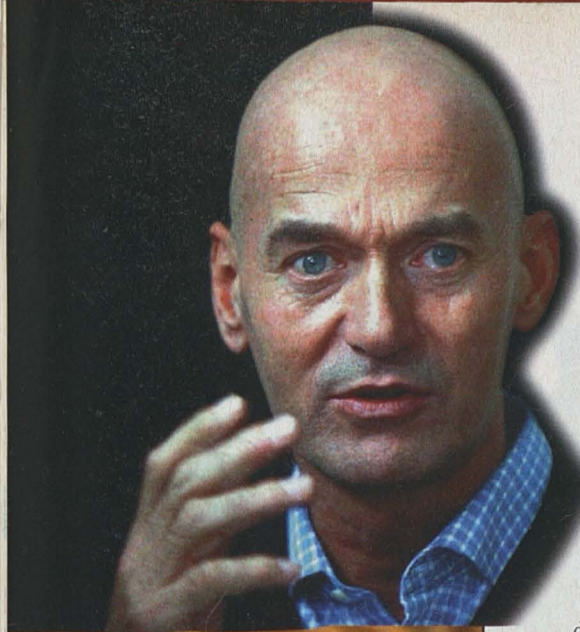
Outro movimento da extrema-direita, Leefbaar Nederland, chegou em primeiro lugar nas cidades de Almere, Eindhoven e Hilversum. Fortuyn lançou a célebre fórmula: "Os Países Baixos estão repletos", exigindo o fim da imigração e a expulsão dos clandestinos. Lançava periodicamente

ataques contra o Islamismo, cujos adeptos são numerosos nos Países Baixos, à semelhança da Alemanha, Bélgica, França (entre três e cinco milhões) e Inglaterra. Homossexual, declarou certa vez: "Adoro ter relações sexuais com os meus amigos marroquinos. É justamente por isso que sou contra os muçulmanos que não respeitam a liberdade individual."

Na Escandinávia, a extrema-direita também tem tido grandes êxitos. Na Dinamarca, o Partido do Povo Dinamarquês, de Pia Kjaersgaard, conquistou 12% dos votos nas legislativas de novembro de 2001. Terceiro partido político, participa do governo liberal-conservador minoritário. Na Noruega, o Fremskridtspartiet de Carl Ivar Hagen obteve 15,3% no escrutínio de 1997 com 26 deputados no Parlamento. Essas formações exprimem um populismo de prosperidade, já que os dois países têm uma economia relativamente próspera. Para protegê-la querem fechar as fronteiras aos imigrantes de fora da União Européia.

O primeiro impacto do avanço da extrema-direita na União Européia foi, no entanto, a entrada em 1999 do Partido Nacional Democrático da Áustria no governo conservador da Áustria. Com 26,9% dos votos nas eleições legislativas, o partido de Jörg Haider, racista e xenófobo, oposto à adesão dos países do Leste à União Européia, reúne nostálgicos do nazismo. Riquíssimo, o próprio Haider recebeu em herança bens espoliados dos judeus nos tempos de Hitler.

No sul da Europa, o fim das ditaduras de Franco, Salazar e dos coronéis gregos teve como consequência o desaparecimento da extrema-direita. Alguns grupelhos participam das eleições, mas não conseguem atingir 1% dos votos. O caso da Itália, onde reinou com poderes absolutos Mussolini até o fim da Segunda Guerra Mundial, é uma exceção na área mediterrânea. Com 10,1% dos votos em 1996, mas apenas 3,9% em 2001, a Liga do Norte é um aliado minoritário no governo de Silvio Berlusconi, líder do principal partido da direita. O seu chefe, Umberto Bossi, é vice-presidente do Conselho e ministro das Refor-



No alto, Pim Fortuyn, líder da extrema-direita na Holanda, assassinado uma semana antes das eleições parlamentares no país. Acima, o italiano Umberto Bossi, líder da Liga do Norte, que integra o governo de Silvio Berlusconi

mas. Mas a sua influência tem diminuído. Outra corrente nacional populista é a Alleanza Nazionale (AN), que rompeu com o neofascismo em 1993. Atualmente, esse partido político é ao mesmo tempo nacionalista, pró-europeu e liberal no emprego. Com 12% dos votos nas últimas eleições legislativas, a AN participa hoje do governo. Também luta contra a imigração ilegal

e a falta de segurança pública.

Mais perto da França, o caso da Bélgica é preocupante porque a força do Bloco Flamengo, partido nacional populista, pode conduzir mais cedo ou mais tarde à divisão do país em duas regiões independentes: a região de língua holandesa, em torno da Antuérpia, e a região de língua francesa, em torno de Liège e Bruxelas. Com 33% dos votos na Antuérpia, em 2000, o partido de Philippe Dewinter espera conquistar várias prefeituras importantes em 2006. Contrário à imigração, defendeu as suas teses em um livro intitulado *Nosso povo em primeiro lugar*. Na região de língua francesa a extrema-direita é praticamente inexistente.

Um país ocidental, fora da União Europeia, onde são quatro as línguas oficiais (alemão, francês, italiano e romanche), é a Suíça. Também a extrema-direita está marcando pontos por causa do problema da imigração, especialmente na região de língua alemã. Liderada pelo milionário populista Christoph Blocher, a União Democrática do Centro (UDC) obteve 22,5% dos votos nas legislativas de 1999, e tem um representante no governo.

O teste da Alemanha

País líder da União Europeia ao lado da França, a Alemanha está atravessando uma crise econômica depois de longos anos de prosperidade. Nas eleições parlamentares de setembro, o Partido Social Democrata (SPD), que está no governo, será provavelmente derrotado, em benefício da CDU/CSU, de tendência conservadora cristã-democrata.

Existe a possibilidade de a extrema-direita ter uma porcentagem elevada de votos? Os comentaristas políticos não acreditam porque, ainda traumatizado pela ditadura catastrófica de Hitler, o povo alemão é hoje profundamente democrático e ligado de corpo e alma ao mundo ocidental.

Basta lembrar que os três partidos da extrema-direita (Republikaner, DVU e NPD) não têm nenhum deputado no Bundestag, o Parlamento federal. Com apenas 6.500 militantes, o Nationaldemokratischer Partei Deutschlands (NPD), expressão legal do neonazismo, será provavelmente proibido em futuro breve. Dos outros dois, o único que tem alguma representatividade é o Deutsche Volksunion (DVU), que combina o revanchismo e o irredentismo com certa reabilitação do período nazista. Mas, depois de conseguir 12,9% dos votos nas eleições regionais de Saxe-Anhalt, em 1998, desistiu de apresentar candidatos no escrutínio de abril de 2002.

O perigo maior talvez venha do Partido Schill, do populista e xenófobo Ronald Schill. Este conseguiu entrar em 2001 na coalizão regional de Hamburgo com 19,4% dos votos. Porém, foi derrotado nas eleições de Saxe-Anhalt, em 21 de abril, com 4,5% dos sufrágios. Mesmo que não apresente candidatos em setembro, ele poderá dar os seus votos aos elementos mais radicais da CDU, que também lutam contra a imigração e os problemas de segurança pública.

O avanço da extrema-direita na Europa ocidental, inclusive na Grã-Bretanha, apesar de limitado, deixa pairar nuvens negras. As declarações de George W. Bush, após a tragédia do 11 de setembro, misturando terroristas, árabes e muçulmanos, a avalanche de imigrantes estrangeiros, a falta crescente de segurança pública, a hostilidade aos efeitos negativos da globalização e a desestabilização da identidade nacional têm alimentado o rancor de muitos. A extrema-direita aproveita essas frustrações para tentar a conquista do poder.

No entanto, a própria existência da União Europeia, estabelecendo laços econômicos e políticos cada vez mais sólidos entre os Quinze, deixa poucas portas abertas aos nacional-populistas e aos neofascistas. Querer sair da União Europeia, como propõe Jean-Marie Le Pen, é hoje praticamente impossível. Seria uma catástrofe econômica de consequências imprevisíveis. Os povos europeus têm consciência dessa situação. ■



Imagens: Colección Madres de Plaza de Mayo

Bodas de resistência

As Mães da Praça de Maio completam 25 anos de participação na vida pública da Argentina

COM O COMEÇO DA DITADURA NA ARGENTINA, em 1976, milhares de jovens militantes de diversas organizações começaram a desaparecer, seqüestrados pela repressão. Suas mães, em geral simples donas de casa, começaram a ir aos quartéis, à Justiça, à Igreja, em busca de notícias sobre o paradeiro dos filhos. Em 30 de abril de 1977, 14 mães de jovens desaparecidos foram à Praça de Maio, em frente ao Palácio do Governo, com uma carta perguntando aos ditadores da Junta Militar onde estavam seus filhos. Desde esse dia, começaram a se reunir com frequência naquela praça e a procurar outras mães que estivessem dispostas a assinar a carta.

Todas as quintas-feiras, às 15h30min, lá estavam elas, pedindo justiça. Mesmo sem conteúdo politizado, as manifestações começaram a irritar a ditadura. Toda semana, as mães eram perseguidas e detidas pela polícia, mas não desistiam: elas sempre voltavam na semana seguinte. Por esta insistência, acabaram conhecidas como "as loucas da Praça de Maio". Em 1978, torna-

ram-se conhecidas internacionalmente, ao realizarem manifestações durante a Copa do Mundo, sediada no país.

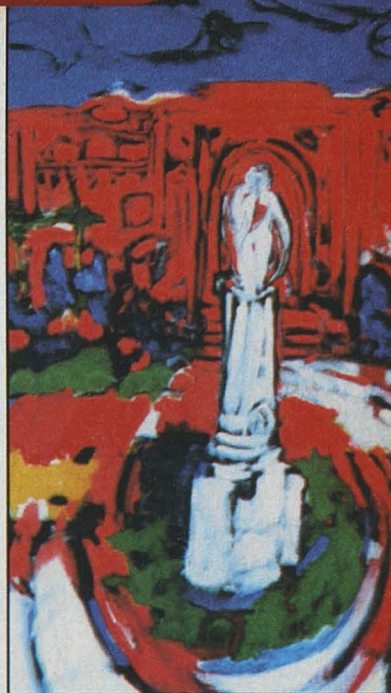
Mas a repercussão internacional de sua luta não fez com que obtivessem as respostas que reivindicavam, nem lhes trouxe apoio da mídia, que, intimidada pela repressão, não divulgava sua batalha. As mães procuraram, então, formas criativas para difundir seus atos e pressionar a mídia a falar sobre o movimento. Rescreveram os livros de canto de 150 paróquias, apresentando suas lutas, explicando quem eram e o que pretendiam. Pregaram silhuetas pelas paredes da cidade, representando os desaparecidos. Escreviam "Tenho um filho desaparecido" nas cédulas de dinheiro, e espalhavam pelos ônibus e feiras livres da cidade. Invadiram a Bolsa de Valores. Chegaram até a tomar a Catedral, apenas 20 senhoras, que foram retiradas por cerca de sete mil policiais.

"Primeiro nos mobilizamos, depois nos organizamos", admitiu Hebe de Bonafini, fundadora do movimento e até hoje uma das Mães mais atuantes. Aos poucos,

elas começaram a entender mais a política, descobriram a corrupção e sofreram na pele as consequências do conservadorismo da Igreja. Perceberam também que sua tragédia familiar não estava isolada do contexto social e acabaram transformando o seu próprio movimento em um coletivo político.

Mesmo após o fim do regime militar, as Mães da Praça de Maio continuaram se reunindo e organizando as suas marchas todas as quintas-feiras. Essa é a rotina até hoje. Parte da mídia e da classe política argentina argumentam que as Mães desvirtuaram as suas origens, pois não lutam mais pelos seus filhos e sim por objetivos políticos. Hebe de Bonafini responde que "sempre haverá as Mães, porque sempre haverá necessidade de lutar em defesa da sociedade". O que as move não é, de fato, a lei sobre os desaparecidos, com possíveis indenizações por aqueles jovens; elas querem mesmo é que nunca mais haja desaparecidos no país.

Isto provocou o fenômeno que elas batizaram de "socialização das mães". A palavra *mãe* ganhou hoje na Argentina um



Pintores argentinos imortalizaram as Mães da Praça de Maio nas suas obras de arte. Os quadros foram posteriormente reproduzidos como cartões-postais. As três ilustrações acima correspondem a essa coleção

significado diferente: sem deixar de cuidar de suas casas e de suas famílias, elas não podem abandonar os filhos das outras. Para elas, ser mãe é como uma profissão e a socialização só engrandece a maternidade. Mas, como adverte Hebe de Bonafini, a socialização da maternidade deve ser assumida com plena consciência, porque exige muito de quem levanta essa bandeira.

Apesar da mudança no regime e dos sucessivos governos constitucionais que a Argentina já teve, “os assassinos de ontem seguem ocupando cargos importantes no governo”, denuncia Hebe de Bonafini. Na sua opinião, para que não voltem a acontecer torturas e assassinatos, os jovens têm que estar preparados – estudar, se formar e estar informados.

Com o objetivo de contribuir para esta tarefa, foi fundada, em abril de 2000, a Universidade Popular das Mães. Em apenas seis meses de trabalho, sem pedir autorização a ninguém ou seguir qualquer trâmite burocrático, as Mães conseguiram comprar uma casa e botar a universidade em funcionamento. No começo, eram 100 professores e 200 alunos. Atualmente, após pouco mais de um ano de funcionamento, o número de estudantes já cresceu para 1.300, que se dividem em dez carreiras: Psicologia Social, Economia Política, Educação Popular, Jornalismo Investigativo, Cinema, Teatro, Arte, Narrativa, Direitos Humanos e Cooperativismo. As disci-



Hebe de Bonafini em ato que lembrou os 25 anos do golpe militar na Argentina

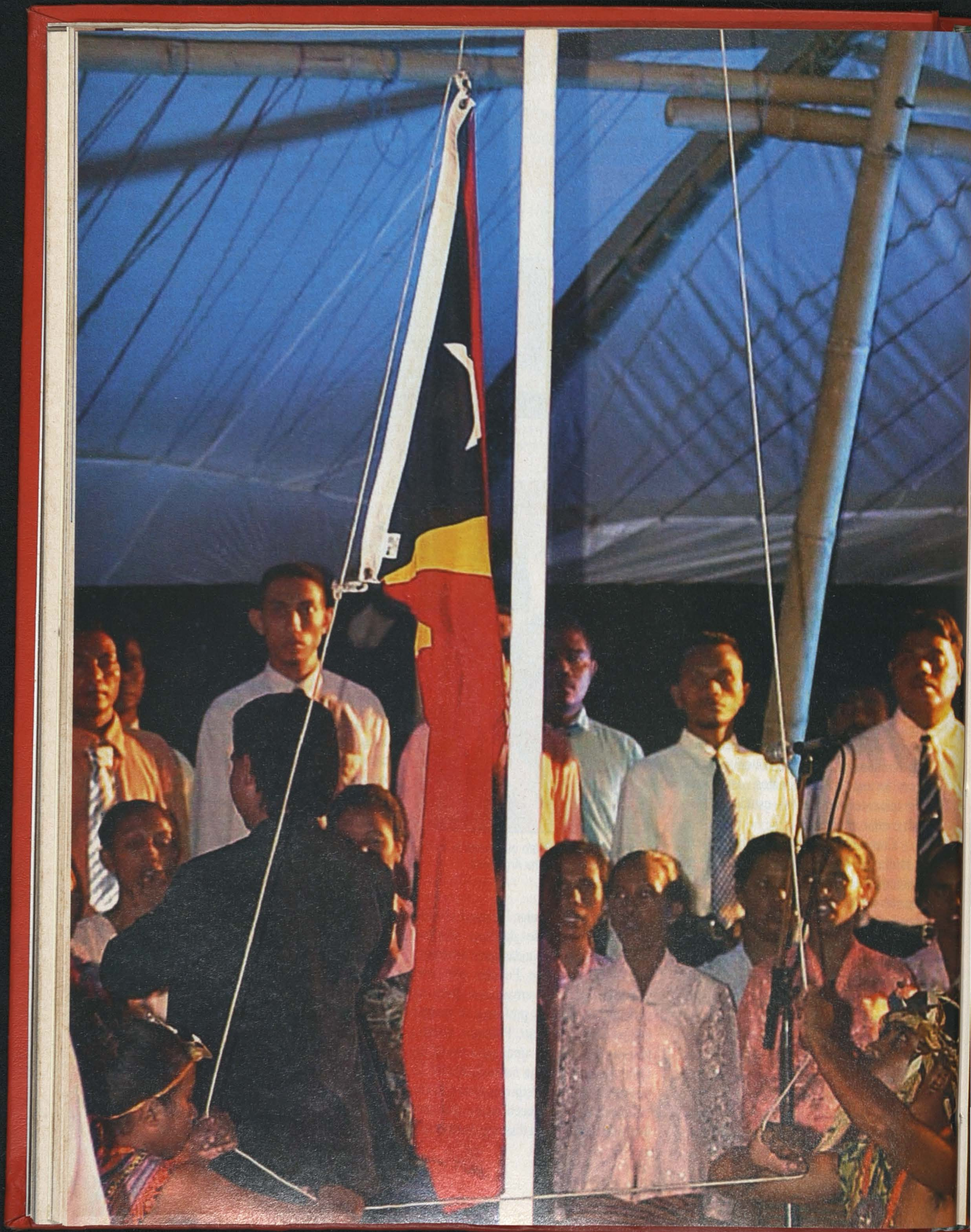
plinas Educação Popular, Formação Política e História das Mães da Praça de Maio são obrigatórias para todas estas carreiras.

A Universidade Popular não tem qualquer apoio governamental para se sustentar, e as Mães preferem se manter independentes mesmo. Portanto, constituiu-se uma rede de ajuda para mantê-la. Os alunos pagam uma mensalidade de 25 pesos (25 dólares). Os professores não cobram salários – ou recebem, no máximo, ajuda de custo. Além disso, para custear a

universidade, as Mães promovem festivais de rock, recitais, editam discos.

É importante frisar que a Universidade Popular não é diferente apenas na maneira como é gerida. “Os políticos, os juizes, de um modo geral, saem de universidades onde aprendem uma cultura de autoritarismo e corrupção. Na Universidade Popular, a proposta é que todos aprendam com a convivência; damos muita importância à discussão sobre os movimentos sociais”, diz Hebe. “O ideal” – afirma – “seria começar com crianças de quatro anos. Mas, enquanto isso não é possível, a universidade tenta exercer esta função trabalhando com adolescentes e adultos”. A revista *Loucas – cultura e utopias*, lançada em novembro de 2000, é o veículo onde as Mães promovem discussões relacionadas à cultura e à sociedade.

Além da universidade, as Mães da Praça de Maio continuam atuando no movimento social organizado, apoiando as greves e os piquetes. “Nós, as Mães, somos revolucionárias. Muitos jovens hoje têm medo da palavra revolução, acham que envolve terrorismo. Mas o terrorismo costuma vir do próprio Estado. Revolução é amor, entrega, esperança. O capitalismo precisa de povos domesticados, tolerantes, para serem dominados. Nós não aceitamos o fim da história que o capitalismo tenta nos impor”, completou Hebe Bonafini. (Alvaro Neiva) ■



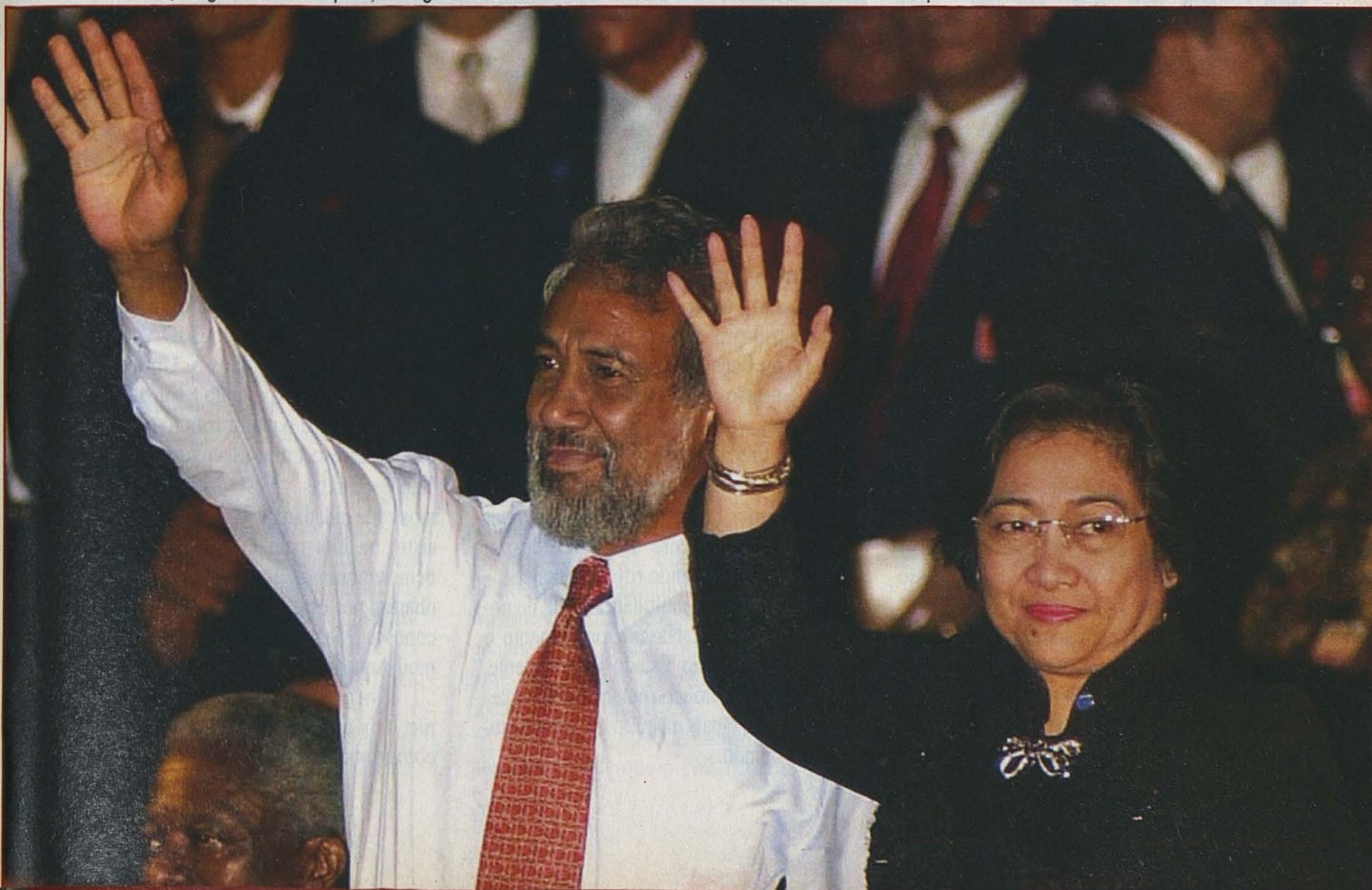


TIMOR LOROSAE

Finalmente livre

Depois de pagar um altíssimo preço com mais de um terço de sua população massacrada pelas tropas de ocupação da Indonésia, o povo de Timor Leste conquistou seu Estado independente em 20 de maio de 2002. Um novo capítulo se abre agora na história desse pequeno país, que terá que renascer das cinzas e cuja primeira iniciativa diplomática foi solicitar a formalização de seu ingresso na Comunidade de Países de Língua Portuguesa

À esquerda, uma criança timorense hasteia pela primeira vez a bandeira nacional de Timor Leste durante a cerimônia de proclamação da independência do país. Abaixo, o recém-empossado presidente Xanana Gusmão acena para a multidão ao lado da presidenta da Indonésia, Megawati Sukarnoputri, num gesto simbólico de um novo relacionamento entre ambos os países





A nova nação
tem uma série
de desafios
socioeconômicos
a enfrentar

Uma independência



A República Democrática do Timor Leste despertou na segunda-feira, 20 de maio, como o mais novo país independente do mundo, após ter sonhado com esse momento durante os 24 anos de luta contra o domínio da Indonésia e após séculos de domínio colonial de Portugal. Começava, nesse mesmo instante, o tremendo desafio de construir uma nação a partir de escombros, contando para isso com a prometida ajuda internacional.

Na véspera, num domingo, a independência tinha sido proclamada diante de milhares de pessoas em um palco nos arredores da capital, Dili. Entre gritos de alegria da multidão, o secretário-geral da ONU,

Kofi Annan, entregara o poder ao chefe do Parlamento. Na mesma cerimônia, o ex-líder guerrilheiro Xanana Gusmão fora declarado presidente do país, o mais pobre da Ásia. Gusmão tinha permanecido ao lado de Annan, enquanto a bandeira azul da ONU era tirada por um soldado das Nações Unidas e a bandeira preta, vermelha e amarela do Timor Leste – levada ao palco por um soldado timorense acompanhado por seis colegas carregando rifles e baionetas – era içada diante da multidão, ao som do novo hino nacional. Nascia formalmente o Timor Leste como Estado independente, um território católico romano rodeado pela Indonésia, o país muçulmano mais populoso do mundo.

“Eu vos saúdo, povo do Timor Leste, pela coragem e perseverança que mostrastes”, disse Annan à multidão. “Vocês devem estar muito orgulhosos. Uma pequena nação inspirar o mundo e ser o foco de nossa atenção é o maior tributo que posso pagar”, acrescentou o secretário-geral das Nações Unidas. “Neste momento, honramos cada cidadão do Timor Leste que persistiu na luta pela independência. Também lembramos que muitos dos que sonharam por este momento não estão aqui conosco. Mas é o dia deles também”, afirmou Annan.

“Independência não é o fim. É o começo da auto-administração, que requer compromisso, disciplina, unidade e re-



dolorosa

solução. A independência somente pavimentava o caminho para muito mais", concluiu.

Líderes e delegações estrangeiras de 80 países participaram das celebrações.

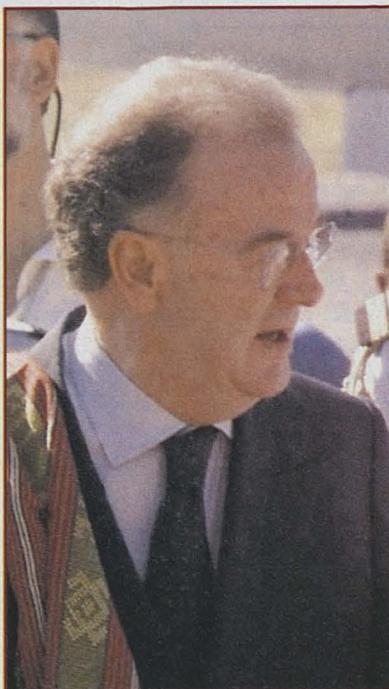
A presidente da Indonésia, Megawati Sukarnoputri, fez uma rápida visita ao país, sinalizando o começo de uma nova relação entre ambas as nações. A visita criou constrangimento porque seis navios militares da Indonésia tinham sido enviados para a costa do Timor na véspera da independência. A Indonésia disse que teve permissão da ONU para enviar os navios.

A tribuna de honra da cerimônia de independência estava ocupada por delega-

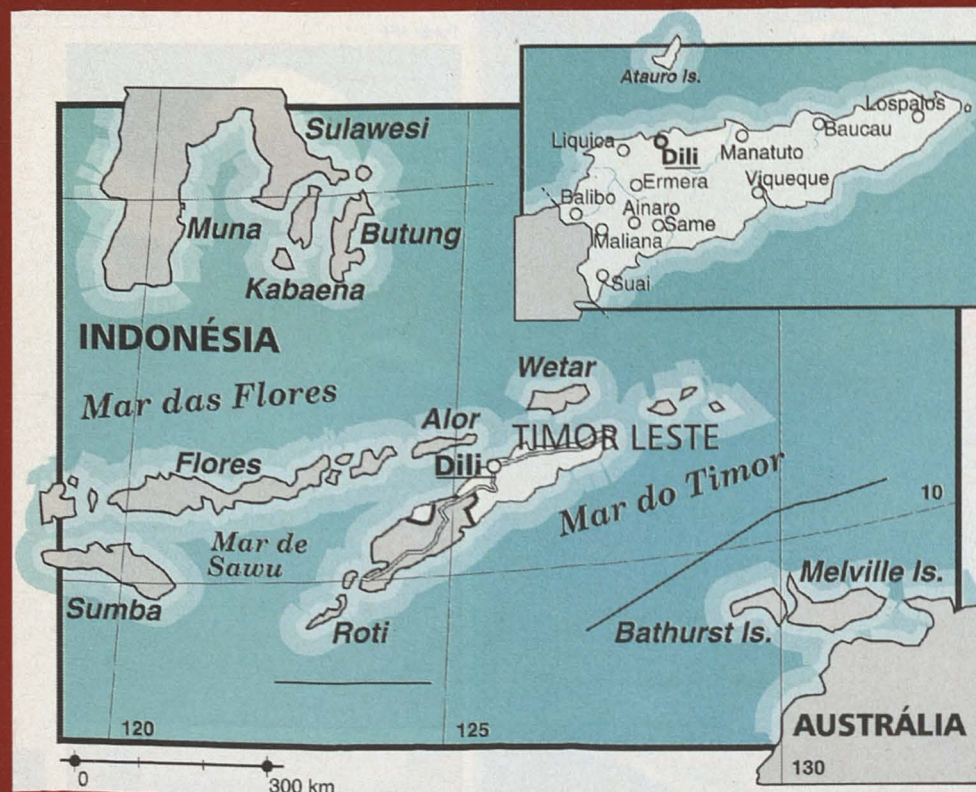
dos de 92 países. Entre os convidados especiais estavam o primeiro-ministro da Austrália, John Howard; os presidentes de Portugal, Jorge Sampaio; da Indonésia, Megawati Sukarnoputri, e de Moçambique, Joaquim Chissano, e o primeiro-ministro Manuel Durão Barroso, da Nova Zelândia. Todos os membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (integrada por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e, a partir de agora, Timor Leste) enviaram representantes. A delegação norte-americana foi liderada pelo ex-presidente Bill Clinton.

A missão da ONU administrava o Timor Leste desde que o país decidiu, em

Fotos: AFP



O povo timorense saiu às ruas com a bandeira nacional para saudar a independência, que foi prestigiada por personalidades de todo o mundo, como o ex-presidente Bill Clinton (foto no alto), que representou os Estados Unidos, e Jorge Sampaio (acima), presidente de Portugal, a ex-metrópole colonial



NOME OFICIAL: República do Timor Leste
CAPITAL: Dili, 60.150 habitantes (1980)
DATA NACIONAL: 20 de maio
Dia da Independência (2002)
ÁREA: 14.609 km²
COMPOSIÇÃO ÉTNICA: o povo maubere é de origem melanésia e malaia
RELIGIÃO: 30% são católicos, mas a maioria pratica cultos tradicionais
IDIOMAS: Tetum, língua nacional, e português, da colonização

Fonte: Enciclopédia do Mundo Contemporâneo

A ONU faz as honras

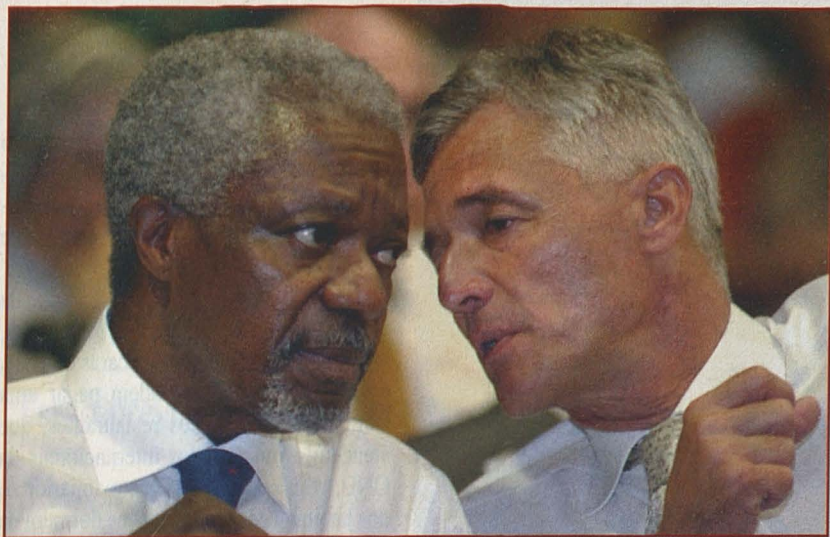
"Bem-vindo Timor Leste à família das nações independentes". Foi com esta frase que o presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas iniciou o componente oficial das cerimônias de independência do Timor Leste. "A independência do Timor Leste representa um dos eventos mais dramáticos do século XX", disse Ham Seung-Soo (foto).

O líder da Assembleia Geral reafirmou que a ONU e as Nações Unidas continuarão empenhadas no apoio ao Timor Leste, para que o povo consiga "cumprir a tarefa de reconstruir as suas infra-estruturas e estruturas", sob a base dos alicerces estabelecidos ao longo da transição chefiada pelas Nações Unidas. O governo timorense e a ONU assinaram nove acordos para oficializar o funcionamento imediato da missão das Nações Unidas no Timor (Unmiset).

O primeiro-ministro Mari Alkatiri e o responsável pela administração transitória da ONU no país, Sérgio Vieira de Mello, assinaram três acordos: um mais abrangente, sobre o "estatuto das forças", e dois complementares, sobre a polícia e a força de paz da estrutura internacional.

Os acordos restantes foram assinados pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, José Ramos Horta, com seis diferentes agências da ONU que vão continuar desenvolvendo programas no Timor Leste. Estes acordos tratam de questões como o desenvolvimento económico do país, o sistema financeiro e o retorno de refugiados timorenses espalhados pelo mundo.





Kofi Annan, que supervisionou a assinatura do histórico acordo de 5 de Maio de 1999, estabelecendo o referendo em que os timorenses escolheram ser independentes, conversa com Sérgio Vieira de Mello, responsável pela administração transitória da ONU no Timor. 'Nossa independência não terá valor, se o povo do Timor Leste seguir vivendo na pobreza e padecendo de todo o tipo de dificuldades', afirmou Xanana Gusmão no seu discurso

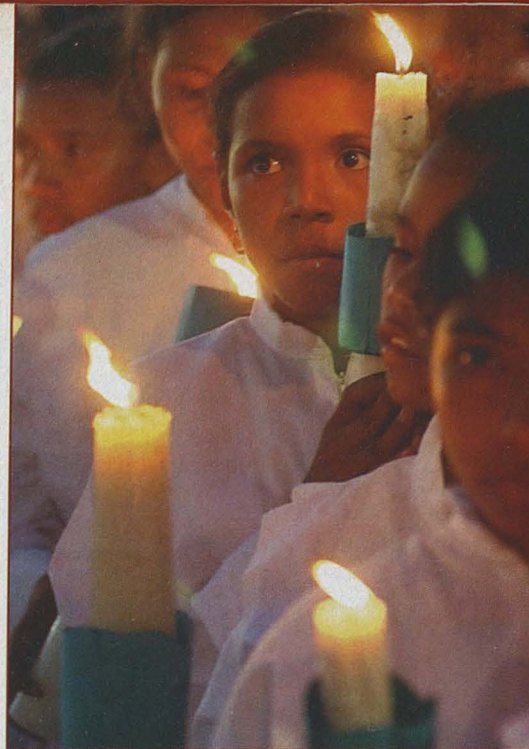
1999, num plebiscito, optar pela independência, pondo um fim à ocupação da Indonésia, o que levou milícias apoiadas por Jacarta a atacarem. Annan disse que o Timor Leste não ficará sozinho. Doadores estrangeiros deverão mandar dinheiro para o novo país e a ONU manterá cinco mil tropas de paz por mais dois anos. Mais de 200 mil pessoas, um quarto da população do Timor, morreram durante as guerras, crises de fome e doenças após a invasão do território pela Indonésia, em 1975.

Depois de mais de 450 anos de dominação de Portugal, 24 da Indonésia e dois e meio do governo provisional da Organização das Nações Unidas, os timorenses vivem um momento que há poucos anos nem sequer poderiam imaginar. Em seu discurso, o presidente José Alexandre "Xanana" Gusmão elogiou a determinação do seu povo e agradeceu a comunidade internacional por sua ajuda para alcançar o ansiado objetivo da independência.

Gusmão não deixou de mencionar os 24 anos de violenta ocupação indonésia, mas, ao mesmo tempo que homenageou as vítimas, sublinhou que esses trágicos fatos pertencem ao passado e que, nos dias atuais, Jacarta e Dili devem manter relações de boa vizinhança. Contudo, não será fácil para os 800 mil habitantes do país —

entre os quais não existe sequer uma família que não tenha perdido pelo menos um membro durante a ocupação indonésia — simplesmente esquecer os crimes cometidos. O exército indonésio invadiu o Timor Leste em 7 de dezembro de 1975, apenas uma semana depois da proclamação da independência de Portugal. Desde então, até setembro de 1999, se registrou no território o maior genocídio proporcional à população jamais verificado: 220 mil mortos em uma população que em 1975 era de aproximadamente 650 mil habitantes. Gusmão, que combateu as forças indonésias nas selvas timorenses e passou sete anos em uma prisão de Jacarta, considerou que a relação com a Indonésia foi "um erro histórico que agora pertence à história e ao passado".

O presidente destacou que o país enfrenta enormes desafios, como a pobreza e o desemprego. A infra-estrutura nacional também deve ser reconstruída, depois da onda de saques e incêndios que a destruiu em 1999, antes e depois do referendo de autodeterminação em que quase 80% dos timorenses se manifestaram favoráveis à separação da Indonésia. Grupos paramilitares respaldados pelo exército indonésio mataram naquele ano cerca de duas mil pessoas, desalojaram três quartos da população e destruíram quase todos os



edifícios do território. "Nossa independência não terá valor se o povo do Timor Leste seguir vivendo na pobreza e padecendo de todo o tipo de dificuldades", afirmou Gusmão.

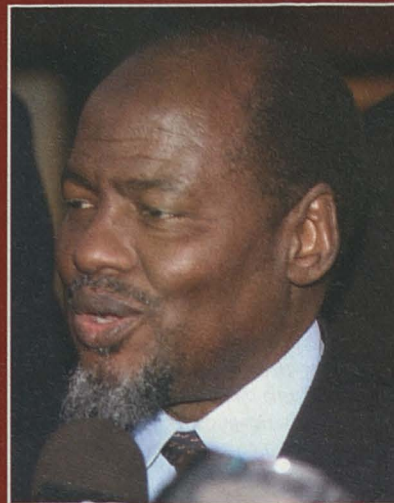
Timor inicia seu caminho independente como o país mais pobre da Ásia e o sexto mais pobre do mundo. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) estimou que a metade da população ganha cerca de um dólar por dia e sobrevive principalmente com a agricultura de subsistência. A esperança de vida é de 56 anos, e 43% dos timorenses são analfabetos. A taxa de mortalidade infantil é de 80 por mil.

Quanto ao desemprego, as cifras são contraditórias. Enquanto o Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN), elaborado pelo governo timorense, estima em 16,8%, o Banco Mundial calcula que este número chegue a 80%. A enorme diferença nas cifras se deve ao fato de o PDN incluir entre as pessoas com pleno emprego aqueles que trabalham com a agricultura, o que não é aceitável para o Banco Mundial, porque a agricultura neste território é somente familiar e de subsistência.

No momento, a ameaça da violência das milícias ou de represálias contra ex-milicianos que começaram a regressar ao

Ingresso garantido na CPLP

O Timor Leste já se apresentou como candidato para ingressar à Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). A candidatura foi apresentada pessoalmente por Xanana Gusmão ao presidente de Moçambique, Joaquim Chissano, durante reunião ministerial dos sete países que fazem parte da comunidade, realizada em Dili. Chissano, atual presidente da CPLP, garantiu a entrada do Timor a partir da próxima reunião de chefes de Estado, a ser realizada no Brasil, no final de julho. "Estou certo de que em Brasília vamos apenas colocar o selo nas assinaturas. Não há nenhuma dúvida de que o Timor Leste vai ser membro de pleno direito na CPLP", afirmou Chissano (foto).

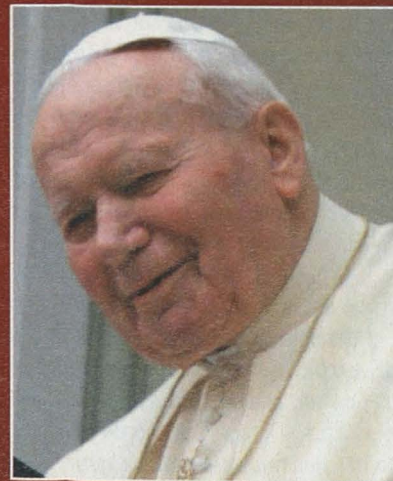


Os ministros congratularam-se com a independência do território e a posse do presidente Xanana Gusmão e de Mari Alkatiri, primeiro-ministro. Os ministros também saudaram a ONU, pelo bem-sucedido trabalho realizado pela administração transitória, liderada pelo brasileiro Sérgio Vieira de Mello. Os ministros exaltaram também a adoção do português como uma das línguas oficiais do Timor Leste.

A hora da liberdade

O papa João Paulo II exortou os timorenses a não mais se sujeitarem ao jugo da escravidão, saudando a independência. "Chegou a hora da liberdade. Chegou o tempo da reconstrução", disse o papa, na mensagem lida em português pelo seu representante, bispo Renato Marino, e traduzida em tetum pelo bispo de Dili, D. Ximenes Belo.

"Foi para a liberdade que Cristo nos libertou", justificou João Paulo II, recorrendo às palavras do apóstolo Paulo para exortar os timorenses a permanecer firmes. O papa sugeriu aos timorenses seguirem guiando-se por "valores imprescindíveis", como os do respeito pela vida, os da solidariedade efetiva e da atenção às necessidades da população, sobretudo dos mais jovens, "a promessa do futuro". Dirigindo-se ao presidente



eleito, Xanana Gusmão, o papa salientou que sobre ele recai mais diretamente a responsabilidade de criar uma sociedade onde todos sejam artífices de um projecto comum.

Timor Leste é pequena. Um motivo muito maior de preocupação é o descontentamento com o novo governo devido à enorme diferença no nível de vida entre a elite governante e os governados.

A desigualdade é um dos legados da administração interina das Nações Unidas. Dili é uma das cidades mais caras da Ásia, e seus habitantes não podem pagar uma comida na maioria dos restaurantes, que atendem a funcionários internacionais da ONU, com salários 200 vezes superior aos dos habitantes locais. Crianças dormem na porta do supermercado Hello Mister, onde são vendidos artigos importados da Austrália a preços parecidos com os das lojas de departamento de Londres.

No interior do país, as necessidades são igualmente urgentes. Xavier Pineda é um dos médicos que atendem a uma população de 35 mil pessoas em Same, a capital do distrito de Manufahi, a cinco horas de Dili. "Muitas pessoas morrem de doenças que podem ser prevenidas ou curadas, como a tuberculose, a malária, a diarreia e infecções respiratórias", afirmou o médico, de origem colombiana.

Poucos lugares fora de Dili têm eletricidade durante todo o dia, às vezes nem mesmo durante todos os dias da semana. As conexões telefônicas, também fora da capital, são inexistentes. Os meios de comunicação locais, financiados pela ONU e agências internacionais, são em sua maioria insustentáveis.

Logo que os funcionários da ONU abandonarem o Timor Leste, deve haver uma deflação da economia de consequências imprevisíveis. Os empregos para os residentes continuarão sendo muito poucos. Até que a exploração de petróleo comece a gerar receita, o país dependerá quase que exclusivamente da ajuda estrangeira.

Os países doadores decidiram oferecer 360 milhões de dólares ao Timor, cujo PIB somou apenas 380 milhões de dólares em 2001, segundo organismos internacionais. O aporte de doações, encabeçado por Japão, Portugal e Austrália, soma-se a 81 milhões de dólares já disponíveis através de um fundo multilateral. ■

Vida vai ser dura nos primeiros anos

Estão previstos uma quebra no crescimento econômico e um agravamento do desemprego

António Sampaio*

A REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO TIMOR LESTE nasce com sérios problemas econômicos, agravados pela saída de um largo número de representantes internacionais, que provocará uma contração no crescimento em praticamente todos os setores. O previsto aumento do desemprego – provocado em grande parte pelo decréscimo na procura de bens e serviços e pela redução no número de funcionários locais da ONU – trará ao governo independente mais dores de cabeça.

O quadro econômico, que se afigura preocupante, é explicado no primeiro Plano de Desenvolvimento Nacional do Timor Leste, um documento de mais de 300 páginas sobre os temas de “Crescimento e Desenvolvimento Humano”, que foi preparado pelo governo e pela sociedade civil. Uma análise dos números aponta para quebras econômicas de 0,5%, este ano, e 2,2%, em 2003, que, no caso de um Estado emergente como é o Timor Leste, se tornam especialmente significativas.

A primeira recuperação econômica é esperada apenas em 2004 (cerca de 1,2% de crescimento), prevendo-se fortalecimentos de 3,3% em 2005 e, respectivamente, de 5,1% e 5,7% para os dois últimos anos do plano de desenvolvimento.

Especialmente afetados a curto prazo serão os setores que mais capital recebiam com a presença dos representantes das Nações Unidas, como transportes, comunicações, comércio, hotelaria, construção e imobiliário. Em contrapartida, poderá haver melhorias na agricultura, florestas,



A população do Timor confia no seu primeiro governo independente, mas sabe que os primeiros anos serão difíceis e que a nova equipe não poderá realizar milagres

pesca e manufatura. Os documentos realçam que a “brusca contração” no crescimento econômico cria “um bom argumento para um continuado apoio dos doadores”, quer em nível de projetos quer no que se refere ao orçamento geral do Estado.

Petróleo é a esperança

Nesse âmbito, e pelo menos até à entrada dos primeiros rendimentos significativos dos recursos petrolíferos do Timor Gap, em 2005, o novo Estado necessitará de um apoio direto anual de mais de 40 milhões para tapar o déficit orçamental. A esse apoio acrescem cerca de 75 milhões de dólares, por ano, para “projetos bilaterais”, um valor “mais alto do que inicialmente previsto”, mas que é “crítico para a administração econômica a curto prazo e para o desenvolvimento da nação a longo prazo”.

As primeiras grandes receitas orçamentais só deverão começar a partir de 2005, com estimativas de que o Estado receberá 100 milhões de dólares anualmente provenientes das explorações no Timor Gap. Do total de “petrodólares” previstos nos próximos cinco anos – cerca de 358,5 milhões de dólares – o plano aplica 79,1% no financiamento do orçamento do Estado, poupando os restantes 20,9%.

Particularmente difícil de combater é o desemprego. Seria necessário criar cerca de 40 mil empregos no setor privado em cinco anos para reduzir pela metade os índices atuais.

As contas sugerem que a taxa de desemprego efetivo em Timor Leste ronda atualmente os 16,8% de uma população ativa de cerca de 326 mil pessoas. O número mais positivo é o da inflação, que deverá rondar 2 a 3%. ■

*Agência Lusa

'Juntamos as mãos e olhemos para o futuro!'

Xanana Gusmão tomou posse formalmente como presidente da República Democrática do Timor Leste (RDTL), perante o presidente do Parlamento Nacional, Francisco Guterres, que momentos antes declarara o nascimento do mais novo país do mundo. Este é o texto na íntegra do discurso inaugural de Xanana Gusmão

SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DA ONU, senhor presidente da Assembléia Geral da ONU, senhores chefes de Estado, senhores chefes de Governo, senhor representante da Santa Sé, senhores chefes de Delegações de Países Membros da ONU, a todos os representantes da Solidariedade Internacional, amigos do Timor Leste:

É do mais profundo da nossa alma que saudamos com respeito Vossas Excelências e expressamos também a nossa eterna gratidão. Desde os anos 60 que Timor Leste estava na lista dos territórios não autónomos, no Comitê dos 24, e desde 1975 que figurava na agenda anual da Assembléia Geral da ONU. Se hoje se juntam aqui 92 países foi porque a solução do problema do Timor Leste era da responsabilidade da Comunidade Internacional.

A vossa presença, digníssimos dignitários, é, assim, o mais eloquente testemunho dos valores universais, consagrados na Carta das Nações Unidas e, também, uma afirmação inequívoca dos direitos fundamentais do Homem e dos Povos. A Sua Excelência, o secretário-geral da ONU, queremos expressar a nossa mais sincera gratidão pelo cometimento pessoal à causa timorense. Não queremos esquecer os esforços e a grande doação do embaixador Jamsheed Marker, Francesc Vandrel e Tamrat Samuel. Hoje também saudamos Ian Martin e toda a equipe da Unamet e queremos manifestar o nosso grande apreço ao amigo Sérgio Vieira de Mello e a todos quantos passaram pelo Timor, em missão da Untaet. Estendemos aqui um abraço de muita amizade a todos quantos em Nova Iorque se esforçaram por nos compreender e sobretudo gerir o processo. Ao Conselho de Segurança, os nossos respeitos e a nossa gratidão.

Eu ousaria chamar a esta magnífica participação de tantos países, vindos dos quatro cantos do mundo, o que honra e engrandece o nascimento do nosso país, uma mini-Assembleia do Milénio. Aqui não se debatem, tal como aconteceu em setembro de 2000, os prementes problemas da Humanidade. Aqui sois testemunhas dos

anseios pela paz de todo um povo; aqui sois testemunhas da determinação em construir as bases democráticas de desenvolvimento, de toda a sociedade timorense, e aqui sois testemunhas da esperança de um futuro, baseada no combate enérgico e permanente à pobreza, em todas as suas vertentes. Hoje, assumimos, com humildade e perante a Comunidade Internacional, as nossas obrigações para com o nosso povo. Quisemos ser nós mesmos, quisemos orgulhar-nos de sermos nós próprios, um Povo e uma Nação.

Hoje somos efetivamente o que quisemos ser, com a ajuda de todos vós e seria longa a lista de agradecimentos, com uma especial menção à coragem do presidente Habibie (*ex-presidente da Indonésia – Nota da Redação*), os esforços do primeiro-ministro John Howard e à decisão do presidente Clinton.

Hoje somos um Povo, igual a todos os Povos do mundo. Nas celebrações da independência, queremos assumir diante de vós este compromisso: o de servir só e unicamente o nosso Povo. Nas celebrações da independência, queremos conter o regozijo exagerado e as desmesuradas ambições, para assumirmos com consciência a necessidade de aprender, para servir, e a vontade de corrigir, para melhorar.

A história é feita pelos povos, unidos num anseio comum – a liberdade em cada ser humano, a paz para o povo e o progresso do país. Depois da independência política, o nosso objetivo supremo será o desenvolvimento integral de todos os aspectos da vida do nosso povo, desde o cultural ao científico, desde o social ao económico.

A nossa história vai continuar a ser feita pelo nosso povo, pela dignificação do indivíduo, na tolerância entre grupos e no respeito no seio das comunidades, numa participação coletiva e dinâmica das sociedades. Isto irá constituir a nossa nova filosofia, enquanto cidadãos, a nossa nova cultura enquanto país, e a nossa política enquanto timorenses.

A solidariedade internacional, vai um profundo abraço de muito carinho do nosso povo. Continuamos a contar convosco, em



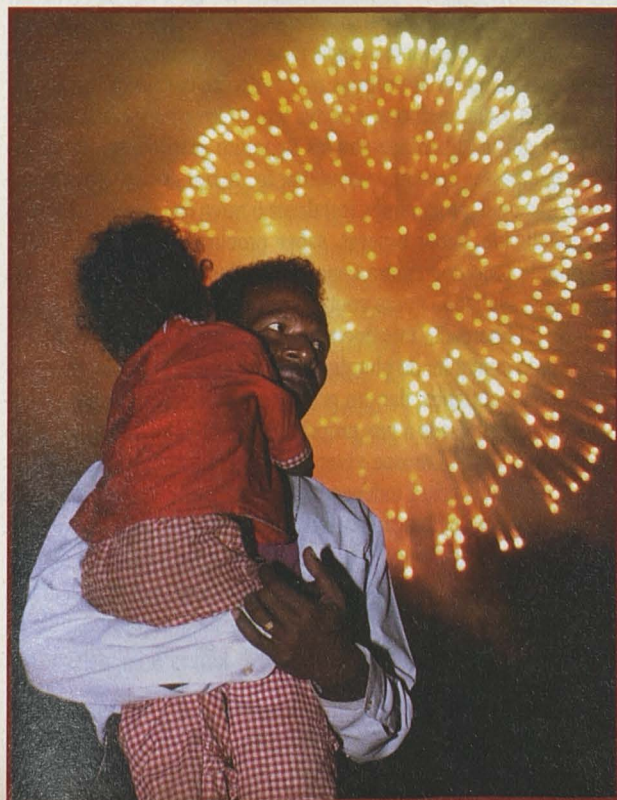
outra formas de apoio dirigidas a aliviar as dificuldades das nossas populações mais necessitadas, para o estreitamento de relações povo-povo.

Sua Excelência o presidente dr. Jorge Sampaio, Sua Excelência o presidente dr. Joaquim Chissano, senhores chefes das delegações dos países da CPLP:

Quando o sândalo salutífero e cheiroso de onde o sol nasce primeiro atraía os mercadores portugueses que, em uma grande epopéia marítima, iniciaram o processo de encontro de continentes e povos, nunca os nossos ancestrais sonharam que, 500 anos depois, a história registaria um País com o nome de Timor Leste. O ganho ao direito de autodeterminação e independência nacional, em 30 de agosto de 1999, foi o corolário da luta de um punhado de povos que tinham entre si laços profundos de uma identidade histórica e cultural.

Quero aqui publicamente prestar homenagem aos Órgãos de Soberania Portugueses, por terem tornado, pela Constituição, o Timor Leste e o seu Povo como uma causa nacional. Quero também agradecer a cada um dos Países irmãos lusófonos o carinho, o apoio político e a solidariedade que caracterizaram a nossa irmandade e que reforçaram, em tempos difíceis, os nossos vínculos. Nesta era de globalização, existem tendências de estandardizarmos o pensamento, os comportamentos e atitudes. Em relação ao Timor Leste, existem dúvidas sobre a nossa identidade. Existe a corrente para nos acomodarmos a uma falsa visão do futuro,

Um popular assiste com seu filho pequeno às celebrações da independência em Tacitolu, um estádio onde foram montados três grandes palcos e um enorme telão digital. Ramos Horta, Prêmio Nobel da Paz e atual chanceler, foi o mestre de cerimônias



existe a tendência para nos subvertermos a contrapartidas de fácil consumismo intelectual.

A independência alcançada é apenas um passo para nos afirmarmos. Mas a afirmação é um processo, também difícil, a partir de agora. Será este um dos grandes desafios do futuro. Vamos tentar partir por não ter vergonha de sermos nós mesmos, com uma identidade histórica e cultural própria, que esteve na base da nossa emancipação e que foi a base do vosso apoio, inequívoco e incondicional.

Neste contexto, uma sentida homenagem a todos os governantes e diplomatas portugueses que souberam interiorizar a causa timorense, com especial relevo ao presidente Jorge Sampaio, ao presidente Joaquim Chissano, ao eng. António Guterres, dr. Jaime Gama e ao atual primeiro-ministro, Durão Barroso, pelo relevante papel que desempenhou enquanto ministro dos Negócios Estrangeiros. De vós, povos irmãos da CPLP, esperamos que continuem ao nosso lado para este processo, difícil mas empolgante, da independência e de afirmação.

Excelência, presidente do povo irmão indonésio, Megawati Sukarnoputri acolhemos com especial carinho a vossa presença, não só como chefe de Estado do País irmão e vizinho, com quem partilhamos as mesmas fronteiras, mas também como um símbolo, que já era, dos anseios democráticos do povo irmão indonésio. A vitória do povo timorense é expressão também destes anseios, porque a democracia pressupõe liberdade e liberdade faz jus aos direitos fundamentais do Homem e dos Povos.

O povo indonésio e o povo timorense viveram 24 anos de relações difíceis. Hoje, nós todos concordamos que foram resultado de um erro histórico, e isto pertence já ao passado. E este passado, porque pertence já à história, não deve continuar manchando os nossos espíritos ou dificultando as nossas atitudes e relações.

Ainda em novembro de 1999, quando os sentimentos de ambos os lados ainda estavam no clímax da intolerância, de acusações e de desconforto moral e psicológico, nós fomos a Jacarta para dizer que o passado deve ser visto como passado e para afirmar, ao mesmo tempo, a nossa total disposição para, juntos, erguermos um novo futuro de relações entre os dois países e os dois povos.

E eu acredito, senhora presidente, que a Indonésia e o Timor Leste poderão, como já o fizeram nestes dois anos e meio, provar a

***"Indonésia e Timor Leste poderão,
como já o fizeram nestes dois anos e meio,
provar a todo o mundo que,
quando existe boa vontade política
por parte de governantes e da sociedade
em geral, a paz pode ser construída
em bases sólidas pelo mundo afora"***

Xanana Gusmão



Mari Alkatiri e Xanana Gusmão conversando com a imprensa internacional após serem empossados respectivamente como primeiro-ministro e presidente da República Democrática do Timor Leste, em 20 de maio passado

todo o mundo que, quando existe boa vontade política por parte de governantes e da sociedade em geral, a paz pode ser construída em bases sólidas pelo mundo afora. A Indonésia e o Timor Leste poderão ainda contribuir de uma forma muito significativa para a paz no mundo de hoje, onde todos testemunhamos um ambiente de desconfianças, de medo, de atos de terror e de acusações.

O Povo timorense deseja agora concentrar as suas atenções no seu próprio desenvolvimento. Somos o país mais pobre da Ásia e queremos elevar, gradual mas firmemente, o nível de vida das nossas populações. A cooperação Indonésia-Timor-Leste, num amplo leque de interesses comuns, reforçada por uma forte relação de amizade entre os dois povos, será o antídoto seguro a algumas reações ainda prevalentes, de ambos os lados. Juntos, senhora presidente, os dois povos deverão contribuir na construção de um mundo melhor. Por último, quero saudar a todos os cidadãos indonésios, indivíduos ou grupos, que muito contribuíram, antes e agora, para todo este processo no Timor Leste, que culmina agora neste grande evento.

Terra e Pedras, Água e Fogo!!! Terra Sagrada, lugares sagrados onde plantamos areca e malus. Terra Querida, lugar onde nascemos, e fomos criados! Timor Lorosa'e! Matebian, onde se vê o sol nascendo e olhamos para Jacó. Ramelau, onde vemos Oecussi e olhamos para Ataúro.

Independência! Como povo, como território, como Nação! Um só corpo, uma só mente, uma só vontade! Guerreiros! Tambores e espadas, penas e taís! Prisioneiros, dançarinos, soldados da resistência! Tasi Feto, Tasi Mane! Velhos e velhas, homens e mulheres, alegrei-vos! Jovens, crianças, cantai! Leste, Oeste! Hoje é o nosso dia, Dia da Independência! Juntemos as mãos, e olhemos para o futuro! Gente querida de Timor Lorosae! Hoje, 20 de maio de 2002, é um grande dia para a nossa terra! Tal qual o dia 30 de agosto de 1999, Dia do Referendo, a data de hoje

constitui outra grande data para o nosso povo! O mundo todo junta-se a nós neste momento como demonstração do seu amor e ajuda para conosco.

Na qualidade de uma nova nação que se ergue, tem início agora um país independente. Temos em nossas mãos o direito de conduzir o nosso próprio destino. Recebemos uma grande responsabilidade, à qual devemos resposta a todas as nações integrantes das Nações Unidas.

Neste novo milênio que se inicia, nações pequenas e grandes, ricas e pobres, estão irmanadas visando ao bem-estar do povo timorense. Também queremos contribuir para este grande objetivo, minimizando as dificuldades e o sofrimento do povo, seu peso e cansaço.

Hoje nos alegramos como uma nação independente, como um povo a segurar as próprias rédeas do seu cavalo! Vamos viver nosso dia a dia, melhorar a nossa terra! Governar-se a si próprio ainda significa liberdade através de muito sofrimento! Todos temos que passar por uma reconciliação. A fim de assegurar a unidade nacional, procuramos fortalecer o novo nacionalismo e, com racionalidade, saber esperar, saber procurar e saber participar. O mundo todo comemora conosco e todos voltarão seus olhares para nós, avaliando nossa vontade e força na nossa jornada, no caminho da liberdade, tolerância e respeito pelos direitos humanos, de acordo com a lei de pluralismo democrático para assim poderemos, com confiança, dar um passo para o desenvolvimento seguro. Governarmo-nos a nós próprios não terá valor se todo o povo dentro do Timor Lorosae viver mal, sofrer e enfrentar dificuldades. Ganhamos nossa independência para melhorar nossa vida. É para tal que a celebração da independência tem hoje início para todo o povo. Conclamo a todos, especialmente aos nossos líderes, para mostrar disciplina para garantir a nossa vontade, tolerância para garantir democracia, reconciliação para garantir Unidade, valorizar a justiça e os direitos humanos. ■



Valeu a pena!

Desde os anos 70, cadernos vêm cobrindo a luta do povo maurebe pela independência, com os seus avanços e recuos, seus mártires e detratores

Beatriz Bissio

AS IMAGENS QUE AS TELEVISÕES DO MUNDO DISTRIBUÍRAM SOBRE A PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA DO TIMOR LESTE me comoveram e me fizeram recuar no tempo. Viajei aos anos longínquos da década de 70, quando conheci grande parte dos dirigentes que agora via na telinha, em Dili, amadurecidos pela vida, pela luta e pelos sofrimentos, assumindo as responsabilidades de conduzir os destinos dessa que já está sendo chamada na mídia de “a mais nova nação do século XXI”. A muitos deles fora apresentada em 1975, quando, como jornalista de primeira viagem, tive o privilégio de cobrir um momento muito particular da história da África, os últimos momentos das guerras coloniais e as independências de Moçambique (25/06/1975) e de Angola (11/11/1975). Convidados da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) e do Movimento pela Libertação de Angola (MPLA), representamos com Neiva Moreira a nossa revista **cadernos do terceiro mundo** nessas cerimônias, e, também de alguma forma, todo o jornalismo latino-americano, pois não tinha nenhum outro colega destas latitudes presente naqueles eventos históricos.

Sem cobertura ao vivo pela tevê, sem sequer fax, nem muito menos internet ou coisa semelhante, a África e a Ásia eram então realidades muito distantes dos latino-americanos e praticamente só a nossa

revista, fundada em Buenos Aires em 1974, falava a respeito de temas como as lutas de libertação das ex-colônias portuguesas. Como a viagem à África se alongara por mais de seis meses, tivera ocasião, então, de conhecer em Luanda e Maputo Mari Alkatiri, agora empossado como primeiro-ministro do Timor Leste independente, e Roque Rodrigues, ambos então com menos de 30 anos, mas já com uma sólida liderança construída junto ao povo do timorense.

Recém-consumada a invasão da ilha pelas tropas da Indonésia, Alkatiri e Roque viajaram para a África, em particular para os países africanos de língua portuguesa, em busca de apoio e solidariedade. (O Brasil vivia então sob o regime militar, e, apesar da diplomacia do pragmatismo responsável ter reconhecido imediatamente a República Popular de Angola de Agostinho Neto e com aquele governo estabelecido relações diplomáticas, só depois da redemocratização é que os dirigentes do Timor Leste fizeram as primeiras visitas a Brasília, Rio e São Paulo.)

Pouco depois, acredito que em 1977, conheci em Lisboa o jornalista José Ramos Horta, que, anos mais tarde, em 1996 viria a receber o Prêmio Nobel da Paz junto com o bispo de Dili, Dom Ximenes Belo, por sua corajosa e persistente denúncia das violações aos direitos humanos no Timor Leste por parte das tropas da Indonésia e pela paciente e árdua tarefa de construção de uma teia de solidariedade para com o seu povo ao redor do mundo.

Vindos de uma América Latina que também sofria dores semelhantes, com as ditaduras instaladas em quase todo o continente, não nos fora difícil abraçar como nossa a causa do povo do Timor Leste, mesmo aparentemente tão distante. Nisso, sem dúvida, a língua portuguesa desempenhou um papel fundamental. Se a “pátria é a língua”, como disse Camões, era um pedaço da nossa pátria maior que estava sendo vítima de um genocídio. E a revista **cadernos do terceiro mundo**, ela mesma perseguida pelos governos militares – ao ponto de termos tido de transladar a nossa sede da Argentina (sob a ditadura do general Videla) para o México, país sempre aberto ao exílio – acolheu em suas páginas como tema prioritário a cobertura do drama do Timor, mesmo nos momentos em que poucos no mundo falavam a respeito.

Nos últimos anos da década de 70 e nos anos 80, com maior ou menor dificuldade, pessoalmente, ou através de colegas da sede de **cadernos** em Lisboa, como os jornalistas Carlos Pinto Santos e Baptista da Silva, ou de nosso correspondente em Moçambique, Etevaldo Hipólito, continuamos a cobrir a luta do Timor Leste. Em Maputo estava a mais importante representação da Frente de Libertação do Timor Leste (Fretilin) no exterior. Graças a um acordo com o governo moçambicano, que tinha começado na época do presidente Samora Machel, os exilados timorenses passaram a dispor na periferia de Maputo de um sítio, onde criavam animais e plan-



Aos dois grandes amigos do Timor-Leste
Beatriz Bissio
e Neiva Moreira

Season's Greetings
and Best Wishes for a
Happy New Year

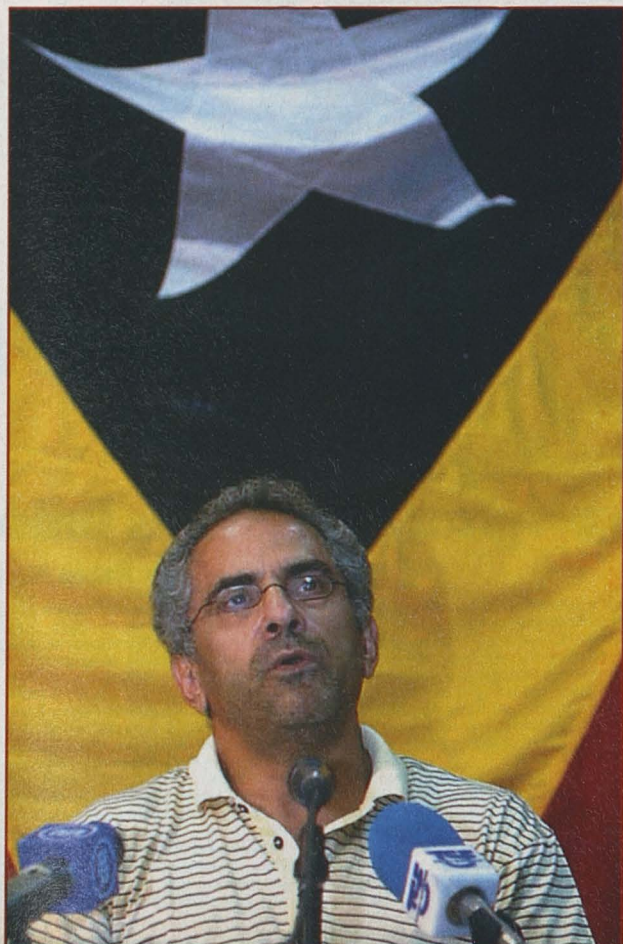
com um grande abraço do povo
de Timor

e amizade de,

Xanana
Comandante das Forças Armadas de Libertação do Timor (Falintil)

Cipinang, 22 Dezembro de 1998

Este é o cartão-postal que Xanana Gusmão, assinando então como comandante das Forças Armadas de Libertação do Timor (Falintil), enviou, da prisão em Cipinang, Indonésia, em 22 de dezembro de 1998, aos diretores de **cadernos**, quando as negociações que conduziram a sua libertação (ocorrida em 7 de setembro de 1999) e a realização do plebiscito no Timor Leste ainda estava no seu primeiro estágio. Diz o texto de Xanana: **Aos dois grandes amigos do Timor Leste, Beatriz Bissio e Neiva Moreira, com um grande abraço do povo do Timor e amizade de Xanana**



O jornalista José Ramos Horta, hoje ministro das Relações Exteriores da República do Timor Leste, assim como todo o grupo dirigente e a população civil maubere, pagou um alto preço pela luta em favor da libertação da sua pátria

brava – o Timor Leste conquistasse finalmente a independência.

Roque Rodrigues, que viajou com Xanana, lembrou ao atual presidente do Timor Leste o papel que a nossa revista teve ao longo de todos esses anos na informação para o público latino-americano sobre a situação de seu país. “Já tinha sabia disso”, disse simplesmente Xanana, com um sorriso. Lembrei, nesse momento, a emoção que tinha causado em Neiva Moreira, em mim e em toda a equipe de **cadernos** o fato de ele nos ter enviado, da prisão onde estava confinado em Jacarta, um cartão-postal, em 1998, quando ainda eram incertas as negociações que permitiram a sua libertação e a realização do plebiscito no Timor.

Todas essas lembranças vieram como um torrente à minha cabeça, motivadas pela emoção do momento que estava acompanhando na tevê. Em um mundo que nos acostumou a viver em meio a más notícias, essa nos fez viver um momento de felicidade. Valeu a pena sonhar, patriotas do Timor Leste! ■



Timor Leste em cadernos ao longo das décadas

A distância no tempo não faz senão acrescentar valor a alguns dos depoimentos recolhidos nas páginas de cadernos do terceiro mundo de dirigentes da luta independentista do Timor Leste, que, em diferentes momentos, trouxeram a nossos leitores a visão da situação na ilha a partir da ótica dos que estavam combatendo a ocupação da Indonésia. A seguir, reproduzimos trechos de algumas das mais significativas matérias publicadas na nossa revista desde a sua fundação em Buenos Aires, em 1974, sobre a difícil e longa luta que conduziu "a mais nova nação do mundo" à independência

Por trás da invasão indonésia, os interesses estratégicos dos EUA

Cuadernos del Tercer Mundo nº 9

Janeiro 1976 - Buenos Aires/Argentina

Neiva Moreira

A primeira matéria publicada na América Latina a respeito da luta do Timor Leste, então absolutamente desconhecida do público do nosso continente, foi escrita por Neiva Moreira, fundador da nossa revista, a partir de informações de primeira mão que trouxe da África, onde entrevistara vários dirigentes timorenses. Desta matéria não existia versão em português. A presente tradução foi feita pela nossa equipe especialmente para esta edição de cadernos dedicada ao Timor



TIMOR

Detrás de la invasión indonesia los intereses estratégicos de Estados Unidos

por Neiva Moreira

La última visita del Presidente Ford a Asia marcó el retorno formal de los Estados Unidos a ese continente. Aunque nunca se había ausentado realmente, Washington mantuvo durante los meses posteriores a la derrota en Indochina una actitud tan prudente que hasta parecía prescindente. El tigre fingía ser de papel pero en realidad hibernaba y masticaba la humillación sufrida ante el pueblo de Vietnam, Laos y Camboya.

En todo ese período los Estados Unidos se limitó a mantener en silencio sus "relaciones tradicionales" con Tailandia, Filipinas, Japón, Corea del Sur y otros países de su órbita diplomática y militar. Al mismo tiempo, trataba de mantener razonablemente congelado el proyecto en el que tanto se empeñara Nixon, de una aproximación más íntima con

Pekín. Ford en tanto se dedicaba a su objetivo prioritario que era la llamada "operación Europa" y el intento de mejorar su posición en el mundo árabe a través de su exitosa manobra envolvente con Egipto.

Es posible que el viaje de Ford a China haya sido poco fructífero, pero no resultó así su paso por Filipinas e Indonesia. Impresionado por los cambios en el sudeste asiático y sometido a dura presión por el movimiento revolucionario interno, el presidente Ferdinand Marcos parecía vacilar frente a la alianza con los Estados Unidos. La visita del mandatario norteamericano fortaleció la dependencia de Manila y, al menos por un tiempo, los Estados Unidos podrán usar las grandes bases aeronavales que mantienen en Filipinas.

A última visita do presidente Ford à Ásia marcou o retorno formal dos Estados Unidos a esse continente. Mesmo que nunca tenha se ausentado realmente, Washington manteve durante os meses posteriores à derrota na Indochina uma atitude tão prudente que chegava parecer negligente. O tigre fingia ser de papel, mas, na verdade, hibernava e mastigava a humilhação sofrida perante o povo do Vietnã, Laos e Camboja.

Em todo esse período, os Estados Unidos se limitaram a manter em silêncio suas "relações tradicionais" com a Tailândia, Filipinas, Japão, Coreia do Sul e outros países de sua órbita diplomática e militar. Ao mesmo tempo, tratava de manter razoavelmente congelado o projeto em que tanto se empenhara Nixon, de uma aproximação mais íntima com Beijing. Ford se dedicava a seu projeto prioritário, a chamada "operação Europa" e à tentativa de melhorar sua posição no mundo árabe através de seu sucesso na aproximação com o Egito.

É possível que a viagem de Ford à China tenha sido pouco

frutífera, mas não resultou assim o seu giro pelas Filipinas e Indonésia. Impressionado pelas mudanças no Sudoeste asiático e pessionado pelo avanço do movimento interno, o presidente Ferdinando Marcos parecia vacilar diante da aliança com os Estados Unidos. A visita do mandatário norte-americano fortaleceu a dependência de Manila e, pelo menos durante algum tempo, os Estados Unidos poderão usar as grandes bases aeronavais que mantêm nas Filipinas.

Mas a escala mais importante do giro do presidente dos Estados Unidos foi sua visita a Jacarta. Na Indonésia, governada por uma feroz ditadura e submetida como nunca aos interesses das empresas multinacionais, Gerald Ford declarou solenemente que "os Estados Unidos não têm intenção alguma de retirar-se do Pacífico" e que, para Washington, "não há área no mundo mais importante que o continente asiático". Disse isso depois de ter sido advertido pelo general Suharto a respeito da influência que a vitória dos indochinos teve em todo o Pacífico.

Segundo o ditador da Indonésia, a derrota militar no Vietnã e Camboja provocou "profunda preocupação diante da possibilidade de perturbações que ameacem a estabilidade e a segurança da região".

Os porta-vozes da Casa Branca negaram toda relação entre a visita do presidente Ford à Indonésia e a invasão militar ao Timor Leste, que ocorreu apenas dez horas após ele deixar Jacarta. Mas convenhamos que resulta muito difícil admitir que uma decisão de tão graves consequências políticas e diplomáticas não tenha sido previamente discutida entre Ford e Suharto e que, sobre esse particular, não tivessem ambos chegado a um acordo.

Um porta-voz de Gerald Ford disse que "de maneira alguma os Estados Unidos foram surpreendidos pela invasão. Essa declaração não é toda a verdade, mas implica admitir um prévio conhecimento ou mesmo uma eventual "luz verde" dos Estados Unidos ao ataque. O que é nítido é que custa crer que um governo tão dependente dos Estados Unidos como o da Indonésia se lançasse numa operação dessa magnitude sem colocar o presidente Ford a par de seus planos. Sobretudo, se pensarmos que ele se encontrava ainda em Jacarta, quando os pára-quedistas e efetivos da Marinha indonésia se mobilizavam para o assalto.

GANHAR TEMPO EM ROMA - Por outra parte, eram tão claros os antecedentes do desembarco e tão visíveis os preparativos da ocupação que, em modo algum, os serviços secretos norte-americanos poderiam desconhecê-los. Os freqüentes ataques dos dois partidos do Timor

tercer mundo

9

Buenos Aires, \$ 60



ESPECIAL
Gral. MORALES BERNUDEZ
"Vamos a profundizar la Revolución"

Somália: SIAD BARRE El camino al socialismo

Leste aliados a Jacarta – a União Democrática do Timor (UDT) e a Associação para a Democracia Popular do Timor (Apodeti) –, as provocações fronteiriças e os constantes bombardeios de Dili foram realizados sempre com o apoio ou com a direta participação das Forças Armadas da Indonésia. Muitas vezes porta-vozes indonésios reconheceram esse apoio e o próprio chanceler Malik admitiu, publicamente, que o seu país estava treinando “refugiados” timorenses ligados à UDT e à Apodeti.

Estávamos pessoalmente em Roma quando tiveram lugar as conversações entre Malik e o Major Melo Antunes, ministro das Relações Exteriores de Portugal. Nos meios diplomáticos e jornalísticos italianos tinha-se a impressão de que os indonésios estavam ganhando tempo enquanto preparavam a anexação do Timor Leste. Essas reuniões tiveram um mérito particular: mostrar com clareza que a posição da Frente de Libertação do Timor Leste (Fretilin) estava longe de ser intransigente como denunciara Jacarta. Sendo o único movimento nacional realmente representativo da vontade do povo do Timor – assim como o MPLA, em Angola; a Frelimo, em Moçambique; o PAIGC, na Guiné-Bissau – esse partido tinha o virtual domínio político e militar do país. Deu, também, sua aprovação a uma reunião com a UDT e com a Apodeti em uma tentativa de solucionar de forma pacífica o problema criado. O governo australiano colocou imediatamente sua capital à disposição do Timor para uma conferência.

A reunião de Roma se realizou nos primeiros dias de novembro (de 1975 – nota da redação) e, em lugar de pôr em funcionamento mecanismos diplomáticos que assegurassem o seu sucesso, ficou evidente que a Indonésia preparava a invasão do Timor, a curto prazo.

INDEPENDÊNCIA UNILATERAL – A Fretilin tinha declarado a independência unilateral do Timor Leste em 28 de novembro, na pequena cidade de Dili, de 50 mil habitantes, capital do território que até então fora colônia portuguesa. O governo de Lisboa não reconheceu a independência, mas fez uma advertência à Indonésia sobre as “graves consequências” que poderia ter uma invasão militar ao território.

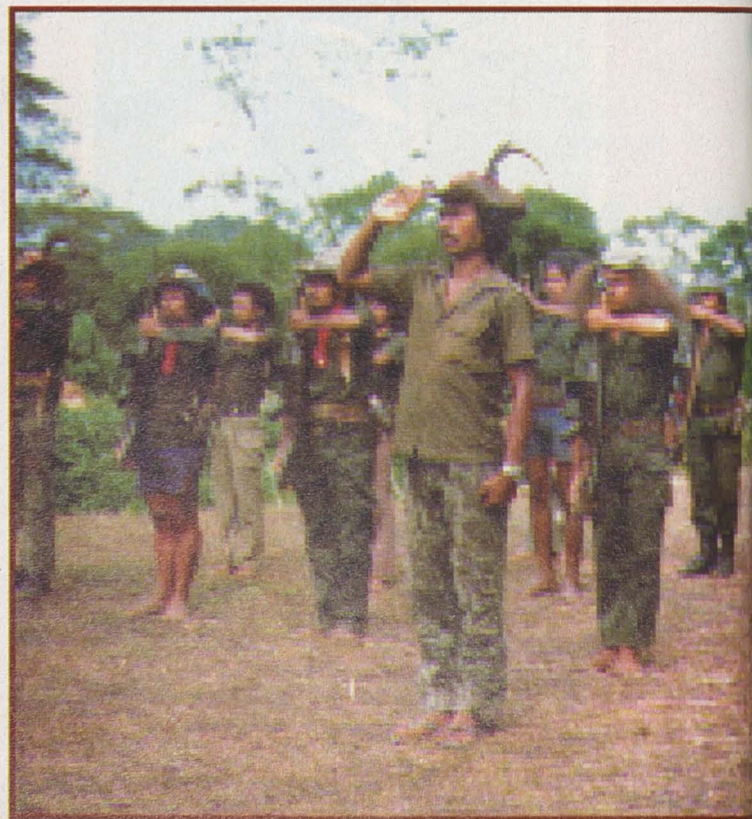
A invasão aconteceu na madrugada de 8 de dezembro, quando mais de mil pára-quedistas indonésios, apoiados por unidades blindadas e navios de guerra, ocuparam Dili e o resto do país. As forças militares da Fretilin ganharam as montanhas para iniciar a resistência guerrilheira, e a população da ilha está suportando os brutais métodos da ocupação indonésia” comuns em seu próprio país, onde se pratica um atroz genocídio desde a derrocada do presidente Sukarno pelo general Suharto, em 1965.

Grupos guerrilheiros da Fretilin treinam nas montanhas do Timor Leste, de onde enfrentavam as tropas indonésias

A ocupação indonésia teve graves repercussões na luta do povo do Timor Leste. A independência sob a direção da Fretilin – que poderia ter sido uma realidade, construída de forma pacífica e ordeira, se tivesse tido o apoio da ONU e contasse com o aval de Portugal, da própria Indonésia e da Austrália – de agora em diante deverá ser o resultado de um longo e duro processo de luta armada, que vai cobrar do país um tributo muito grande de sangue e sacrifícios. Mas o povo do Timor não é o primeiro nem será o último a se ver obrigado a viver uma longa jornada de resistência para conquistar a sua liberdade.

O que está em jogo com a invasão deste pequeno território asiático é a retomada de métodos que pareciam derrotados na Ásia depois da vitória na Indochina. Mas essa invasão, que teve sem dúvida o aval direto ou indireto dos Estados Unidos revela que os norte-americanos não aprenderam a lição do Vietnã e continuam auspiciando aventuras. Exemplo disso também são as iniciativas que contam com o auspício de Washington em Angola e no Oriente Médio, provando que os Estados Unidos não renunciam à força nem às maquinações belicistas como instrumento de poder político.

Falta ver que atitude assumem em todos esses casos os países socialistas, e, no caso do Timor principalmente, a China, que tem sido um alvo direto e permanente do regime genocida de Jacarta. Assim como os desencontros dos dois gigantes socialistas – a URSS e a China – não impediu que as potências socialistas colaborassem fraternalmente na luta dos povos indochinos, também no caso do Timor Leste a China e a URSS parecem coincidir novamente, mesmo que mostrando argumentos diferentes para fun-





damentar sua condenação aos invasores e o seu apoio aos patriotas que resistem à ocupação.

A Fretilin é um movimento bem organizado, com absoluto apoio popular e inserção em todo o território. Será capaz com certeza de manter com sucesso a resistência que desafiará a ocupação e a sua luta poderá ter consequências internas na própria Indonésia.

ONU BLOQUEADA – Mas deverá ser no campo diplomático – sobretudo nas Nações Unidas – que as repercussões da agressão indonésia serão mais sérias. É verdade que a independência do Timor declarada pela Fretilin não chegou a ser reconhecida internacionalmente (porém, uns 30 países já se preparavam para fazê-lo). O fato é que, juridicamente, o território estava ainda sob responsabilidade de Portugal e, portanto, da própria ONU, que auspiciava o processo de descolonização iniciado em Lisboa depois da Revolução de 25 de abril de 1974. A ONU é, no entanto, um órgão bloqueado pelo poder de veto dos Estados Unidos no Conselho de Segurança. Pelos antecedentes da posição da organização frente a problemas similares, não é de se esperar que, no caso do Timor, sua posição seja mais efetiva. Israel não sai dos territórios árabes que ocupa (na Cisjordânia, Gaza, Sinai, Golã); a África do Sul continua ocupando a Namíbia e saqueando suas riquezas; Angola é cenário de uma agressão internacional imperialista, e a Espanha aparenta abandonar o Saara e transferir a administração ao Marrocos e Mauritânia, para favorecer uma multinacional do fosfato.

De todo modo, a condenação das Nações Unidas ao assalto indonésio fortalece politicamente a luta pela libertação do Timor Leste e legitima a ajuda dos países progressistas à Fretilin.

Foto: Cedoc



Neste contexto se deve considerar como um ato positivo a rápida reação do governo português rompendo relações com Jacarta e chamando a ONU a desempenhar um papel efetivo no grave problema.

OS ANTECEDENTES DAS MOLUCAS – A ocupação do Timor tem as mesmas origens que o problema das Ilhas Molucas, cuja causa independentista ganhou notoriedade em dezembro passado, com a ocupação do consulado da Indonésia em Amsterdã e o sequestro de um trem de passageiros também na Holanda. Quando o governo de Haia reconheceu a independência da Indonésia, esse país se comprometeu a analisar e resolver a situação de todos os povos cujo controle político e administrativo lhe estava sendo transferido.

As Molucas do Sul – com 75 mil quilômetros quadrados e 800 mil habitantes – é um deles. O povo das Molucas não vai se conformar nunca com uma situação de semicolônia e continuará lutando por sua independência¹. Pouco depois da proclamação da República da Indonésia, se levantaram em armas e se declararam independentes, mas foram dominados. Passaram então a pressionar a Holanda, exigindo que o governo de Haia assegurasse o cumprimento do compromisso indonésio de acatar o princípio de autodeterminação das ilhas Molucas. Os interesses neocolonialistas das empresas multinacionais com sede na Holanda impediram que os sucessivos governos, inclusive os mais liberais, conseguissem encaminhar o problema para uma solução eficaz. À medida que a luta independentista se ampliava, também crescia a repressão aos líderes regionais, que foram assassinados, encarcerados, torturados e exilados.

Mais de 60 mil moluquenses residem hoje na Holanda, sem abandonar a sua luta, como acabam de demonstrar.

Mas nem no Timor, nem nas Molucas, a Indonésia cederá sem lutar. Alentado e apoiado pelos Estados Unidos, o governo de Jacarta sonha em transformar-se em uma potência expansionista no Pacífico sul, ocupando uma posição igual à que os Estados Unidos reservavam no Oriente Médio ao Irã do xá Reza Pahlevi.

O Timor Leste é só um passo – mesmo que perigoso e provocador – de uma escalada. O expansionismo militarista de Jacarta deverá ser bloqueado internacionalmente. Para isso também é vital um respaldo vigoroso ao movimento revolucionário indonésio – valente e difícil de dobrar e por isso mesmo muito sacrificado – que é vítima de um genocídio que em menos de dez anos já cobrou a vida de um milhão de pessoas, sem falar nos feridos e torturados.

Seria ingênuo esperar que o que se passa na pequena ilha do Timor resulte de um ato isolado ou seja só um delírio expansionista dos ditadores de Jacarta. É o mesmo processo que ocorre na Namíbia, em Angola, no Saara, na Palestina. São frentes de batalha de uma única guerra, a dos povos oprimidos contra o colonialismo e as novas formas de dominação. ■



A guerra do povo

Cadernos do Terceiro Mundo nº 9

Novembro 1978 - Lisboa/Portugal.

Cadernos tinha sua sede principal no México, onde era editada em espanhol para a América Latina, e uma sede em Lisboa, onde era produzida a edição em português, destinada a Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe

Esta é a primeira das entrevistas concedidas por Mari Alkatiri, então ministro das Relações Exteriores e hoje primeiro-ministro do Timor Leste, à revista **cadernos**

Cristina Canoura

MARI ALKATIRI, MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO TIMOR LESTE esteve recentemente no México, onde se encontrou com representantes do governo mexicano e com dirigentes de diversos partidos políticos. Era a primeira visita à América Latina de um membro do governo timorense e contribuiu para esclarecer, nesta região, a luta que o seu povo trava contra a invasão da Indonésia. Luta que desperta cada vez mais simpatias em todo o Terceiro Mundo.

Qual é a situação atual da luta independentista do Timor Leste?

MARI ALKATIRI - Neste momento, no Timor, continua uma larga ofensiva por parte das forças da Indonésia. Iguais ofensivas se tinham efetuado o ano passado na zona oriental do nosso país, que foram derrotadas pelas forças de libertação, em princípios deste ano. No início de agosto, os invasores indonésios lançaram uma ofensiva ainda maior contra as nossas forças, mobilizando cerca de 60 mil soldados, apoiados pela força aérea norte-americana.

Os aviões são norte-americanos, os pilotos são norte-americanos, a ofensiva foi traçada por estrategistas norte-americanos, indivíduos que estiveram no Vietnã, apoiados por artilharia pesada e grande quantidade de soldados de infantaria. Contaram com quase 15 mil soldados especiais.

Qual é a missão de vocês neste momento na América Latina?

MA - A nossa primeira missão é informar em nível de organizações, de partidos, e mesmo em nível de Estados, e conseguir de todas essas forças um apoio concreto à nossa luta. Pensamos que já é tempo de que se comprove a justeza da luta no Timor Leste e, dada a posição antiimperialista demonstrada pelo governo mexicano, nós estamos convencidos de que é possível estabelecer certas inter-relações entre os nossos dois Estados e governos, certa cooperação, no sentido da luta geral antiimperialista.



ASIA

TIMOR

A GUERRA DO POVO

*«A vitória, mais que militar, será política»
afirma-se o Ministro das Relações Exteriores
da República Democrática de Timor Leste*

Mari Alkatiri, ministro das Relações Exteriores da República Democrática de Timor Leste, esteve recentemente no México, onde se encontrou com representantes do governo mexicano e com dirigentes de diversos partidos políticos. Era a primeira visita à América Latina de um membro do governo timorense e contribuiu para esclarecer, nesta região, a luta que o seu povo trava contra a invasão da Indonésia. Luta que desperta cada vez mais simpatias em todo o Terceiro Mundo.



Mari Alkatiri

E qual será a posição que você, como ministro das Relações Exteriores, levará às Nações Unidas?

MA - O problema do Timor Leste já foi discutido em nível da Assembléia Geral três vezes, esta é a quarta vez que é tratado. Foi além disso debatido duas vezes em nível do Conselho de Segurança. Conseguimos das Nações Unidas resoluções muito importantes, embora essas mesmas resoluções não tenham sido cumpridas, por parte da Indonésia. Essas resoluções exigem a retirada das forças de ocupação, rejeitam a anexação do Timor Leste pela Indonésia e reconhecem de forma clara e explícita a Fretilin como a força dirigente do povo do Timor Leste. Sabemos que este ano vamos encontrar mais dificuldades, na medida em que outras forças já estão diretamente envolvidas no conflito. Por nossa parte, não poderemos deixar de denunciar toda essa criminoso intervenção que se pratica contra o nosso povo.

Para terminar, quais são as perspectivas da Fretilin para o próximo período?

MA - Em fins de 1977, estávamos convencidos de que a luta terminaria entre 1978 e 1980. Agora, com a intervenção direta das forças norte-americanas, sabemos que a guerra se prolongará, a menos que as forças democráticas indonésias consigam acelerar seu processo de organização para poder derubar o atual regime.

Condenamos o fato de diversos Estados manterem relações com a Indonésia. O que dizemos é que qualquer ajuda militar oferecida neste momento à Indonésia significa um apoio para continuar a agressão contra o Timor.

Já não é segredo para ninguém que a Indonésia agrediu o Timor, que tentou por vias militares anexar o nosso país, e que até agora já massacrara cerca de 120 mil timorenses.

Neste sentido, todo o apoio ou ajuda militar que se ofereça à Indonésia é criminoso e condenado por nós. Desgraçadamente, a França, Estados Unidos e Alemanha Federal contam-se entre estes países.

Nós podemos afirmar que, assim como os companheiros vietnamitas e os indochineses em geral venceram todo este "complô" imperialista, nós também venceremos.



Amplia-se solidariedade ao povo maubere

Cadernos do Terceiro Mundo nº 22
Abril 1980 - Lisboa/Portugal

Mari Alkatiri dá um depoimento a cadernos, explicando as mudanças na situação do Timor Leste e da luta da Fretilin no primeiro semestre de 1980

Etevaldo Hipólito

A LUTA ATRAVESSA UMA FASE DIFÍCIL na medida em que, no ano de 1978, muitos fatores contribuíram para um avanço das forças inimigas. Houve falta de chuva e isso permitiu aos indonésios utilizar com eficácia a sua aviação, na destruição de culturas, na destruição de povoações, na queima de muito mato virgem, através de bombardeamentos.

Por isso, o povo atravessou uma dura fase de falta de alimentos, de carência de assistência médica e da ausência de segurança nas zonas libertadas. Como resultado, elementos mais fracos, como Alarico Fernandes, traíram o nosso povo. Com esta traição, o camarada presidente Nicolau Lobato foi morto em 31 de dezembro de 1978. A partir daí, o inimigo intensificou a sua campanha de aniquilamento com apoio de conselheiros militares norte-americanos.

Em maio de 1979, houve uma tentativa de reunir o Comitê Central da Fretilin no sentido de decidir alguns problemas, principalmente quanto à direção, em substituição de Lobato. Mas isso foi impossível devido à intensificação da ação do inimigo. Por isso ainda se mantém até hoje uma direção colegiada, descentralizada. Cada membro do Comitê Permanente é o responsável político-militar de cada setor do país.

O que se verifica nas zonas controladas pelos indonésios é uma situação catastrófica em todos os aspectos: político, social, econômico e podemos dizer até militar. Eles reclamam ter nas zonas sob o seu controle cerca de 300 mil pessoas. Sabemos que somente 60 mil foram vi-

Não-Alinhados/Havana

O Timor Leste não foi esquecido

Quando na VI Reunião de Cúpula dos Não-Alinhados em Havana (1979) foi notada a ausência da Fretilin, alguns acreditaram que os Não-Alinhados não iriam ratificar o seu apoio à luta do povo maubere contra as tropas indonésias. Mas todas as especulações foram dissipadas, quando se soube que a delegação angolana havia apresentado um projeto de emenda ao documento final, onde era introduzido um firme apoio à Fretilin e ao povo do Timor Leste.

"A Conferência dos chefes de Estado e de Governo dos Países Não-Alinhados comprovou, com preocupação, que, apesar da decisão da V Cimeira (de Colombo), o povo do Timor continua sob a ocupação estrangeira", afirma a emenda angolana, que proclama o direito do povo maubere à autodeterminação, segundo resolução expressa nas Nações Unidas.

Cadernos do Terceiro Mundo nº 18, Nov/79 - Edição de Lisboa

sitadas pela Cruz Vermelha Internacional. Desses, segundo relatório da Cruz Vermelha, 20 mil já estão impossibilitados de serem salvos. Só aguardam o momento de morrer. Também na opinião deste organismo, se houver menos de 300 mil pessoas nas zonas controladas pelos fascistas indonésios, significa que pelo menos 100 mil iriam morrer quer chegue ou não o apoio do exterior. Até a presente data, mais de 200 mil pessoas foram mortas em consequência da agressão indonésia. Portanto, pode chegar a 300 mil o número de mortos, numa população de um milhão de habitantes. Uma verdadeira guerra de genocídio.

A situação de fome e miséria nas zonas sob ocupação estrangeira não era até 1979 tão grave, devido precisamente à possibilidade que nós tínhamos de enviar alimentos até às zonas controladas pelo inimigo. A partir do momento em que o inimigo cortou também esta possibilidade à Fretilin, a situação se agravou vertiginosamente. Só então é que a opinião pública internacional tomou conhecimento da situação grave que se vive no país. Mas pensamos que se deve apoiar toda a população que se encontra nas zonas sob controle das tropas de Suharto. Este apoio deve, porém, vir juntamente com uma denúncia dos causadores desta situação. Nunca poderá surgir como forma de cumplicidade para com o agressor, como colaboração com o inimigo.

No ano passado, estávamos convencidos de que iríamos atravessar um ano difícil na área diplomática. No entanto, isto não se verificou. O seminário internacional sobre o Timor Leste, em Lisboa, teve uma grande repercussão ao nível do governo português. Pela primeira vez, Portugal adotou uma resolução condenando por unanimidade a agressão indonésia e apoiando a justa luta do povo maubere.

Depois disso trabalhamos intensamente para a nossa participação, ainda que como simples convidados na Cimeira de Havana. Infelizmente nenhuma delegação da Fretilin esteve em Cuba. Por várias razões isto não foi possível. Mas a agressão contra o nosso país foi discutida, tendo sido aprovada uma resolução condenando este ato. A proposta foi encaminhada por países amigos.



'Lutar até o fim'

Cadernos do Terceiro Mundo nº 58
Setembro 1983 - Lisboa/Portugal

O ex-administrador apostólico de Dili denuncia
a repressão indonésia

Baptista da Silva/Carlos Pinto Santos

O MONSENHOR MARTINHO LOPES é, inegavelmente, uma das testemunhas mais bem informadas e melhor colocadas para falar sobre a situação vivida no Timor Leste desde que aquela antiga colônia portuguesa foi invadida pela Indonésia, a 7 de dezembro de 1975. Vigário-geral na época, o monsenhor Martinho Lopes é nomeado administrador da Diocese, em 1977, após a saída do seu antecessor, d. José Joaquim Ribeiro, de nacionalidade portuguesa, que regressou ao seu país.

De lá para cá, d. Martinho Lopes torna-se porta-voz de uma Igreja que vive e sofre com seu povo, que não se submete às pressões e desígnios dos invasores. Pelo contrário, denuncia as suas barbaridades e injustiças, e, corajosamente, rompe o bloqueio a que a ilha está sujeita, fazendo chegar ao exterior o ideal de independência ao qual os mauberes aspiram, e lutam e morrem por ele.

No princípio do corrente ano, o monsenhor Martinho Lopes pede o afastamento do cargo que exercia, ato que foi encarado com preocupação por todos aqueles, católicos ou não católicos, que acompanham atentamente a esquecida resistência no Timor Leste.

Quando saiu de Dili?

MARTINHO LOPES - Em maio. A minha ida a Roma, além de constituir um pretexto, tinha por objetivo avistar-me com o Santo Padre a fim de esclarecê-lo acerca da situação eclesial no Timor Leste.

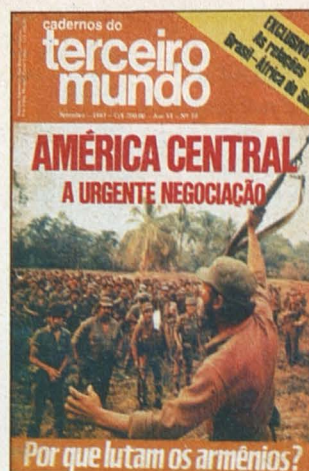
Por que razão foi um "pretexto"?

ML - Se eu dissesse que ia diretamente para Portugal não me deixariam vir, ficaria indefinidamente em Jacarta. Ora, como o objetivo da minha saída era ir à Roma para me entrevistar com o Santo Padre, pude abandonar a Indonésia coberto de uma certa imunidade diplomática.

Quais os motivos da sua renúncia à frente da Diocese de Dili?

ML - A renúncia foi-me aconselhada pela Cúria Romana. Um conselho nessas condições passa a ser uma ordem. Corriam rumores de que os indonésios pretendiam liquidar-me. Eu não me importava de continuar, pois, se morresse, morria no meu posto.

Além de lhe salvaguardar a vida, pensa que o Vaticano po-



derá ter sido levado a tomar essa atitude como reflexo de pressões exercidas pela Indonésia?

ML - Talvez ambas as coisas. Ao mesmo tempo, talvez quisessem poupar a minha saúde, abalada por oito anos de permanente tensão nervosa.

Como encara a posição da comunidade internacional durante estes oito anos de guerra?

ML - Tanto as nações europeias como os Estados Unidos não estão sendo coerentes com as posições que dizem defender. Elas sabem que os direitos humanos são violados no Timor. Mas olham para a Indonésia e ficam hipnotizadas por todo aquele poderio econômico, todo aquele vasto mercado. E, em virtude desses interesses, põem em segundo lugar os direitos legítimos do povo do Timor Leste.

Internacionalmente afirma-se que, nesses anos, terão morrido 200 mil mauberes...

ML - É muito difícil contar os mortos. Os indonésios não querem que eles sejam contados. Mas terão morrido entre 150 e 200 mil em virtude da guerra e suas consequências, como a fome.

Reconhecimento tardio

Esquecido durante anos do noticiário internacional, o pequeno Timor Leste voltou às manchetes em outubro, quando o Prêmio Nobel da Paz de 1996 foi concedido ao bispo Dom Carlos Filipe Ximenes Belo e ao representante internacional da resistência, José Ramos Horta. O comitê do Prêmio Nobel expressou a esperança de que o prêmio contribua para a obtenção da autodeterminação desse pequeno país do Pacífico Sul.

Dom Ximenes Belo, de 48 anos, é bispo de Dili, a capital. Nos oito anos que está no posto, presenciou e denunciou as atrocidades cometidas pelos indonésios contra o seu povo. O comitê do Prêmio Nobel assinalou que o bispo foi premiado pelo trabalho constante em favor de uma solução justa do conflito entre os habitantes do Timor Leste e as forças indonésias de ocupação. Ximenes Belo, segundo o comitê, tem protegido o seu povo colocando em risco a própria vida e se empenha em resolver o enfrentamento.



O fracasso das 'ofensivas finais' indonésias

Cadernos do Terceiro Mundo nº 68

Julho 1984 - Edição brasileira, que começou a circular em março de 1980, quando a sede principal de **cadernos** foi transferida do México para o Rio de Janeiro

Apesar de uma violência recrudescente, Jacarta não consegue vencer a resistência maubere

Alberto Costa Alves

“A SITUAÇÃO ESTÁ PESADÍSSIMA. O genocídio da população deste verdadeiro campo de concentração continua. Cada povoado não passa de um curral, onde o militar indonésio vai escolher a quem matar ou torturar. Pagam altos preços

tamento por meios não-violentos. Por sua vez, José Ramos Horta, secretário de Relações Internacionais da resistência do Timor Leste e do Conselho de Resistência Maubere, é o porta-voz mais notório dessa população oprimida. Ex-professor de Direito e intelectual brilhante, Ramos Horta elaborou um plano de paz que deveria ser discutido com o governo de Jacarta. Ao ser informado do prêmio, a primeira reação foi dedicá-lo ao dirigente máximo da resistência, Xanana Gusmão, detido num presídio na Indonésia. “Ele deveria tê-lo recebido, não eu”, afirmou Ramos Horta.

A decisão do comitê do Prêmio Nobel de trazer à tona a questão esquecida do Timor Leste foi especialmente importante num momento em que a Anistia Internacional denuncia que a ONU não tem exercido pressão suficiente sobre a Indonésia para obrigá-la a mudar de atitude em relação ao país. O governo indonésio se recusa a reconhecer qualquer demanda contra a ocupação do arquipélago. (Beatriz Bissio)

Novembro/dezembro de 1996 - Edição brasileira

O fracasso das “ofensivas finais” indonésias

Apesar de uma violência recrudescente, Jacarta não consegue vencer a resistência maubere

Alberto Costa Alves

66 A situação está pesadíssima. O genocídio da população deste verdadeiro campo de concentração continua. Cada povoado não passa de um curral, onde o militar indonésio vai escolher a quem matar ou torturar. Pagam altos preços

para obter informações. Por sua vez, José Ramos Horta, secretário de Relações Internacionais da resistência do Timor Leste e do Conselho de Resistência Maubere, é o porta-voz mais notório dessa população oprimida. Ex-professor de Direito e intelectual brilhante, Ramos Horta elaborou um plano de paz que deveria ser discutido com o governo de Jacarta. Ao ser informado do prêmio, a primeira reação foi dedicá-lo ao dirigente máximo da resistência, Xanana Gusmão, detido num presídio na Indonésia. “Ele deveria tê-lo recebido, não eu”, afirmou Ramos Horta.

A decisão do comitê do Prêmio Nobel de trazer à tona a questão esquecida do Timor Leste foi especialmente importante num momento em que a Anistia Internacional denuncia que a ONU não tem exercido pressão suficiente sobre a Indonésia para obrigá-la a mudar de atitude em relação ao país. O governo indonésio se recusa a reconhecer qualquer demanda contra a ocupação do arquipélago. (Beatriz Bissio)

a espíões para acusarem a quem desejam eliminar; esta é a forma de guerra espalhada por toda esta terra. No princípio deste mês, o supremo comando local indonésio avisou que dera ultimato de um mês para os da terra se entregarem... senão iriam matar todos. Estão também furiosos porque a igreja não chama a resistência para se render (e depois nos matarem todos, como é costume); é por essa razão que três missões importantes sofreram muitas ameaças e impediram o padre de se deslocar, prenderam os catequistas, espancaram professores e alunos das escolas das missões a título de que esta tinha uma emissora para transmitir para a resistência!

A atitude é de perseguição cada vez mais descarada à Igreja. E a razão é só por que a Igreja local não coopera eficazmente em atrair todos à rendição, para acelerar o genocídio da população”.

Esta carta de um padre católico, vinda do Timor Leste e datada de março de 84, resume a situação um ano após o cessar-fogo celebrado na área de Lariguto entre os responsáveis da Fretilin e da Indonésia (ver **cadernos do terceiro mundo** nº 57, agosto/83).

Em agosto do ano passado, numa transmissão especial de rádio em Baucau, principal centro operacional das forças ocupantes, o general Murdani, comandante-em-chefe das forças armadas indonésias, ameaçava: “Atacaremos sem misericórdia”. E, desde então até o momento, a guerra conhece o seu período de confrontação mais acesa desde 1977. Como é habitual, os indonésios definiram um prazo curto (31/12/83) para o término de mais esta “operação final” destinada ao extermínio da resistência maubere, “mas o resultado da operação militar não se vê”, dizia monsenhor Ximenes Belo, atual administrador apostólico da diocese de Dili, em carta dirigida ao seu antecessor, monsenhor Martinho Lopes (ver **cadernos**, nº 58).

“Acabou-se a brincadeira”, sentenciou o chefe do Estado-maior-geral das forças armadas indonésias, Benny Murdani, referindo-se aos quase cinco meses de trégua. A advertência dirigia-se especialmente ao grupo político-militar que, nas esferas do poder em Jacarta, advogara a experiência. Em Dili, 600 pessoas são presas e enviadas para Bali, ilha turística defronte a Java. Enquanto isso, a polícia política investe às cegas contra a organização clandestina da Fretilin nas zonas ocupadas. A estratégia indonésia tem objetivos essenciais que não podem ser adiados: apertar o cerco à parte leste do país, desarticular a organização clandestina nas áreas ocupadas e cortar o fluxo de informação para o exterior.

“Com as forças do exército concentradas na parte leste do Timor, a Fretilin retirou-se para o centro, fronteira e costa sul, para grande surpresa e desespero dos comandantes indonésios”¹. Trata-se de uma situação que a reunião do Conselho Revolucionário de Resistência Nacional (CRRN) – caracteriza como de “superioridade tática das Falintil na atual fase da contra-ofensiva estratégica”.

A contrapartida indonésia não varia: terra queimada, mobilização forçada da população, massacres, tortura, violações. Jacarta tudo tentará para chegar às Nações Unidas com uma novidade de sensação, passível de fazer inclinar irreversivelmente o tabuleiro das votações a seu favor e silenciar o problema nas instâncias internacionais.

¹Carta enviada ao interior do território e datada de 26 de dezembro de 1983



Fala o comandante-em-chefe da Fretilin

Cadernos do Terceiro Mundo nº 93
Setembro 1986 - Edição brasileira

De algum lugar do interior de sua pátria ocupada, Xanana Gusmão conseguiu responder às perguntas de cadernos e outras publicações ocidentais

EM NOVEMBRO ÚLTIMO, UM GRUPO DE 12 JORNALISTAS portugueses de diferentes órgãos de comunicação participaram de uma entrevista coletiva com Xanana Gusmão, comandante-em-chefe das Falintil (braço armado da Fretilin) e presidente do Conselho Revolucionário de Resistência Nacional. As perguntas, enviadas por rádio ao quartel-general da guerrilha no Timor Leste, não obtiveram resposta imediata, devido a dificuldades técnicas. Finalmente, em julho passado, as respostas chegaram por outra via: um caderno escolar pautado, onde Xanana Gusmão registrou suas respostas, autenticando-as com sua assinatura.

A Indonésia controla todo o território do Timor Leste?

XANANA GUSMÃO - Não, em nenhum momento, ao longo destes dez anos de guerra, a Indonésia controlou todo o território. Se o tivesse conseguido, a resistência armada não existiria.

Qual o relacionamento entre a guerrilha e a população das zonas onde atua?

XG - O mesmo sangue corre nas nossas veias, as mesmas aspirações moram na nossa alma. É assim que posso descrever o relacionamento entre a guerrilha e a população.

É possível uma vitória militar sobre o ocupante indonésio?

XG - A Fretilin nunca se iludiu com devaneios otimistas quanto à perspectiva de uma vitória militar. Mas podemos afirmar que também constituirá tarefa difícil o extermínio dos guerrilheiros. Devemos nos empenhar por uma mudança de atitude em Jacarta. A força da Indonésia está no apoio que muitos países lhe garantem. Os governos ocidentais poderiam influenciar positivamente na solução do nosso problema, se adotassem uma política coerente com os princípios do direito internacional. Mochtar (*ministro indonésio das Relações Exteriores*), ainda há pouco não só confirmou que o Ocidente já começa a ver o problema do Timor Leste à luz da realidade o que, pelo visto, se reflete no estreitamento de laços econômicos com Jacarta. A conclusão que se pode extrair das afirmações de Mochtar é que as pessoas começam a ficar convencidas de que o uso da força para agredir o povo do Timor Leste foi



um ato legítimo; que o genocídio, promovido por Jacarta, foi para preencher o vazio deixado pelos portugueses.

O que espera dos governos ocidentais?

XG - Os governos democratas não deveriam continuar atuando como cúmplices de Jacarta, cuja agressão militar à nossa pátria viola os princípios fundamentais estabelecidos na ONU. O que está por trás das tomadas de posição a favor da Indonésia é o alegado fator de instabilidade que a Fretilin viria a representar na área (caso assumisse o governo).

A Fretilin conta com apoio político no interior da Indonésia?

XG - Nem todas as correntes de opinião, na Indonésia, estão de acordo com a agressão ao Timor Leste. Porém, o regime não permite uma solidariedade mais explícita, como aconteceria se o país vivesse num clima democrático.

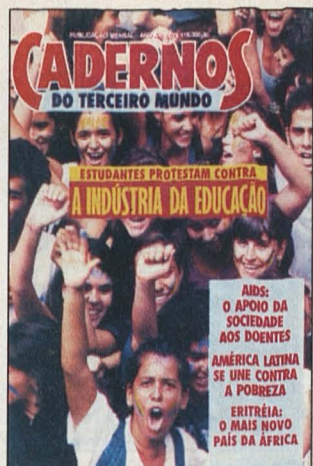
Como reagiria a Fretilin a uma autonomia, com o Timor Leste integrado à Indonésia, garantindo a "timorização" de alguns aspectos da vida política e econômica do território?

XG - Os direitos que assistem ao povo do Timor Leste estão além de quaisquer concessões que a Indonésia possa admitir. A vontade soberana do nosso povo é de viver livre e independente. É verdade que a conjuntura atual é pouco favorável à nossa questão. Mas as conjunturas, porém, fazem-nas os homens, fazem-nas os povos. Persistiremos na luta, ao lado do povo sul-africano, ao lado do povo chileno, palestino, do Saara e outros povos oprimidos.

Como se define politicamente a Fretilin?

XG - O esforço realizado pela Fretilin para uma mobilização global dos nacionalistas de todas as tendências deve ser visto como a materialização de uma diretriz política definida pela Conferência Nacional de março de 1981. O nosso movimento quer assegurar para o Timor Leste um sistema democrático.

O amadurecimento político da Fretilin está marcado pelos estigmas da guerra, e por nada deste mundo desejamos arrastar o povo mau-bere para sua destruição. Lutamos e lutaremos pela independência da nossa pátria, pelas liberdades do nosso povo. E a independência política do Timor Leste rejeita quaisquer formas de dominação estrangeira.



O impasse continua

Cadernos do Terceiro Mundo nº 162
junho 1993 - Edição brasileira

Após a captura de Xanana Gusmão, líder da resistência à ocupação indonésia, a situação deteriorou-se muito

Pedro Sutter

A POSIÇÃO ADOTADA PELAS POTÊNCIAS OCIDENTAIS em relação à ilha do Timor varia segundo seus interesses. A Austrália, por exemplo, aceitou o Timor Leste como província indonésia, de olho nas reservas petrolíferas no mar do Timor, que estão entre as maiores do mundo. Outros países como a Inglaterra e a Alemanha cooperaram com os militares indonésios. "Nós nunca tivemos apoio militar de outros países", diz Mari Alkatiri. Porém, já há sinais claros de desgaste do goveno indonésio na comunidade internacional. A mudança mais significativa nesse sentido partiu dos Estados Unidos. Com o novo contexto internacional criado após a desintegração da URSS e o fim da Guerra Fria, a Indonésia perdeu, para Washington, a importância geoestratégica que justificava seu apoio incondicional à ditadura do general Suharto.

Isso explica as recentes críticas do presidente Bill Clinton ao governo indonésio e o fato de o Congresso norte-americano ter aprovado uma lei suspendendo todo apoio militar àquele país asiático. O regime do general Suharto alega que "o povo do Timor Leste aceitou a integração", esquecendo-se dos 200 mil mortos pelas forças indonésias desde a ocupação da ilha, em 1975.

Em uma nova tentativa de encontrar uma solução para o conflito, as Nações Unidas patrocinaram uma segunda rodada de negociações marcando um encontro em Roma entre Portugal - ex-potência colonizadora e hoje defensora dos direitos do Timor - e o país invasor. A reunião, ocorrida em 21 de abril, resultou no esperado diálogo de surdos. De um lado, Portugal exigia a realização de um referendo onde se pudesse optar pela autonomia ou ratificar a anexação à Indonésia, que por sua vez recusa o plebiscito e reclama o território como

Histórico da ocupação

1975 - Após a Revolução dos Cravos, em Portugal, inicia-se o processo de descolonização.

07/12/75 - A Indonésia invade a ilha do Timor Leste, com autorização expressa do então presidente norte-americano Gerald Ford e do secretário de Estado Henry Kissinger (segundo informações do serviço secreto português). Os nacionalistas da Fretilin se refugiam nas montanhas.

1976 - Resolução da ONU reconhece o direito de autodeterminação aos habitantes do Timor Leste, o que é ignorado pela Indonésia.

09/77 - O líder da Fretilin, Xavier do Amaral, é expulso da organização por defender negociações com Jacarta; é substituído por Nicolau Lobato, que morre em combate um ano depois.

03/81 - I Congresso da Fretilin elege para presidente José Alexandre Xanana Gusmão.

03/83 - Xanana Gusmão e o comando indonésio do Timor estabelecem uma trégua, que dura quatro meses.

1989 - Xanana Gusmão deixa o cargo na Fretilin e passa a presidir o Conselho Nacional de Resistência Maubere (CNRM). José Ramos Horta assume a coordenação no exterior da organização, que agrupa todos os independentistas, entre eles a Fretilin.

10/89 - O papa João Paulo II visita o Timor, sem contudo fazer referência às denúncias de violações dos direitos humanos e aos números da Anistia Internacional - 210 mil mortos em 15 anos de anexação forçada, em uma população original de 650 mil habitantes.

20/11/92 - Xanana Gusmão é capturado.

11/3/93 - Comissão de Direitos Humanos da ONU aprova documento condenando a Indonésia expressamente. Os EUA apóiam a iniciativa pela primeira vez.

03/93 - Ma'Huno, sucessor de Xanana Gusmão, é preso pelos indonésios.

21/4/93 - Mais uma rodada de negociações, desta vez em Roma, demonstra a intransigência da Indonésia.

parte integrante do país: "Fizemos mais pelo país (em 17 anos) do que Portugal em 450 anos", garantem. Ambas as partes concordaram em "prosseguir os esforços para resolver a questão do Timor Leste", em nova rodada de negociações em setembro, em Nova Iorque.

"Ali Alatas deu mais uma vez demonstração de má-fé", declarou Ramos Horta, representante especial do Conselho Nacional de Resistência Maubere, que agrupa todos os partidos e movimentos libertadores do Timor e é porta-voz autorizado da resistência guerrilheira no exterior. O dirigente afirmou que não se sentiu decepcionado com o fracasso das negociações, pois "não acreditávamos que resultasse em algo positivo". Ele espera que no futuro haja uma forte pressão internacional contra a Indonésia, especialmente dos EUA e da Comunidade Europeia, e que os objetivos almejados sejam alcançados com o tempo.



David contra Golias

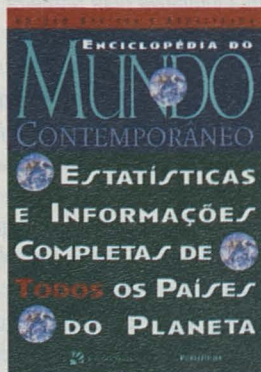
Cadernos do Terceiro Mundo nº 190
Outubro 1995 - Edição brasileira

Ocupada pela Indonésia há 20 anos, a ex-colônia portuguesa ganha apoio na comunidade internacional

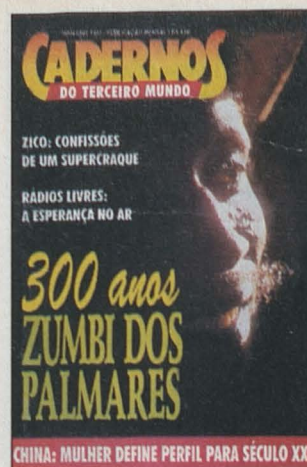
Claudia Guimarães

O TIMOR É UMA PEQUENA ILHA SITUADA NO LONGÍNQUO SUDESTE ASIÁTICO. Embora seja rica em petróleo, não desfruta da fama do vizinho sultanato do Brunei. Suas praias também não estão no roteiro dos surfistas que invadem a paradisíaca Bali, situada na mesma região. Na verdade, o Timor não apresenta nenhum aspecto que a torne particularmente interessante. Certo? Errado. Numa era de formação de blocos regionais, a pequena ilha está mergulhada numa luta anacrônica às vésperas do século XXI.

O Timor Leste vem travando há duas décadas uma guerra sem trégua para se tornar um Estado independente. Mas só nos últimos anos, graças principalmente a uma mudança de atitude por parte de Portugal, sua causa começou a ser mais conhecida internacionalmente. "Quando a população maubere deflagrou a guerra de resistência à ocupação do seu território, a posição do Estado português era muito ambivalente. Por um lado, Lisboa rompeu relações diplomáticas com a Indonésia; por outro, não tinha uma posição clara sobre o que fazer em relação à nossa luta. Isso só mudou a partir de 1986, com a chegada ao poder do presidente Mario Soares."



Desde a primeira edição do 'Guia do Terceiro Mundo' (que deu origem à atual 'Enciclopédia do Mundo Contemporâneo'), lançada no México, em 1979, como suplemento anual da revista 'cadernos do terceiro mundo', até hoje, em todas as edições, o Timor Leste foi tratado como país independente, porém, sob a ocupação indonésia. A última edição da 'Enciclopédia', parceria da ETM com a Publifolha, que começa a ser distribuída ainda neste mês de junho, mais uma vez coloca o Timor Leste como nação livre, já sob a administração transitória da ONU, e prestes a oficializar sua independência



A avaliação é de Roque Rodrigues, representante do Timor Leste em Angola, onde possui o status de embaixador. Desde abril, acumula suas atividades em Luanda com o trabalho diplomático em Lisboa, onde é o representante da resistência timorense. Psicólogo, ele dedicou grande parte dos seus 46 anos de vida à luta pela independência de seu país ("quando perguntam minha profissão, digo 'combatente'").

Roque Rodrigues esteve recentemente no Brasil, a convite do Partido dos Trabalhadores (PT), para realizar uma série de contatos com forças políticas e sociais. A "maratona" teve por objetivo ganhar apoio para a abertura de uma representação do Timor Leste. "Graças ao compromisso dos países de língua portuguesa, a questão do Timor não saiu do cenário internacional. Mas nesse apoio faltava o Brasil. Portanto, é fácil a aproximação com o Brasil."

"Nos últimos anos, apenas em uma ocasião a imprensa conseguiu romper o muro de silêncio: em novembro de 1991, jornalistas documentaram a repressão a um protesto realizado por jovens durante o enterro de um colega, no cemitério de Santa Cruz. O saldo foi trágico: 273 mortos. Mas este não foi o maior massacre de nossa história. Oito anos antes, no dia 8 de agosto de 1983, foram mortas, em uma pequena aldeia, mais de 400 pessoas. A diferença é que em Santa Cruz tivemos a sorte de jornalistas registrarem tudo."

O Timor Leste só voltaria a frequentar as páginas dos jornais em novembro de 1992, quando a Indonésia anunciou, com estardalhaço, a prisão de Xanana Gusmão, detido graças a uma delação conseguida sob tortura. "Jacarta pensou que se tratava de um golpe contundente no movimento de resistência. Enganou-se. Xanana, mais uma vez, se mostrou um quadro extremamente hábil, conseguindo tirar partido de um enorme revés. E hoje, por mais paradoxal que pareça, ele conquistou mais vitórias para o povo na prisão do que quando estava livre. Xanana virou um símbolo, como foi Nelson Mandela na África do Sul. Na própria Indonésia, ele é hoje muito respeitado."

"Xanana foi condenado à prisão perpétua, sentença comutada para uma pena de 20 anos, mas o julgamento foi considerado uma farsa. E, se não fossem as pressões da comunidade internacional, ele hoje seria um homem morto", diz, Roque com veemência.

Mesmo preso, Xanana Gusmão continua dirigindo a luta pela independência. Embora não possa revelar os canais que utilizam para chegar até ele na prisão, o diplomata enfatiza que o movimento não toma nenhuma decisão nas questões vitais sem ouvi-lo. ■

CADERNOS

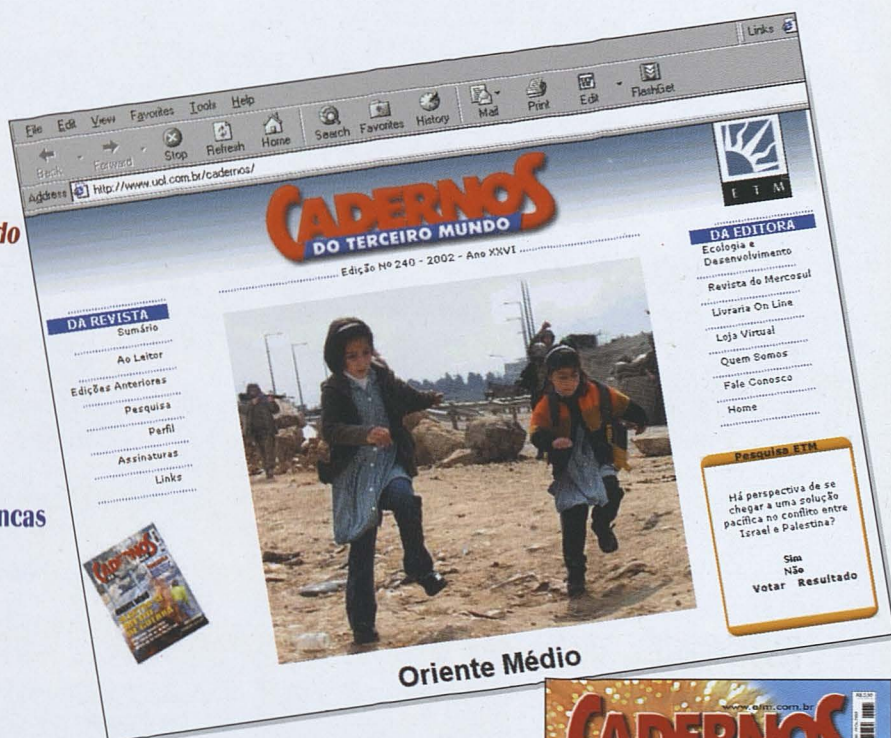
DO TERCEIRO MUNDO

TAMBÉM NA UOL

www.uol.com.br/cadernos

NO SITE DE *Cadernos do Terceiro Mundo*

- ⇒ informação sobre a problemática mundial
- ⇒ assinatura da revista via internet
- ⇒ envio de comentários e sugestões,
- ⇒ pedidos de livros e acessar artigos
- ⇒ o sumário da edição que está nas bancas



Confira na nossa página a **EDIÇÃO ESPECIAL** resgatando toda a história da luta do Timor Leste pela independência, retratada ao longo de mais de 20 anos na nossa revista. Consulte: www.uol.com.br/cadernos/timorleste



www.etm.com.br

Tel.: (21) 2221-7511 Fax: (21) 2252-8455

e-mail: etm@etm.com.br

SÃO LUÍS

ENTRE AS 4 CAPITALS COM MELHOR ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL



São Luís



Porto Alegre



Florianópolis



Vitória

São Luís cuida bem das suas crianças. Esta foi a constatação feita pelo UNICEF, que pesquisou números relacionados aos serviços de saúde, educação e assistência social prestados às crianças em todo o país. Os investimentos da Prefeitura nestas áreas combatem a mortalidade e o trabalho infantil ao mesmo tempo que garantem maior permanência dos alunos em sala de

aula, a criação de mais vagas escolares e ensino de qualidade. Estas ações resultaram num dos melhores índices de desenvolvimento infantil do Brasil. Entre todas as capitais brasileiras, São Luís só fica atrás de Vitória, Florianópolis e Porto Alegre. E olha que nós só estamos engatinhando. Muitos outros avanços e conquistas ainda vêm por aí.



PREFEITURA

Trabalho e Honestidade

S E M E D